

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
GESTÃO EDUCACIONAL - MESTRADO PROFISSIONAL**

**Beatriz Fagundes Bica**

**PARA UM CURRÍCULO INCLUSIVO: PLATAFORMA  
COLABORATIVA INTEGRADA ÀS REDES DE APOIO À GESTÃO  
EDUCACIONAL/ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS**

Santa Maria  
2023

**Beatriz Fagundes Bica**

**PARA UM CURRÍCULO INCLUSIVO: PLATAFORMA COLABORATIVA  
INTEGRADA ÀS REDES DE APOIO À GESTÃO  
EDUCACIONAL/ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Curso de Mestrado Profissional, Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof. Dra. Elisiane Machado Lunardi

Santa Maria  
2023

Bica, Beatriz

Para um currículo inclusivo: Plataforma colaborativa integrada às redes de apoio à gestão educacional/escolar no município de Santa Maria/RS / Beatriz Bica.- 2023.

126 p.; 30 cm

Orientador: Elisiane Machado Lunardi

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2023

1. Currículo 2. Inclusão 3. Direito de aprendizagem  
4. Rede de apoio 5. Política Pública I. Machado Lunardi,  
Elisiane II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, BEATRIZ BICA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Beatriz Fagundes Bica**

**PARA UM CURRÍCULO INCLUSIVO: PLATAFORMA COLABORATIVA  
INTEGRADA ÀS REDES DE APOIO À GESTÃO  
EDUCACIONAL/ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção de título de **Mestra em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovada em 21 de novembro de 2023:

---

**Elisiane Machado Lunardi, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Sannya Fernanda Nunes Rodrigues, Dra. (UEMA)**

---

**Greice Scremin, Dra. (UFN)**

Santa Maria, RS  
2023

## DEDICATÓRIA

O resultado do esforço realizado é dedicado àqueles que me ampararam e me fortaleceram ao longo deste percurso, minha família!

## AGRADECIMENTOS

Já na linha de chegada deste percurso, mapeado por sonhos e fé, minha gratidão à força divina, que nos momentos mais difíceis trouxe calma, ânimo e coragem ao meu ser. Agradeço de todo meu coração. Ainda, durante esse itinerário, pessoas e instituições me incentivaram e contribuíram para meu aperfeiçoamento pessoal e profissional, a estes minha gratidão!

Em especial, agradeço a minha família, grandes incentivadores dos meus sonhos e suporte durante toda a caminhada. Obrigada por fazerem parte da minha vida, tornando-a tão singular.

Aos amigos da vida, pela amizade incondicional, pela torcida positiva, por sempre indagarem como estavam os estudos e por trazerem alegria aos meus dias, agradeço muito. Cada um tem um cantinho especial em meu coração.

À orientadora, prof<sup>a</sup> Dra Elisiane Machado Lunardi, pelo incentivo e confiança depositados nesta produção científica. Obrigada por ser fonte de inspiração e por me motivar a buscar sempre o melhor, em todas as fases da pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM, agradeço a acolhida generosa, a partilha de conhecimentos, vivências e experiências que tanto somaram na tessitura da escrita.

Ao Grupo REDES de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Gestão Educacional/CNPq, o meu muito obrigada, vocês tornaram essa experiência mais leve, dividiram angústias e alegrias. Meu agradecimento especial para Andreia Moro Chiapinoto, pela generosidade e solicitude, tanto no momento de ingresso ao curso, quanto às vésperas da defesa deste estudo. Muito obrigada.

À PROINOVA, pelo apoio institucional durante os trâmites do Processo de registro de propriedade intelectual, da Plataforma de Trabalho Colaborativo, produto tecnológico desta pesquisa, e ao Marcos Silva, grande incentivador da criação do dispositivo e profissional que realizou a linguagem de programação.

À banca examinadora deste trabalho, criteriosa e respeitosamente convidada por conhecermos a potência do trabalho que desenvolve acerca da temática deste

estudo, bem como do produto que nos dispomos a criar. Suas contribuições fortaleceram nossas reflexões, muito obrigada.

À querida EMEF Lívia Menna Barreto, que me acolheu desde o momento em que cheguei neste município, e aos colegas com quem compartilho os anseios de uma educação pública, gratuita e de qualidade, meu agradecimento pela partilha.

Aos Gestores Escolares que somaram reflexões potentes, contribuindo com referências positivas nesta pesquisa.

À Secretaria Municipal de Educação, por acreditar no potencial desta investigação, pela acolhida em tantos momentos, como professora e pesquisadora, especialmente pela confiança depositada no produto tecnológico, fruto desta pesquisa científica.

Enfim, a todos aqueles que em algum momento desta trajetória somaram experiências e práticas para a conclusão deste sonho, especialmente aos profissionais que têm se dedicado ao máximo, em tempos tão difíceis, para garantir esse bem impagável que é a educação. Muito obrigada!

## RESUMO

### PARA UM CURRÍCULO INCLUSIVO: PLATAFORMA COLABORATIVA INTEGRADA ÀS REDES DE APOIO À GESTÃO EDUCACIONAL/ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS

AUTOR/A: Beatriz Fagundes Bica

ORIENTADOR/A: Elisiane Machado Lunardi

A presente investigação faz parte do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), na linha de pesquisa LP1 Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior. Está ligada ao projeto Guarda Chuva - Pesquisa implicada e aplicada em Políticas Públicas e Gestão Educacional, buscando, através da pesquisa, compreender como as redes de apoio do município de Santa Maria/RS podem contribuir com a gestão educacional/escolar na garantia de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem. O objetivo geral do estudo visou o desenvolvimento de uma plataforma colaborativa, integrada às redes de apoio à gestão educacional/escolar no município de Santa Maria/RS, como dispositivo para um currículo inclusivo, voltado aos direitos de aprendizagem de todos os alunos, independentemente do tipo de deficiência, diferença linguística, cultural e social. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se compreender como as escolas municipais de Santa Maria/RS se organizaram para atender a nova reconfiguração curricular, implementada pela BNCC; verificar o impacto das ações desenvolvidas pelas redes de apoio municipal, frente a casos como vulnerabilidade social, violência, negligência familiar, transtornos, dentre outros fatores que prejudicam o desenvolvimento pleno dos estudantes; caracterizar a atuação e intersetorialidade das redes de apoio junto a gestão educacional e escolar na rede municipal e propor aos gestores educacionais o uso da plataforma integrada às redes de apoio escolar, visando que o atendimento aos estudantes encaminhados a estes órgãos seja acompanhado pela escola. Está fundamentado numa pesquisa-ação de abordagem qualitativa, usando como técnica de tratamento dos dados a análise de conteúdo com fundamento em Bardin (2011). O referencial teórico está organizado com base em autores renomados na área do currículo, como Arroyo (2011), Goodson (1998), Silva (2005). O produto tecnológico desenvolvido tem por finalidade auxiliar os gestores escolares no rastreamento dos casos que são encaminhados para as redes de apoio municipal, otimizando os processos intersetoriais, de forma que os estudantes da Rede Municipal de Ensino que apresentam dificuldades possam ser atendidos e tenham solucionados os obstáculos que limitam a sua participação no processo educativo. Os resultados apontados pela investigação evidenciam que a implementação de novos documentos orientadores curriculares, por si só, não garantem um currículo inclusivo de direito à aprendizagem. Se faz necessário a criação de uma rede intersetorial ativa entre a gestão educacional, redes de apoio à escola e gestão escolar, uma vez que a educação é indissociável aos demais direitos sociais.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Gestão educacional. Gestão escolar. Currículo. redes de apoio.



## ABSTRACT

### FOR AN INCLUSIVE CURRICULUM: COLLABORATIVE PLATFORM INTEGRATED WITH MANAGEMENT SUPPORT NETWORKS EDUCATIONAL/SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF SANTA MARIA/RS

AUTHOR: Beatriz Fagundes Bica  
ADVISOR: Elisiane Machado Lunardi

This investigation is part of the Professional Master's Course in Public Policy and Educational Management of the Graduate Program in Public Policy and Educational Management, at the Federal University of Santa Maria (UFSM/RS), in the research line LP1 Policies and Higher and Basic Education Management. It is connected to the umbrella project Implied and Applied Research in Public Policies and Educational Management. It seeks, through research, to understand how the support networks of the municipality of Santa Maria/RS can contribute to educational/school management and the guarantee of an inclusive curriculum towards the right to learning. The general objective of the study aimed to develop a collaborative platform, integrated into educational/school management support networks in the municipality of Santa Maria/RS, as a device for an inclusive curriculum, aimed at the learning rights of all students, regardless of their background, type of disability, linguistic, cultural and social differences. As for the specific objectives, we attempted to comprehend how schools from the municipality of Santa Maria/RS have organized to meet the new curricular design implemented by BNCC; verify the impact of the actions developed by the municipal support networks, in the face of cases like social vulnerability, violence, family neglect, disorders, among other factors that harm students' full development; characterize the performance and intersectorality of the support networks along with the educational and school management in the municipal network and propose to the educational managers the use of the platform integrated with the support networks, making sure that the service to the students referred to these organizations is accompanied by the school. It is based on a research-action of qualitative approach, using as a data treatment technique a content analysis based on Bardin (2011). The theoretical reference is organized based on well-known authors in the curriculum area, such as Arroyo (2011), Goodson (1998), Silva (2005). The technological product developed for the purpose of assisting school managers in tracking the cases that are referred to the municipal support networks, optimizing the intersectoral processes, so that the students of the Municipal Education Network who present difficulties can be attended to and have solutions for obstacles que limit their participation in the educational process. The results pointed out by the investigation evidenced that the implementation of new curricular orientation documents itself does not guarantee an inclusive curriculum towards the right to learning. It is necessary to create an active intersectoral network among educational management, school support networks and school management, since education is indissociable to other social rights.

**Keywords:** Public Policies. Educational management. School management. Curriculum. Support Networks.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Síntese da investigação	31
<b>Figura 2</b> - Localização de Santa Maria no Estado do RS	32
<b>Figura 3</b> - Síntese da triangulação dos dados	38
<b>Figura 4</b> - Mestrados profissionais por região	40
<b>Figura 5</b> - Evolução da Legislação Educacional Brasileira ao longo da história	51
<b>Figura 6</b> - Competências Gerais da Educação Básica	54
<b>Figura 7</b> - Tabela de registro de ações do PSE	70
<b>Figura 8</b> - Cadastro da Busca Ativa Escolar	73
<b>Figura 9</b> - Ficha de encaminhamento Praem	78
<b>Figura 10</b> - Portal encaminhamento Praem	80
<b>Figura 11</b> - GDEM – Demandas	82
<b>Figura 12</b> - Reunião com gestores educacionais, integrantes das redes de apoio municipal e chefe do núcleo de propriedade intelectual da UFSM	84
<b>Figura 13</b> - Critérios de avaliação dos produtos técnicos/tecnológicos	86
<b>Figura 14</b> - Designer <i>logo</i> Plataforma de Trabalho Colaborativo	89
<b>Figura 15</b> - <i>Layout</i> do produto educacional	90
<b>Figura 16</b> - Tela de <i>login</i> PTC - Plataforma de Trabalho Colaborativo	91
<b>Figura 17</b> – Tela Banco de dados PTC	91
<b>Figura 18</b> - Linguagem de programação utilizada - PHP	92
<b>Figura 19</b> - Painel administrativo da escola	93
<b>Figura 20</b> – <i>Layout</i> E-card digital	95
<b>Figura 21</b> - Tela de acesso às instituições cadastradas no E-card digital	96

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Localização das EMEF's campo de investigação do estudo	33
<b>Gráfico 2</b> -Tempo de atuação dos sujeitos na gestão escolar das EMEF's	35
<b>Gráfico 3</b> - Produção do PPPG/UFSM de 2017 a 2022	42
<b>Gráfico 4</b> -Temáticas de Pesquisa PPPG/UFSM de 2017 a 2022	43
<b>Gráfico 5</b> - Reorganização curricular	58
<b>Gráfico 6</b> - Nível de satisfação dos serviços prestados	67
<b>Gráfico 7</b> - Objetivos Praem	77

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Formação dos gestores escolares, sujeitos da pesquisa	34
<b>Tabela 02</b> - Fatores necessários para Educação Pública, gratuita e de qualidade	62
<b>Tabela 03</b> - Fatores que influenciam a construção de um currículo inclusivo de direito a aprendizagem	63
<b>Tabela 04</b> - Estratégias adotadas para enfrentar as dificuldades de aprendizagem	65
<b>Tabela 05</b> - Síntese das ações realizadas para apresentação e registro do produto da pesquisa	87
<b>Tabela 06</b> - Roteiro para a elaboração da Plataforma de Trabalho Colaborativo	88

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APC	Aprovado por Progressão Continuada
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CMESM	Conselho Municipal de Educação de Santa Maria
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMDECampo	Comissão Municipal para o Desenvolvimento da Educação do Campo
CONASEMS	Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde
CONATI	Concurso Artístico Nativista
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DOC	Documento Orientador Curricular
DTG	Departamento de Tradições Gaúchas
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFsul	Instituto Federal sul-rio-grandense
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPPG	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão

Educacional

PRAEM	Programa de Atendimento Especializado Municipal
PROCEDE	Programa de Controle de Evasão Disciplinar Escola
PROINOVA	Pró-Reitoria de Inovação e Empreendedorismo
PSE	Programa Saúde na Escola
RCG	Referencial Curricular Gaúcho
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SMEd	Secretaria de Município da Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
URCAMP	Universidade da Região da Campanha

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1	Dialogando com as memórias que me constituem.....	18
1.1.1	Da escola para a vida: experiências que formam.....	20
1.2	Das vivências no projeto às reflexões sobre o ensino.....	21
1.3	Da graduação às novas escolhas de formação.....	23
1.4	Objetivo da pesquisa.....	25
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA.....</b>	<b>29</b>
2.1	Contexto de investigação.....	31
2.2	Sujeitos da pesquisa.....	33
2.3	Construção dos dados.....	36
2.4	Análise dos dados.....	37
<b>3</b>	<b>PRODUÇÕES DO PPPG: O ESTADO DO CONHECIMENTO PARA O ESTUDO DO CURRÍCULO NO ENSINO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>40</b>
<b>4</b>	<b>GÊNESE DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL E OS MOVIMENTOS LEGAIS DO CURRÍCULO.....</b>	<b>48</b>
4.1	O currículo escolar sob a ótica das competências: inclusão ou exclusão?.....	53
4.2	Implementação curricular no município de Santa Maria: Documento Orientador Curricular.....	56
<b>5</b>	<b>ACHADOS DA PESQUISA: DO CURRÍCULO INCLUSIVO AO DIREITO À APRENDIZAGEM.....</b>	<b>60</b>
5.1	Gestão educacional e escolar e a articulação intersetorial com as redes de apoio no município de Santa Maria/RS .....	82
<b>6</b>	<b>PRODUTOS EDUCACIONAIS NO MESTRADO PROFISSIONAL.....</b>	<b>85</b>
6.1	O produto: PTC - plataforma de trabalho colaborativo.....	88
6.2	O subproduto: E-card digital.....	94
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>
	<b>APÊNDICE A - REGISTRO DIÁRIO DE CAMPO.....</b>	<b>108</b>
	<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COM GESTORES DAS EMEF'S.....</b>	<b>109</b>
	<b>APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO:</b>	

<b>TCLE.....</b>	<b>110</b>
<b>APÊNDICE D - DISSERTAÇÕES 2017 – PPPG/UFSM.....</b>	<b>112</b>
<b>APÊNDICE E - DISSERTAÇÕES 2018 – PPPG/UFSM.....</b>	<b>114</b>
<b>APÊNDICE F - DISSERTAÇÕES 2019 – PPPG/UFSM.....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICE G - DISSERTAÇÕES 2020 – PPPG/UFSM.....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE H - DISSERTAÇÕES 2021 – PPPG/UFSM.....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE I - DISSERTAÇÕES 2022 – PPPG/UFSM.....</b>	<b>120</b>
<b>ANEXO A - PROCESSO DE REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELLECTUAL.....</b>	<b>122</b>
<b>ANEXO B - PARECER EXPEDIDO PELO NÚCLEO DE PESQUISAS, GESTÃO DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES – NPGSI/SMEd.....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO C - PROCURAÇÃO UFSM.....</b>	<b>125</b>



## 1 INTRODUÇÃO

“[...] temos o direito de ser iguais sempre que as diferenças nos inferiorizem, temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize.”

Boaventura de Sousa Santos (1997)

O conhecimento escolar e sua distribuição é resultado de embates históricos em torno de quem ensina, o que ensina, como ensina, para quem e para que ensina, desde o período imperial até os dias atuais, por isso, o currículo é visto como um espaço de poder, e uma série de características sociais e políticas são incorporadas a ele. Na construção espacial do sistema escolar, o currículo é o núcleo e o espaço central mais estruturante da função da escola (Arroyo, 2011).

Nesse sentido, compreendemos a necessidade de analisarmos o currículo no espaço da escola, fomentando a discussão que envolve as propostas curriculares da instituição, sob uma perspectiva de construção histórico-cultural, social e educacional. Inferimos que a análise do trabalho curricular que vem sendo desenvolvido, a partir deste tripé de perspectivas, coaduna com o que entendemos por currículo: um ambiente não só de conhecimento, mas também, um espaço de contestação das relações sociais e humanas, lugar de gestão, de cooperação e inclusão efetiva de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

De certo, nesse entendimento, o currículo é visto não apenas sob a perspectiva dos conteúdos essenciais estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC<sup>1</sup>, apresentada pelo Conselho Nacional de Educação através da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, mas sobretudo, como elemento fundamental para a democratização e o acesso ao saber, direito de todos previsto pela Constituição Federal de 1988.

Ao desenvolvermos esta pesquisa, que está vinculada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Linha de Pesquisa 1: Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica e Superior, na modalidade de Mestrado Profissional, nos propomos a investigar como as redes de apoio do município de Santa Maria podem

---

<sup>1</sup> A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, homologado no dia 20 de dezembro de 2017, que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras públicas e particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

contribuir com a gestão educacional/escolar na garantia de um currículo inclusivo<sup>2</sup> de direito à aprendizagem. Durante a investigação, nos dispomos também a compreender como as escolas municipais se organizaram para atender a nova reconfiguração curricular, implementada pela BNCC; verificar o impacto das ações desenvolvidas pelas redes de apoio municipal, Conselho Tutelar (CT), Programa Saúde na Escola (PSE), Programa de Atendimento Especializado Municipal (Praem) e Busca Ativa Escolar, frente a casos como vulnerabilidade social, violência, negligência familiar, transtornos, dentre outros fatores que prejudicam o desenvolvimento pleno dos estudantes; caracterizar a atuação e intersectorialidade destas redes junto a gestão educacional e escolar no município; e, por fim, propor aos gestores educacionais o uso da plataforma integrada às redes de apoio escolar, criada como produto educacional desta pesquisa.

Acreditamos que a interconexão destas instituições com as escolas irá agilizar o processo de encaminhamento, otimizando, assim, o tempo de espera para uma avaliação com especialista, bem como, garantirá o acompanhamento dos atendimentos que estiverem sendo realizados com os estudantes, favorecendo a troca de informações entre os setores envolvidos.

A pesquisa está dividida em seis capítulos. O primeiro traz a introdução do trabalho e um fragmento narrativo do percurso de vida da pesquisadora, priorizando as vivências do meio familiar e escolhas que foram definindo os caminhos trilhados, até a sua inserção no mestrado profissional. Na sequência, são apresentados o problema e os objetivos da investigação. O segundo capítulo trata dos encaminhamentos metodológicos, apontando como se deu a construção e análise dos dados construídos apresentando as escolas campo de investigação, instituições públicas municipais de Santa Maria/RS e os sujeitos da pesquisa, os gestores educacionais/escolares. No capítulo seguinte, apresenta-se o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria/RS e os estudos realizados acerca do currículo do ensino fundamental, por pesquisadores do PPPG, buscando conhecer as temáticas já exploradas e verificar o que se aproxima e embasa o problema desta pesquisa. O capítulo quatro traz uma síntese dos marcos legais e teóricos da organização curricular no contexto

---

<sup>2</sup> Entende-se por currículo inclusivo de direito à aprendizagem, neste trabalho, aquele que inclui, além das crianças com deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola.

macro e local. O capítulo cinco apresenta os achados da pesquisa, trazendo discussões a respeito do ensino e os desafios enfrentados pelas instituições escolares municipais durante a pandemia da Covid- 19<sup>3</sup>. No sexto capítulo discorre-se sobre a importância dos produtos educacionais no Mestrado Profissional e apresenta-se o produto, oriundo desta pesquisa, uma plataforma colaborativa, criada como proposta para conectar gestão educacional, gestão escolar e redes de apoio à escola, visando garantir um ensino equitativo. Por fim, encontram-se as considerações sobre a investigação, as referências que embasaram o estudo e os apêndices.

### **1.1 Dialogando com as memórias que me constituem**

Compreendo<sup>4</sup> que para podermos entrevistar e entender o outro durante um processo de pesquisa, necessitamos, num primeiro momento, refletir sobre a nossa própria história, sobre o que nos motivou a escolher e percorrer o caminho que culminou a inclinação à docência, a busca por conhecimento, por realização pessoal e profissional. Por isso, dou início a este trabalho, buscando dar forma às escolhas, sentimentos e experiências vividas no decorrer da trajetória acadêmica e profissional, que se imbricam com a formação do “meu eu”. Assim, num diálogo saudoso com minhas memórias, vou constituindo a narrativa.

Nasci e morei na região de Porto Alegre/RS até os dez anos de idade, sou a primogênita de três filhas mulheres. Já durante a infância, convivi com desafios profissionais em família, tínhamos um ateliê de calçados que nos rendava centavos por peça elaborada. Nós, crianças, ajudávamos com o trabalho, realizando as tarefas mais simples, como trançar as tiras de couro e colar fivelas. Por vezes, nesta ocupação, adentrávamos as madrugadas com as mãos em movimentos minuciosos e os ouvidos atentos às histórias contadas por minha mãe para que não sentíssemos sono e continuássemos a ajudá-la, de modo que conseguisse realizar a entrega da produção dentro do prazo.

Fascinada pelos personagens apresentados nestas histórias, e mais ainda, pelos finais felizes, fui desenvolvendo a criatividade, a curiosidade e a imaginação. Conhecendo e interpretando, como os grandes artistas que assistia, fatos importantes

---

<sup>3</sup> COVID-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.

<sup>4</sup> Faremos uso da escrita em primeira pessoa do singular sempre que estivermos nos referindo a trajetória pessoal e profissional da pesquisadora.

da vida já na infância, dado que a [...] “leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 2003, p.11). Hoje, esse encantamento literário compartilho com os meus alunos, instigando-os a refletir e se comunicar sobre as importantes lições que podemos extrair das histórias para a vida real. Julgo que a inclinação pela interpretação artística também facilitou minha atuação frente às telinhas, durante o ensino remoto, quando nós professores nos desafiamos a um novo formato de ensino, tanto no que se refere ao atendimento dos meus alunos, quanto as vídeo aulas para a TV, quando participei do projeto “Educação em Cena”, promovido pela Secretaria de Município da Educação de Santa Maria em parceria com a UFSM e TV Câmara.

Para além das narrativas infantis, minha mãe aguçava-nos a curiosidade contando as lendas do lugar onde nascera e vivera até a adolescência. Uma das histórias mais intrigantes relata um incêndio que deixou uma milionária construção em ruínas, proferida por uma pedinte. Esse acontecimento deu nome ao lugar, localidade de Chácara Queimada, interior do pequeno município de Caçapava do Sul, onde vivi momentos memoráveis de minha infância.

O interior, para uma garotinha nascida na capital, mostrava-se tão atrativo quanto um cenário de conto infantil. No lugar onde morávamos, haviam muitas árvores e flores, córrego para nos banhar e um grande arvoredado que nos favorecia com uma quantidade variada de frutas. A escola onde estudávamos foi construída em um terreno cedido pelo meu avô, ao lado de nossa casa. Assim, nos intervalos de aula, convidávamos os colegas para apanhar frutas. Por vezes, a professora estendia o período de recreio no pátio, criando diferentes desafios para a turma multisseriada: separar as frutas por quantidades, nomeá-las por ordem alfabética, escrever frases e pequenos textos sobre o que estávamos fazendo no pomar.

Dessa maneira, avançávamos no processo de leitura e escrita, de forma lúdica, crítica e interligada com a realidade em que estávamos inseridos, o que leva a compreensão de que “[...] linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (FREIRE, 2003, p. 11).

A escola, apesar de pequena, (uma sala de aula, uma secretaria, uma cozinha e um banheiro), engrandecia-se pela proposta curricular que abarcava projetos que valorizavam os conhecimentos das famílias, como o preparo da terra para o cultivo de verduras e hortaliças na grande horta, da qual todos éramos benfeitores.

Durante as aulas, éramos divididos em grupos de trabalho na sala e os que finalizavam suas tarefas assertivamente podiam auxiliar os colegas. Ansiava por estes momentos, principalmente quando a professora me solicitava passar as atividades no quadro, enquanto ela atendia individualmente os que tinham mais dificuldade com a realização das propostas.

Hoje, atuando como coordenadora pedagógica, me empenho em buscar estratégias para solucionar os diferentes níveis de aprendizagem em sala de aula, pois compreendo o quão desafiador é o trabalho em uma turma multisseriada. O docente precisa conciliar diferentes conteúdos, dedicando-se para sanar as dificuldades de cada estudante e nisso, nossa professora era especial, atendia a cada um, com voz baixa, sempre nos incentivando a buscar o conhecimento e apostar em nossos sonhos.

Nos três últimos anos do Ensino Fundamental, outros professores deixaram marcas que são referência para a minha atuação profissional. Guardo com admiração os exemplos de dois deles, o professor de educação física, que me influenciou a prática sadia dos esportes em aulas e nas competições e a professora de Língua Inglesa e Língua Portuguesa que usava diferentes metodologias para transmitir o conteúdo. Suas aulas eram sempre criativas, incentivava a poesia, o teatro, a música e a dança. Educadores cujas práticas enobrecem a profissão que escolhi para a vida.

#### 1.1.1 Da escola para a vida: experiências que formam

Ao finalizar o ensino fundamental, mudei-me do interior para cidade em busca da continuação dos meus estudos, matriculando-me no magistério, numa escola muito bem estruturada, que permitia aos alunos uma participação ativa em sala de aula, nos conselhos escolares e Grêmios Estudantis. Participávamos de espaços onde discutíamos e fortalecíamos inúmeras possibilidades de ação e participação dos alunos na escola e na comunidade. Assim, fui conhecendo os princípios de gestão democrática que abarcam o trabalho do gestor escolar. Como líder da turma e participante do Grêmio Estudantil, estive engajada durante o primeiro ano do magistério, nas discussões pedagógicas e projetos educativos daquele educandário. Num curto período de tempo somei experiências que reproduzo nos espaços onde desempenho minha profissão, desde as vivências com teatro, quando improvisávamos cenas e figurinos maravilhosos, às aulas de filosofia em que

discutíamos sobre os mais diversos e complexos temas. Também neste ano, encantei-me pela professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, uma pessoa extremamente culta e divertida, que a cada aula se apresentava com assuntos novos e interessantes e uma forma alegre e contagiante de envolver os alunos. Um poucas frases em inglês “*Waiter waiter - Come here - A soup please - Waiter waiter - A fly in my soup!*” viravam uma interpretação teatral. Enquanto não realizávamos a pronúncia correta e não tínhamos as expressões e gestos condizentes com alguém que recebe do garçom um prato de sopa com uma mosca dentro, tínhamos que repetir tantas vezes quantas fossem necessárias. Era uma diversão!

Além disso, neste ano, tínhamos um coral na escola com encontros semanais. O professor tocava um teclado e nós o acompanhávamos. De início, um coro totalmente desafinado, aos poucos, com muita paciência, nosso maestro organizava as vozes e o repertório de apresentações.

No segundo ano do magistério, a grade curricular contemplava, para além das aulas no turno da manhã, três tardes por semana, tornando-se impossível para mim, conciliar as aulas do Magistério com o trabalho que desempenhava para suprir minha estadia na cidade. Troquei de curso, aproveitei as disciplinas já cursadas e concluí o ensino médio no ano seguinte, estudando à noite.

Quando finalizei o Ensino médio, tínhamos apenas uma instituição de ensino superior na cidade em que residia, Caçapava do Sul, a Universidade da Região da Campanha - Urcamp, e esta não ofertava o curso de pedagogia, por esse motivo, o sonho da docência foi postergado. Outros projetos de vida fizeram-se presentes, o mais lindo deles, a maternidade. Meu casal! Os responsáveis pelas emoções mais congruentes, a quem tenho o maior amor do mundo.

Revisitando a trajetória percorrida, refletindo sobre os percalços ao longo da jornada, percebo que a persistência me levou à minha realização profissional, e que embora não tenha acontecido na sequência de fatos em que desejava, trilhar esse caminho cheio de curvas significou importantes conhecimentos, os quais são ainda ampliados, à medida em que compartilho com o outro.

## **1.2 Das vivências no projeto às reflexões sobre o ensino**

Partindo de pequenos indícios e não só de grandes acontecimentos, rememoro um projeto de dança realizado em uma escola da rede municipal de Caçapava do

Sul/RS, localizada numa comunidade de baixa renda, com índices de violência, evasão escolar e drogatização. Foi no tocante desta iniciativa que compreendi, antes mesmo de cursar uma graduação, a força que tem os projetos extracurriculares na escola, a julgar pela dança, pois os alunos envolvidos com essa arte desenvolvem perspectivas pessoais e de autoestima. Ficam longe das ruas, das drogas, da violência e da criminalidade. Trata-se, com certeza, de um aprendizado emocional de grande alcance, capaz de combater a timidez e a insegurança e de fortalecer as inter-relações.

Em virtude disso, quis compartilhar com os estudantes parte da vivência que havia adquirido, participando de grupos de danças tradicionais e folclóricas. Fiz a proposta voluntária para a escola e o convite aos estudantes. De início, poucos compareceram, mas à medida que os ensaios iam acontecendo o grupo ganhava novos integrantes. Os resultados logo surgiram, éramos convidados para apresentações em diversos eventos municipais, e no mesmo ano de formação do elenco artístico, conquistamos o primeiro lugar em danças tradicionais no Dançart, festival de danças renomado na cidade.

No ano seguinte, fui eleita a patroa do Departamento de Tradições Gaúchas da escola, DTG Unidos pela Tradição, cujo local de reuniões e ensaios de dança era um galpão de madeira antigo e mal conservado. Com assenso da direção escolar, buscamos patrocínios nas olarias e lojas de materiais de construção da cidade e organizamos a venda de inúmeros risotos, até conseguirmos angariar fundos para construir uma sede nova para o departamento.

Com o novo espaço, surgiram outras possibilidades. Mais uma vez buscamos apoiadores e ampliamos a proposta do projeto, desta vez para incluir estudantes interessados em música, poesia, desenho e artesanato. Para frequentarem as aulas, sem custo nenhum, os estudantes precisavam apresentar bons resultados e frequência na escola.

A partir desta experiência, promovemos um evento memorável no município, o Concurso Artístico Nativista - CONATI. A ideia surgiu a partir de eventos tradicionalistas que fui convidada para avaliar, em cidades vizinhas, mas diferente destes, o objetivo principal não era premiar os dotes artísticos dos participantes, mas sim evidenciar o quanto um grupo mobilizado é capaz de melhorar a relação da instituição escolar com a comunidade onde se insere.

Rotineiramente, os jornais da cidade divulgavam notas sobre o trabalho que estava sendo desenvolvido na escola, reafirmando a importância do projeto para os estudantes e familiares envolvidos. A veiculação de reportagens na mídia e as entrevistas na rádio local contribuíram para que o sucesso da 1ª edição do concurso fosse reconhecido pelo legislativo municipal que me concedeu menção honrosa pela criação e organização do CONATI, o qual, no ano seguinte, integrou o calendário de eventos da cidade, contando com previsão de verba municipal.

A partir da experiência com esse grupo de estudantes, escrevi alguns artigos para revistas e jornais, compartilhando reflexões sobre a dança como meio de inclusão social no ambiente escolar e sobre a importância de projetos extracurriculares que envolvam o estudante, instiguem a sua curiosidade e valorizem o seu potencial. Igualmente, tenho defendido a necessidade de propostas similares para as escolas da rede municipal de educação, pois acredito que projetos enriquecem o currículo e garantem a frequência, o bom rendimento escolar e o senso de pertencimento à escola e a comunidade da qual fazem parte.

### **1.3 Da graduação às novas escolhas de formação**

A graduação em Pedagogia Licenciatura Plena com Habilitação em Orientação e Supervisão foi uma importante realização pessoal e um marco em minha vida profissional. Desde o primeiro contato com a sala de aula, tenho me desafiado a dialogar com a teoria e a prática, buscando validar o conhecimento adquirido com um grupo de estudantes, no projeto voluntário, com as disciplinas e experiências compartilhadas durante a graduação, com o objetivo de transformar a escola num ambiente de aprendizagem que fortaleça as vivências coletivas e as individualidades dos estudantes.

Assim, num movimento de análise crítica fui construindo uma trilha auto formativa, participando de simpósios e congressos que contribuíram para uma compreensão mais ampliada sobre o papel da escola na sociedade. Posteriormente, tive a oportunidade de estudar de forma aprofundada, durante o curso de pós-graduação em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria /RS, o conceito de gestão escolar, a forma como é garantida a autonomia da unidade escolar, as perspectivas da gestão escolar, a importância da participação de toda a comunidade escolar na construção do Projeto Político Pedagógico e o trabalho da



gestão escolar democrática, conhecimentos essenciais para o trabalho que desenvolvo atualmente, como coordenadora pedagógica.

Rememorando o caminho percorrido, reflito sobre a capacidade que o indivíduo tem de ajustar a sua existência em busca do novo, que não é diferente do que acontece cotidianamente com a prática docente, já que estamos sempre nos lapidando, buscando no interior do nosso eu, razão para cada uma de nossas escolhas. Foi assim, refletindo sobre o quanto a literatura impactou na minha formação, desde as histórias contadas pela minha mãe, as quais reproduzi aos meus filhos, que me motivaram a cursar uma segunda graduação, licenciatura em Letras - Português e literaturas na UFSM. Por meio desta, participei de jornadas acadêmicas e encontros literários que reverberaram importantes trocas com os pares. Igualmente, os encontros junto ao Núcleo de Estudos Sobre Memória e Educação (Povo de Clio), as discussões, narrativas e apresentações, fomentaram a escrita de trabalhos para congressos e revistas científicas.

No decorrer da trilha formativa, quando ficamos em isolamento social em decorrência da pandemia do vírus Sars COVID 19 e tantas incertezas somaram-se à prática docente, ingressei em dois cursos de especialização, no intuito de buscar conhecimentos que contribuíssem para a solução das demandas da gestão escolar, como a formação continuada dos profissionais da educação e o engajamento dos estudantes em propostas de iniciação científica.

Especializei - me em Ensino de Ciências - Anos Finais do Ensino Fundamental “Ciência é dez”, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e tornei-me Especialista em Espaços e Possibilidades para a Educação Continuada, através do curso ofertado pelo IFSul - Instituto Federal Sul-rio-grandense. Paralelo à realização destes, ingressei no Grupo Redes de Pesquisas, através do qual tenho a oportunidade de discutir, aprender e compartilhar aprendizagens com colegas e professores de diferentes linhas de pesquisa. Em 2021, ingressei como mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - PPPG/UFSM, por meio do qual tenho me desafiado a discutir junto aos gestores educacionais/escolares, garantias para um currículo inclusivo de direito à aprendizagem.

No decorrer desta pesquisa, senti necessidade de aprofundar os conhecimentos acerca do conceito de inclusão, por esse motivo, dei início iniciei a uma nova prática formativa, mais no curso de especialização em Atendimento

Educacional Especializado, pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, o qual tem potencializado as discussões sobre como ensinar estudantes que apresentam alguma deficiência ou estejam enfrentando determinada dificuldade que o impeça de aprender como os demais colegas.

Naturalmente, as práticas de (auto)formação, que aqui são compartilhadas, são (re)significadas por meio do (re)conhecimento da construção identitária da mestrandia em formação, de tudo que vivenciou, de tudo que deixou de viver e de tudo que ainda tem para experienciar, enquanto pessoa, pesquisadora e profissional, tal qual verso de Fernando Pessoa: “Sim, sou eu, eu mesma, tal qual resultei de tudo.../ Quanto fui, quanto não fui, tudo isso sou.../ Quanto quis, quanto não quis, tudo isso me forma...” e logo, me desafia como pessoa e me inquieta enquanto profissional consciente de seu inacabamento.

#### **1.4 Objetivo da pesquisa**

O currículo é tido geralmente como um dos pontos centrais dos projetos de reforma social e educacional, ocupando um espaço estratégico de direito. As iniciativas de mudanças advindas das reformas buscam melhorar o cenário educacional a partir de perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais, de acordo com a realidade e o contexto em que a sociedade se encontra e dos interesses de quem as propõe.

Ao longo dos anos, a legislação educacional brasileira aprovou reformas que mudaram os rumos da educação, desde a instrução voltada aos interesses da fé até a padronização básica dos currículos, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Logo, para compreendermos a educação que é oferecida em nosso país, é necessário analisarmos as reformas, refletindo criticamente sobre as mudanças curriculares provocadas a partir da legislação, sem deixar de mensurar o papel de todos os envolvidos no processo educativo, pois os documentos por si só não garantem que o ensino se efetive na prática, eliminando o modelo deficiente e excludente de educação que herdamos.

Acreditamos que, para visualizarmos mudanças nesse sentido, precisamos “arregaçar as mangas” e trabalharmos em prol da equidade escolar por meio do currículo, que é a base e o caminho mais poderoso que temos enquanto profissionais atuantes na educação. Carecemos de refletir sobre a colocação de Arroyo (2011, p.

116), para nos inquietarmos frente a dicotomia entre conhecimento e experiência:

Essa polarização entre conhecimento e experiência passou a operar como padrão de hierarquização de saberes e, sobretudo, de experiências e de coletivos sociais e profissionais. Nessa hierarquia se supõe que os coletivos superiores produzem experiências e conhecimentos nobres enquanto os coletivos tidos como inferiores, atolados nas vivências comuns do trabalho e da sobrevivência produzem saberes comuns.

Por essa razão defendemos que a escola necessita atuar como agente facilitador do desenvolvimento pleno do educando, sem permitir que ocorram formas diferenciadas de tratamento, privilégios ou hierarquização entre as pessoas. A instituição escolar, do político ao pedagógico, precisa garantir a igualdade de direitos, a colaboração e a socialização de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Deve estimular a afetividade e construir elos que melhorem as relações sociais, dentro e fora da escola, a fim de ajudar os estudantes a superarem dificuldades e problemas que impeçam a sua formação holística, a sua preparação para a vida em sociedade.

Inegavelmente, promover a inclusão escolar, não só na teoria, mas sobretudo na prática, em todas as suas formas, é uma tarefa complexa que requer esforços de múltiplas frentes de trabalho. Por isso, a necessidade de fortalecer e articular ações por meio de redes intersetoriais<sup>5</sup>, que junto à escola se comprometam com as dificuldades enfrentadas por crianças e estudantes.

A respeito disso, as fragilidades evidenciadas pelos gestores escolares municipais de Santa Maria/Rs, no que se refere aos atendimentos de órgãos como o Conselho Tutelar<sup>6</sup>, a Busca Ativa Escolar<sup>7</sup>, o Programa Saúde na Escola - PSE<sup>8</sup> e o Programa de Atendimento Especializado Municipal - Praem<sup>9</sup>, e a implicação destes

---

<sup>5</sup> A intersectorialidade representa uma estratégia de gestão baseada na articulação das diferentes áreas que compõem a administração pública. Isso significa planejar ações que integram educação, saúde, assistência social, transporte, segurança, entre outros direitos do cidadão.

<sup>6</sup> Criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Conselho Tutelar é uma organização de serviço social essencial para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

<sup>7</sup> A Busca Ativa Escolar é um termo que se refere às ações de identificação, localização e resgate de estudantes em situação de evasão e abandono escolar.

<sup>8</sup> O PSE foi criado em 2007 como uma política intersectorial, atua no sentido de promover a prevenção e a atenção à Saúde, enfrentando as vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

<sup>9</sup> Criado pela LEI Nº 5.991, de 23 de junho de 2015, o PRAEM é um programa que visa garantir atendimentos nas áreas da Saúde e Educação aos alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Santa Maria que estejam enfrentando dificuldades em seu percurso de escol

atendimentos, no sucesso escolar dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS.

Regressando às primeiras discussões entre orientanda e orientadora, rememora-se um cenário dificultoso em nossas escolas, nestes últimos três anos, no que diz respeito à morosidade, falta de retorno sobre as avaliações realizadas e desligamento dos estudantes nos atendimentos para os quais foram encaminhados. Por vezes, o encaminhamento de avaliação com especialista ou pedido de diagnóstico solicitado pela escola, é a única possibilidade de identificar os apoios necessários para que o aluno participe plenamente e em igualdade de condições da vida escolar.

A partir destas constatações, surgiu o problema desta pesquisa: Como as redes de apoio do município de Santa Maria podem contribuir com a gestão educacional/escolar na garantia de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem?

Buscando soluções que possam vir a contribuir com o problema evidenciado neste meio em que a pesquisadora se inseriu profissionalmente, traçou-se o objetivo geral desta pesquisa de mestrado profissional:

- Desenvolver uma plataforma colaborativa, integrada às redes de apoio à gestão educacional/escolar no município de Santa Maria/RS, como dispositivo para um currículo inclusivo, voltado aos direitos de aprendizagem de todos os alunos, independentemente do tipo de deficiência, diferença linguística, cultural e social.

Ao delimitarmos o problema de pesquisa, prognosticando soluções para situações em que profissionalmente estamos envolvidos, se faz necessário aprofundar a investigação, sendo "recomendável que o educador procure esclarecer as interrogativas que emergem do âmbito educacional ou, pelo menos, participe como integrante de equipes de pesquisa que pretendam elucidar determinadas realidades que preocupam a escola" (Trivinos, 1987, p. 93), nesse sentido, surgiram os objetivos específicos:

- compreender como as escolas municipais de Santa Maria/RS se organizaram para atender a nova reconfiguração curricular, implementada pela BNCC;
- verificar o impacto das ações desenvolvidas pelas redes de apoio municipal, frente a casos como vulnerabilidade social, violência, negligência familiar, transtornos, dentre outros fatores que prejudicam o desenvolvimento pleno dos estudantes;
- caracterizar a atuação e intersectorialidade das redes de apoio junto a gestão

educacional e escolar na rede municipal de educação de Santa Maria;

- propor aos gestores educacionais o uso da plataforma integrada às redes de apoio escolar, visando que o atendimento aos estudantes encaminhados a estes órgãos seja acompanhado pela escola.

A partir do embasamento teórico, estudo e aprofundamento das leis e normativas curriculares, compusemos a escrita dos capítulos que delineiam o objetivo principal e os específicos deste estudo, partindo então para a elaboração de um dispositivo on-line que fomenta o trabalho intersetorial, disponibilizado para utilização da gestão educacional.

Ao propormos a adesão do município ao produto educacional que criamos, almejamos um trabalho colaborativo entre as diferentes instituições de apoio à escola, priorizando o que fazer realizado pelo Praem, que é um programa municipal instituído como política pública permanente do Município de Santa Maria/RS.

Este programa prevê, conforme menciona seu documento de criação, o atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos; a promoção de condições que favoreçam processos educativos de qualidade; a inclusão educacional; o fornecimento de orientações e/ou informações necessárias para a promoção da aprendizagem; o estabelecimento de parcerias para dinamizar ações interdisciplinares e agilizar a demanda de atendimento; o acompanhamento dos indicadores de qualidade do ensino público e o desempenho individual dos estudantes atendidos.

Logo, compreendemos a essencialidade desta política pública em nosso município, haja vista que está atrelada à saúde, a inclusão, a qualidade do ensino e às necessidades e direitos dos estudantes.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A temática de pesquisa advém das inquietações frente ao trabalho que desenvolvo atualmente como coordenadora pedagógica de uma instituição pública municipal, de ensino fundamental. Nesse sentido, configura-se numa pesquisa interativa que busca compreender situações vivenciadas na Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS, campo de investigação do estudo, no que se refere a garantia de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem.

O enquadramento teórico-metodológico está alicerçado na pesquisa-ação, fundamentando-se na análise de leis, documentos e publicações que tratam das reformas curriculares, como estratégia de investigação, interpretação, participação e transformação da realidade no âmbito da abordagem qualitativa.

A definição por esta interpelação se dá pela possibilidade de estudar o fenômeno em seu ambiente natural, considerando a multiplicidade de componentes presentes que interagem e que se influenciam mutuamente. Além disso, por permitir ao pesquisador uma forma mais ampla de trabalhar com os sujeitos da pesquisa, uma vez que “[...] a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Minayo, 2010, p. 22).

Nessa perspectiva, a abordagem da investigação em questão vai ao encontro dos objetivos almejados - em especial, àqueles que dizem à reflexão e à imersão dos sujeitos no objeto de estudo, que compreende a educação como um fenômeno social que se desdobra a partir das relações sociais. Esse tipo de pesquisa social com base empírica é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de problemas coletivos, bem como de aprendizagem dos atores e pesquisadores envolvidos (Thiollent, 2011).

Outrossim, a pesquisa ação, como investigação-ação, atende os critérios da pesquisa acadêmica e segundo Tripp 2005, “[...] é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela.” (Tripp, 2005, p.445). Por esse motivo, está de acordo com o objetivo prioritário do mestrado profissional, que visa qualificar a formação dos profissionais da educação para a atuação em processos de gestão das redes/sistemas e contextos educativos das instituições de ensino.

Visando a aplicação prática deste estudo definiu-se o contexto de investigação, a rede municipal de ensino de Santa Maria/RS, e os interlocutores de pesquisa, os gestores educacionais/escolares, os quais, a partir de seus conhecimentos e vivências podem contribuir de forma efetiva com o objeto de pesquisa.

Foram realizadas reuniões com os gestores educacionais, de forma presencial, na Secretaria de Educação, fazendo-se uso do diário de campo para as anotações (apêndice A). Para os gestores escolares foi enviado um questionário (apêndice B), com perguntas abertas e fechadas, indagando sua compreensão sobre o direito de aprendizagem dos estudantes, sobre a reestruturação curricular nas instituições municipais e a atuação das redes de apoio no âmbito da escola.

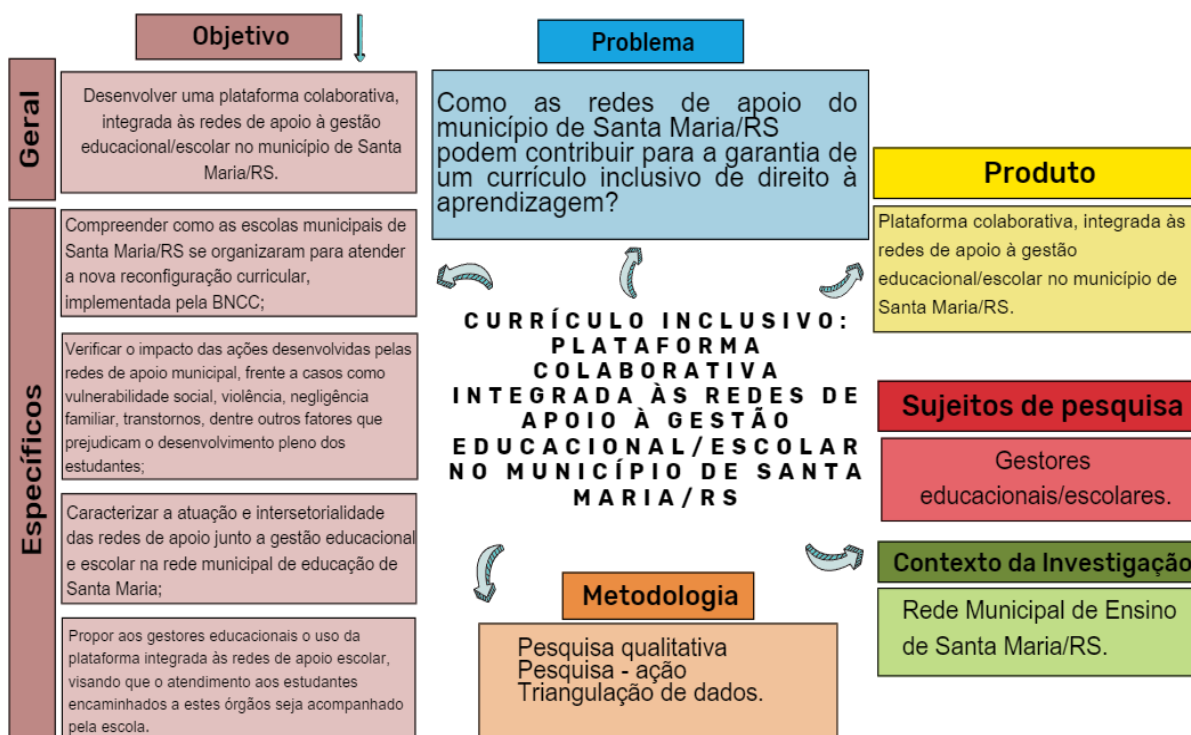
Adotou-se a triangulação de dados, como técnica para a validação e complementação das informações provenientes dos documentos que embasaram a pesquisa, do questionário respondido pelos gestores escolares e das reuniões realizadas com os gestores educacionais.

O trabalho está em concordância com as diretrizes éticas para a pesquisa, adotadas em 2011 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, buscando garantir os preceitos e procedimentos éticos que a investigação científica requer. Também movimenta-se de acordo com a Resolução 196/96 (Brasil, 1996) que estabelece normas regulamentadoras para pesquisas que envolvem seres humanos.

À vista disso, os interlocutores do estudo, foram advertidos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice C), através do qual ficaram cientes da liberdade de participar ou não da pesquisa, podendo retirar o consentimento em qualquer etapa do processo de investigação, sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo. Além disso, foram orientados sobre a garantia da confidencialidade das informações relacionadas com a privacidade, a proteção da imagem e a não-estigmatização, bem como da liberdade de acesso aos dados do estudo, em qualquer etapa da pesquisa e a segurança de acesso aos resultados apurados.

Diante das inferências citadas, refletimos sobre os desdobramentos da pesquisa, os quais apresentamos numa síntese, na figura a seguir:

**Figura 1 - Síntese da investigação**



**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora (2023).

Com base nesta sistemática, alinhou-se às reflexões da pesquisa que permearam as questões curriculares e os direitos de aprendizagem dos estudantes, e caracterizou os serviços prestados pelo Programa de Atendimento Especializado Municipal - Praem, Conselho Tutelar, Programa Saúde na Escola - PSE e Busca Ativa Escolar.

## 2.1 Contexto de investigação

O contexto de investigação é a rede municipal de ensino de Santa Maria/RS, cidade com 296.081 habitantes, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2022. Município conhecido como “Cidade Cultura”, graças ao alto número de instituições de ensino, dentre elas, uma das maiores universidades do país, a Universidade Federal de Santa Maria. Ainda, carinhosamente Santa Maria é reconhecida por seus munícipes como “Coração do Rio Grande”, devido a sua localização geográfica no centro do estado do Rio Grande do Sul, conforme se evidencia no mapa:



**Figura 2** - Localização de Santa Maria no Estado do RS



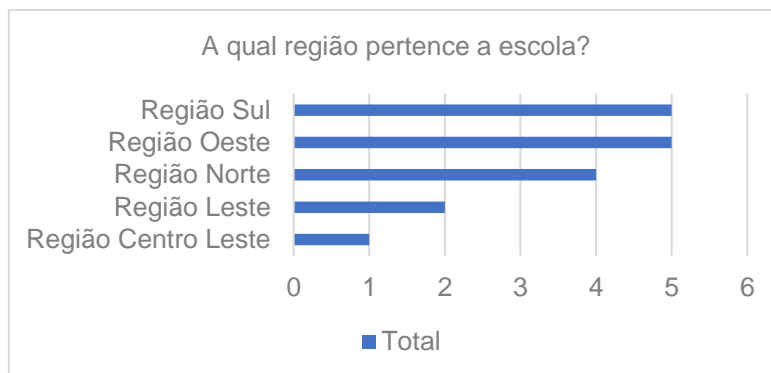
**Fonte:** Site da Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS.

Para a delimitação do objeto de estudo e aprimoramento das discussões que envolvem a pesquisa, contatou-se a gestão educacional da Rede Municipal de Ensino e os gestores escolares das instituições municipais que trabalham com a etapa do ensino fundamental em nosso município.

Para contextualizar a temática da pesquisa bem como para fornecer o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o link para o preenchimento do formulário, foi encaminhado e-mail pelo endereço institucional das 54 EMEFs que compõem a rede. Destas, 17 retornaram dados à pesquisa, optando por se identificar, são elas: EMEF Chácara das Flores, EMEF Dom Luiz Victor Sartori, EMEF Euclides da Cunha, EMEF Fontoura Ilha, EMEF Francisca Weinmann, EMEF Leduvina da Rosa Rossi, EMEF Lívia Menna Barreto, EMEF Oscar Grau, EMEF Professora Erlinda Minoggio Vinadé, EMEF Professora Maria de Lourdes Bandeira Medina, EMEF Rejane Garcia Gervini, EMEF Renato Nocchi Zimmermann, EMEF Santa Flora, EMEF São João Batista, EMEF Sérgio Lopes, EMEF Martinho Lutero, EMEF Pedro Kunz.

Conforme se observa na figura abaixo, as escolas participantes da pesquisa estão localizadas em cinco diferentes localidades do município, tendo uma participação maior nas regiões oeste e sul. Dentre estas instituições, duas estão inseridas na zona rural do município, contando com um número expressivo de estudantes matriculados e uma proposta curricular que valoriza a riqueza cultural da vida no campo.

**Gráfico 1** – Localização das EMEFs do campo de investigação do estudo.



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2023)

Dos diálogos e observações que nos foram possibilitados junto à gestão educacional da Rede Municipal de Ensino, caracterizou-se, a partir da compreensão da pesquisadora, a atuação e intersectorialidade dos órgãos em evidência no estudo, o Conselho Tutelar, o Programa de Atendimento Especializado Municipal – PRAEM, o Programa Saúde na Escola – PSE e a Busca Ativa Escolar, que no decurso da pandemia da Covid 19 era realizado pelo Programa de Controle de Evasão e Disciplina Escolar - PROCEDE<sup>10</sup>.

## 2.2 Sujeitos da pesquisa

Objetivando compreender como as instituições se organizaram para atender a nova reconfiguração curricular e verificar o impacto das ações desenvolvidas pelas redes de apoio municipal, frente a casos como vulnerabilidade social, violência, negligência familiar, transtornos, dentre outros fatores que prejudicam o desenvolvimento pleno dos estudantes, e a importância da articulação com estes órgãos para a garantia de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem, contactamos os gestores escolares<sup>11</sup> para contribuir com a pesquisa. Os mesmos foram nominados neste estudo como Gestor, seguido de um número sequencial,

<sup>10</sup> Programa responsável pela Busca Ativa Escolar, orientada pela resolução CMESM nº40, de 22 de junho de 2020, como uma estratégia de manutenção e restabelecimento de vínculos para resgatar crianças e/ou estudantes evadidos ao longo da pandemia e após o término dela.

<sup>11</sup> Por gestores escolares, neste estudo, entende-se os sujeitos envolvidos com a organização da escola, buscando articular ações pedagógicas, administrativas, financeiras e de recursos humanos que promovam condições efetivas para garantir o avanço do processo de ensino-aprendizagem.

conforme a ordem com que foram respondidos os questionários enviados às escolas, em ordem crescente, do Gestor 1 ao Gestor 17.

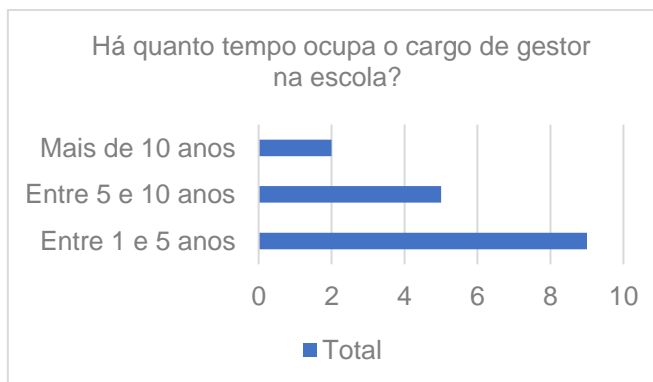
A partir dos dados angariados sobre o nível de escolaridade dos entrevistados, constatou-se que apesar dos gestores terem formação básica em diferentes áreas, somando-se os percentuais em que a Pedagogia foi citada, 35,4%, concluímos que a maioria tem como formação inicial no curso de Pedagogia e como pós-graduação, a especialização em Gestão Educacional. 31,20% dos entrevistados possui pós-graduação em nível de mestrado e 17,7% em nível de doutorado, conforme se observa no gráfico abaixo:

**Tabela 1** – Formação dos gestores escolares, sujeitos da pesquisa

<b>Formação acadêmica dos sujeitos da pesquisa</b>	
Pedagogia	11,8%
Pedagogia Licenciatura Plena	5,9%
Educação Especial	5,9%
Educação Física	5,9%
Licenciatura Plena em História	5,9%
Licenciatura Plena em Ciências Biológicas	5,9%
Mestrado	7,6%
Doutorado	5,9%
Especialização em gestão escolar, orientação, supervisão e educação infantil.	5,9%
Graduação em Pedagogia, Especialização em Gestão Educacional, Mestrado e Doutorado em Educação,	5,9%
Licenciatura em Pedagogia, Especialização em Gestão Educacional e Mestrado em Educação	5,9%
Pedagogia Licenciatura Plena, Especialização em Gestão Educacional, Mestre em Educação, Doutorado em Educação	5,9%
Pedagogia habilitação em Psicologia do desenvolvimento, Especialização em Psicopedagogia, Aperfeiçoamento Novas Tecnologias da Educação, Curso de Aperfeiçoamento em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional.	5,9%
Pós-Graduação em Gestão Escolar e Docência na Educação Infantil, Mestrado em Políticas Públicas e Gestão educacional (em andamento)	5,9%

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora (2023).

No que se refere ao tempo de atuação no cargo de gestão escolar, o gráfico a seguir nos permite constatar que nenhum dos participantes da pesquisa possui tempo inferior há um ano no exercício das atividades. Analisando as escalas através de percentuais, constata-se que 29,4% ocupa o cargo de gestor entre 5 e 10 anos, 58,8% entre 1 e 5 anos e 11,8% há mais de 10 anos.

**Gráfico 2** –Tempo de atuação dos sujeitos na gestão escolar das EMEFs.

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2023)

Tais informações nos permitem analisar o perfil dos sujeitos da pesquisa, dando-nos subsídios para a interpretação futura de suas contribuições com o tema de investigação. Além dos dados obtidos por meio do formulário respondido pelos gestores escolares, das instituições que trabalham com o Ensino Fundamental, realizou-se reuniões com os gestores educacionais<sup>12</sup> da Secretaria Municipal de Educação - SMEd e representantes das instituições citadas nesta pesquisa como redes de apoio à gestão educacional/escolar. Além destes, houve reunião em que se fez necessária a presença do responsável pelo Núcleo de Propriedade Intelectual da Pró-Reitoria de Inovação e Empreendedorismo - PROINOVA<sup>13</sup>/UFSM, para tecer orientações a respeito dos percentuais de titularidade das instituições envolvidas no desenvolvimento do programa de computador, produto educacional criado a partir dos estudos desta pesquisa.

Na oportunidade em que nos recebeu em seu gabinete, a secretária de educação do município nomeou uma equipe para discutir a possibilidade de implementação da Plataforma de Trabalho Colaborativo na Rede Municipal de

<sup>12</sup> Entende-se por gestores educacionais os sujeitos que assumem a responsabilidade pela organização do sistema pedagógico em sua totalidade, estabelecendo políticas que orientam a tomada de decisão, bem como, leis e regulamentos que orientam o trabalho das escolas em todos os níveis.

<sup>13</sup> Órgão responsável por manter mecanismos de incentivo à inovação e ao empreendedorismo, identificando as demandas tecnológicas da sociedade e criando oportunidades de interação com a UFSM por meio de projetos ou criação de empreendimentos inovadores e sustentáveis, também prospectando e estimulando a transferência do conhecimento e das tecnologias geradas na UFSM para a sociedade, com foco na produção de bens, processos e serviços inovadores.

Educação. O grupo foi formado pela coordenadora do Núcleo de Pesquisas, Gestão de Sistemas e Informações – NPGSI/SMEd, uma representante do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal de Santa Maria – NTEM, coordenadora do Programa Especializado Municipal - PRAEM, do Programa Saúde na Escola - PSE e o coordenador da Busca Ativa Escolar.

### 2.3 Construção dos dados

Para a construção dos dados desta pesquisa-ação, seguiu-se os passos estabelecidos por Thiollent (2011), que estipula as seguintes fases: fase exploratória, fase principal (planejamento), fase de ação e fase de avaliação. Na primeira fase da pesquisa, intercorreu o diagnóstico do problema, a partir da técnica do questionário, por meio do *Google Forms*<sup>14</sup>. A escolha pelo uso do aplicativo se dá pela possibilidade de interlocução com um número maior de atores envolvidos nos processos educativos, das instituições municipais que atendem o ensino fundamental, em Santa Maria/RS.

Na segunda fase da construção dos dados, executaram-se o planejamento e a ação. O planejamento da ação foi realizado a partir dos dados construídos junto aos gestores escolares, durante a primeira fase. A ação em si foi desenvolvida a partir de reuniões realizadas com equipe da Secretaria Municipal de Educação - SMEd e Pró-Reitoria de Inovação e Empreendedorismo - PROINOVA, unindo esforços para a elaboração e registro do produto educacional de mestrado profissional.

Nesta etapa utilizou-se o diário de campo para a sistematização das observações e perspectivas fomentadas pela pesquisadora e demais sujeitos envolvidos no campo de pesquisa. A utilização desse dispositivo foi substancial para os registros da investigação e percepção dos envolvidos nas discussões acerca do objeto de estudo, sendo suporte indispensável para a tessitura das análises do material empírico, consoante ao que nos aponta Araújo et al. (2013):

[...] o diário tem sido empregado como modo de apresentação, descrição e ordenação das vivências e narrativas dos sujeitos do estudo e como um esforço para compreendê-las. [...]. O diário também é utilizado para retratar os procedimentos de análise do material empírico, as reflexões dos pesquisadores e as decisões na condução

---

<sup>14</sup> Google Forms é um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. Os usuários podem usar o Google Forms para pesquisar e coletar informações sobre outras pessoas e também podem ser usados para questionários e formulários de registro.

da pesquisa; portanto ele evidencia os acontecimentos em pesquisa do delineamento inicial de cada estudo ao seu término (ARAÚJO et al., 2013, p. 54).

Na fase da avaliação efetivou-se as hipóteses levantadas com a criação da plataforma de trabalho colaborativo, que se encontra em processo de registro junto à PROINOVA (anexo A). A mesma, conforme parecer expedido pelo Núcleo de Pesquisas, Gestão de Sistemas e Informações - NPGSI/SMEd (anexo B), vai ao encontro das reais necessidades de uma rede de apoio para o município, garantindo um currículo inclusivo numa perspectiva de Gestão Escolar que confere maior agilidade e clareza aos processos relacionados às crianças e estudantes, principalmente aos que apresentam casos de vulnerabilidade social. Também elaborou-se um cartão eletrônico que disponibiliza as informações de contato e mapeamento das redes de apoio à escola, investigadas neste estudo, e demais instituições municipais que prestam atendimentos às crianças e adolescentes da Rede de Ensino, como os CRAS, CAPS, UBS, TRANSCENDER e Clínica de Psicologia da Universidade Franciscana.

## **2.4 Análise dos dados**

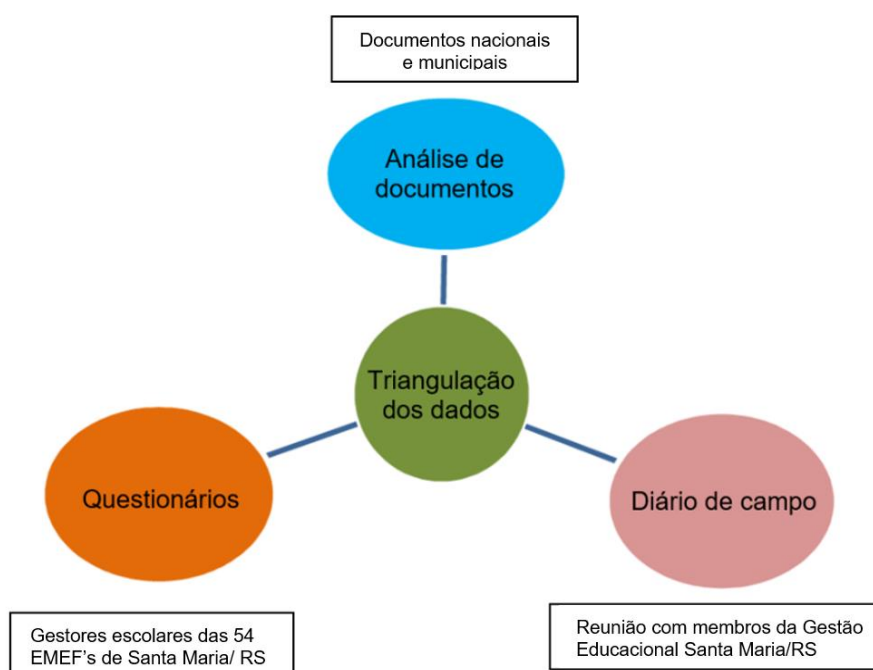
Os dados foram analisados a partir de um processo crítico reflexivo, que foi se constituindo desde a formulação do problema, da seleção dos participantes, da interação com os sujeitos durante a geração desses dados, até a interpretação dos resultados. De início, esquematizamos uma síntese de análise, a partir da leitura flutuante dos materiais coletados, definindo os documentos, e formulando hipóteses e objetivos para a constituição do corpus do trabalho. Após, organizamos os temas que se repetiram com frequência, o que estabeleceu a dimensão e a direção que a análise tomaria. Na sequência, passamos a exploração do material, nos dedicando a interpretar os dados construídos, buscando apoio teórico em autores que discutem o nosso tema de investigação.

Para uma análise bem fundamentada, os dados foram triangulados com a legislação educacional vigente e o conhecimento prático dos sujeitos envolvidos, registrado em diário de campo. As observações apontadas neste instrumento de registro se deram durante reuniões realizadas com membros da gestão educacional e representantes das instituições citadas na pesquisa (Praem, PSE, Conselho Tutelar,

Busca Ativa).

Na primeira fase realizou-se uma análise interpretativa dos dados advindos dos questionários respondidos pelos gestores escolares. Já na segunda fase, estabeleceu-se uma análise subjetiva dos dados apontados no diário de campo. A figura a seguir ilustra como se deu a triangulação desses dados:

**Figura 3** - Síntese da triangulação dos dados



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2023).

A partir da triangulação dos dados obtidos na pesquisa, surgiram as seguintes categorias de análise: **currículo inclusivo, direito à aprendizagem e rede intersetorial**, que são detalhadas no capítulo que evidencia os achados da pesquisa.

Após a análise dos dados, o direcionamento do estudo voltou-se a conclusão da produção do produto educacional de mestrado profissional, um dispositivo on-line intitulado “PTC - Plataforma de Trabalho Colaborativo”. O software tenciona uma maior articulação e integração entre os profissionais das Redes de Apoio à Gestão Educacional/Escolar, visando o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria/RS.

Da mesma forma, a partir da fala dos sujeitos de pesquisa, realizou-se um levantamento de dados de contato e localização, das instituições municipais que

podem contribuir com as escolas, por meio de serviços especializados em diferentes áreas, como acolhimento familiar, apoio pedagógico, psicologia, fonoaudiologia, oftalmologia, dentre outros, o que culminou na criação de um subproduto, um cartão digital que poderá facilmente ser acessado pelos profissionais da educação, por meio de um link ou QR code de acesso.

Presume-se que tais ferramentas sejam um suporte extremamente necessário para propiciar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, pois entende-se que o diálogo entre os diversos setores é a garantia de um olhar para as dimensões intelectual, física, afetiva, social e cultural do indivíduo.

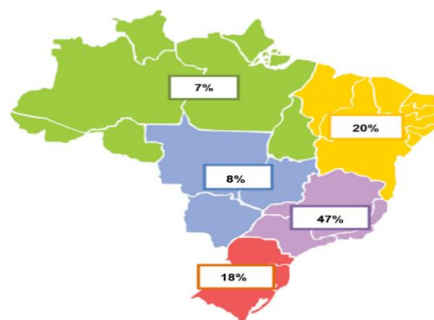


### 3 PRODUÇÕES DO PPPG: O ESTADO DO CONHECIMENTO PARA O ESTUDO DO CURRÍCULO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Historicamente, os cursos de mestrados profissionais são novos no âmbito da educação, a Portaria nº 47 de 17 de outubro de 1995 é que tenciona a flexibilização do modelo de pós-graduação stricto sensu em nível de mestrado, determinando a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional. Essa portaria estabelece requisitos e condicionantes para que o curso de pós-graduação se enquadre como um mestrado profissional, envolvendo a estrutura curricular do curso, a formação do quadro docente e a apresentação de trabalho final, que deve estar vinculado aos problemas reais da área de atuação profissional e de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, podendo ser apresentado em diversos formatos.

Essa modalidade de ensino vem se consolidando em todas as regiões do Brasil, a partir de padrões rigorosos de exigências, tal qual o Mestrado Acadêmico. A figura a seguir retrata os dados apresentados pela plataforma Sucupira<sup>15</sup>, a qual quantifica os cursos de Mestrados Profissionais por região: são 374 programas avaliados e reconhecidos pela CAPES<sup>16</sup> na região sudeste, 162 na região nordeste, 145 na região sul, 64 na região centro-oeste e 54 na região norte.

**Figura 4 - Mestrados profissionais por região**



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora a partir de dados da Plataforma Sucupira.

<sup>15</sup> A Plataforma Sucupira é uma ferramenta de atualização e de compartilhamento de informações acadêmicas. Através dessa plataforma, a CAPES consegue realizar de forma mais eficiente o acompanhamento e as avaliações periódicas sobre os dados dos programas de pós-graduações que existem no país.

<sup>16</sup> Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação integrante do Ministério da Educação (MEC), responsável por incentivar, reger e dispor sobre os cursos de pós-graduação stricto sensu. Além disso, atua na formação de professores da educação básica no Brasil.

Como uma das instituições que somam os 18% da região sul, a Universidade Federal de Santa Maria, ciente do compromisso da universidade pública com a formação e qualificação dos profissionais da educação que atuam como docentes e ou servidores educacionais da Educação Básica e Superior, cria em 2015 o curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, estabelecendo um trabalho voltado à:

[...] pesquisa aplicada a captação de dados no contexto dos sistemas/redes de ensino, em especial da escola básica, a partir da análise dos mesmos e proposição de estratégias administrativas-financeiras-pedagógicas ancoradas na problematização, reflexão e busca de alternativas para a solução de problemas e [re]significação da ação dos profissionais da educação em seus respectivos contextos de atuação (UFSM, 2015, p.19).

Nessa perspectiva, o curso de mestrado profissional busca uma ligação com os fundamentos do conhecimento para aplicá-los na prática, tornando o contexto de atuação dos profissionais da educação um espaço de ação-reflexão-ação. Um espaço de reconstrução das práticas através de ideias inovadoras e da articulação das políticas públicas, pois, ao mesmo tempo em que o programa mobiliza os docentes para a pesquisa científica, visando a resolução de problemas no âmbito profissional, ele qualifica a formação dos mesmos para a atuação no contexto educacional.

Participam do programa de pós graduação em políticas públicas e gestão educacional, na Universidade Federal de Santa Maria/RS, pesquisadores de diversos municípios e estados, que veem no mestrado profissional a oportunidade de percorrer trajetórias formativas sob duas linhas de pesquisa: Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior e Gestão Pedagógica e Contextos Educativos, ampliando seus conhecimentos, qualificando suas práticas profissionais, discutindo as políticas públicas, trazendo novas proposições para o contexto em que atuam e, sobretudo, para a educação no país.

Nesse sentido, buscando mapear e identificar produções científicas dedicadas ao estudo do currículo do Ensino Fundamental, realizadas no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, fez-se um levantamento das dissertações<sup>17</sup> produzidas desde o ano da

---

<sup>17</sup> A análise das dissertações produzidas no PPPG/UFSM, de 2017 a 2022, resultou no artigo “Teares de pesquisa: o estado do conhecimento para o estudo do currículo no ensino fundamental”, apresentado no XXX Seminário Internacional: A Formação de Professores para o Mercosul/Cone Sul.

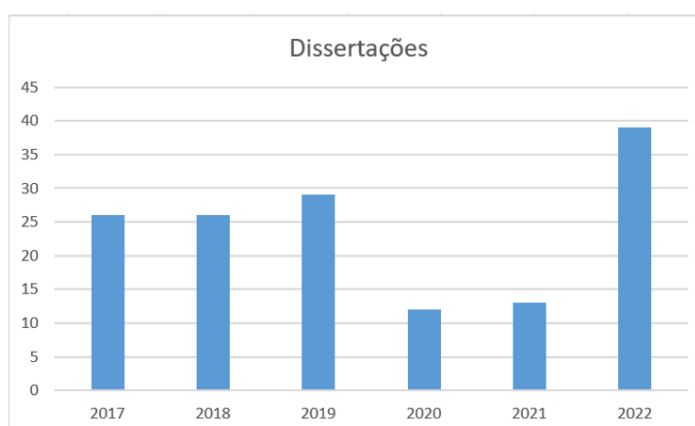
sua aprovação/inauguração, até o momento atual.

Adotou-se o estado do conhecimento como abordagem para a revisão da literatura, indo ao encontro dos estudos de Morosini e Fernandes (2014, p.158) que afirmam ser uma metodologia utilizada com a intenção de “[...] fornecer um mapeamento das ideias já existentes, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas passíveis de maior exploração”.

Por meio da leitura das dissertações que versam sobre o currículo do Ensino Fundamental, presentes no repositório do PPPG/UFMS, foi possível perceber que este é um tema que não se esgota, muito pelo contrário, é cada vez mais emergente a necessidade de um olhar reflexivo sobre as políticas e reformas curriculares implementadas em âmbito federal, estadual e municipal, buscando analisar, pormenorizadamente, os impactos destas no chão da escola.

Ainda, no decorrer deste levantamento de dados, percebemos as consequências da COVID-19 na produtividade científica do PPPG. Conforme se observa no gráfico abaixo, houve uma diminuição significativa de trabalhos publicados nos dois primeiros anos de crise, 2020 e 2021, comparados às produções dos anos anteriores e as dissertações defendidas em 2022, quando o cenário caótico já estava controlado.

**Gráfico 3** - Produções do PPPG/UFMS de 2017 a 2022



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2023).

Acreditamos que esse decréscimo de pesquisas possa impactar diretamente na educação de nosso município, haja vista que as investigações realizadas no PPPG, aplicam-se e implicam-se no contexto profissional de atuação dos pesquisadores, que na sua grande maioria são professores da Rede Municipal de

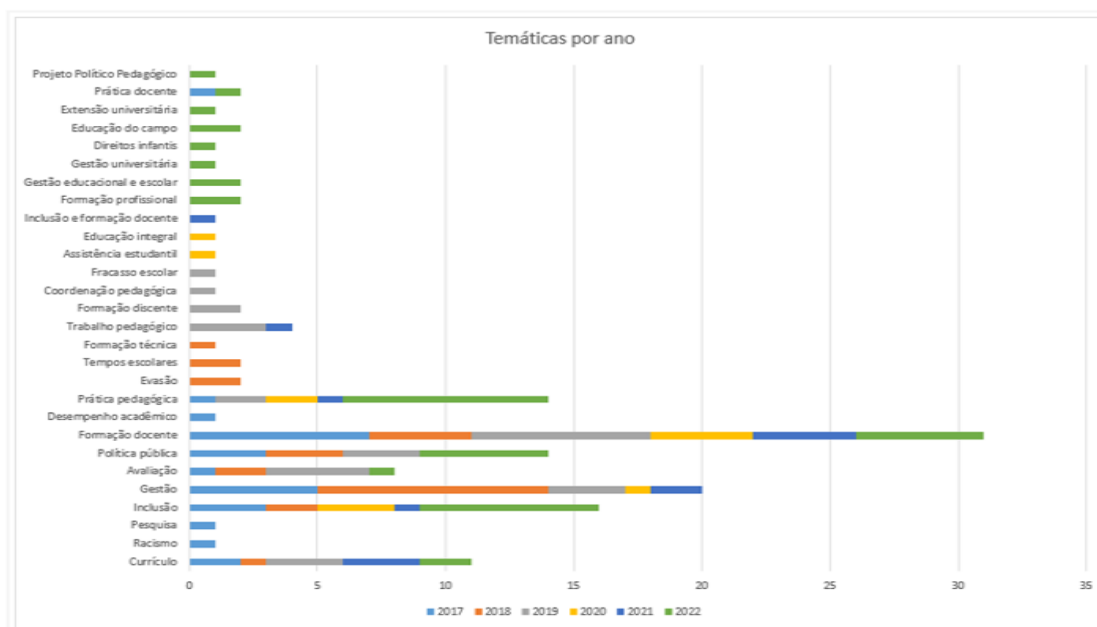
Educação de Santa Maria, buscando soluções para os problemas enfrentados nas escolas.

A partir do levantamento das dissertações do PPPG, percebemos que inúmeras temáticas se mostraram objeto de pesquisa, nos levando a concluir que, nestes seis anos de trabalho, diferentes espaços foram beneficiados com o saber científico e o produto educacional elaborado pelos pesquisadores. Tais estudos transitaram entre a Educação Básica e Superior, entre escolas públicas e privadas, entre instituições de formação técnica, assistência estudantil e política pública.

Nesse sentido, buscando elevar o volume de pesquisas, mantendo a qualidade dos trabalhos produzidos, imergimos na análise das dissertações já publicadas, analisando a relação com a temática que nos debruçamos a pesquisar, o currículo, na modalidade do ensino fundamental em escolas públicas.

Conforme se observa no gráfico a seguir, dentre os 145 trabalhos defendidos, sete correspondem à nossa temática de estudo, Silva (2019), Frasson (2019), Matos (2021), Oliveira (2021), Silva (2021), Guidolin (2022), Miolo (2022).

**Gráfico 4** – Temáticas de Pesquisa PPPG/UFSM de 2017 a 2022



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

No ano de 2017, foram publicadas 26 produções dissertativas (apêndice D), destas, dois trabalhos abordavam a temática do currículo, contudo, ao aplicarmos o descritor “ensino fundamental”, não obtivemos trabalho para análise. O mesmo

transcorre em 2018, quando foram produzidos o mesmo número de pesquisas (apêndice E) que permearam diferentes espaços, contextos e temáticas, como gestão de instituições de ensino fundamental, médio e universitário, gestão compartilhada, políticas educacionais, sistemas de avaliação, formação docente, dentre outras temáticas pertinentes à educação. Ao refinarmos a pesquisa, adicionando o descritor ensino fundamental, não restaram trabalhos para análise, que contribuíssem para o estudo do currículo na modalidade que se deseja.

Em 2019, foram produzidos 29 trabalhos, (apêndice F), ancorados em diversos temas, a maioria deles discutindo estratégias e iniciativas para os desafios da formação docente. Dentre esses trabalhos, três discorreram sobre currículo. Em “Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: repercussões de uma política curricular nas práticas de alfabetização na rede pública de ensino no Rio Grande do Sul”, Silva (2019) investigou a repercussão da política curricular do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, nas práticas de alfabetização dos professores do ciclo de alfabetização na Rede Pública de Ensino no RS.

O trabalho foi idealizado a partir de uma abordagem quanti-qualitativa, empregando os pressupostos teóricos e metodológicos de um estudo de caso. A coleta de informações foi realizada a partir de um questionário online, utilizando a ferramenta Survey Monkey, enviado aos professores alfabetizadores dos três primeiros anos do Ensino Fundamental que se encontram cadastrados no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle - SIMEC.

Com a análise dos resultados, a autora coloca que foi possível reconhecer a trajetória percorrida pelos professores alfabetizadores e compreender a necessidade de uma formação continuada organizada a fim de promover vivências formativas voltadas a transcender os desafios da atuação profissional no ciclo de alfabetização. Defende que a reflexão sobre a prática e na prática seja incorporada ao cotidiano escolar, considerando o tempo necessário para o amadurecimento das reflexões. E, por fim, deixa claro que o PNAIC, no Rio Grande do Sul, pautou-se no diálogo e na participação, elementos fundamentais em um contexto democrático, colaborando com as práticas alfabetizadoras na rede pública do Rio Grande do Sul.

Na dissertação “Políticas curriculares e gestão escolar: continuidade ou ruptura em relação aos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental?”, Frasson (2019) investigou a relação entre as políticas curriculares e a organização da transição entre

as etapas dos anos iniciais e dos anos finais do Ensino Fundamental. Metodologicamente, fundamentou o trabalho numa abordagem qualitativa empregando os pressupostos teóricos e metodológicos do estudo de caso. Com a análise dos dados, a autora coloca que foi possível reconhecer que são as políticas curriculares que promovem a alteração na organização das escolas. Que essas políticas interferem para que se repense as práticas, e para os professores, há a necessidade de uma organização de tempos, diálogos e formação. Por isso, como produto final para refletir na transição dos anos iniciais para os anos finais, a pesquisadora planejou uma proposta de formação para auxiliar a escola na implementação curricular.

No ano de 2020, foram defendidas 12 dissertações no programa de mestrado profissional, (apêndice G). Os trabalhos discutiram temas como gestão administrativa e pedagógica da escola, práticas pedagógicas, formação docente, inclusão, educação integral e assistência estudantil, mas nenhum dos pesquisadores se voltou para a investigação do currículo do Ensino Fundamental em escolas públicas, que é nosso objetivo de estudo.

Já em 2021, das 13 pesquisas publicadas, (apêndice H), três abordaram a temática do currículo, a dissertação intitulada: Organização do trabalho escolar no processo de implementação da BNCC e do Referencial Curricular Gaúcho: limites e possibilidades, a pesquisa Gira...gira...girassol: movimentos de construção de diretrizes curriculares para a educação do campo no sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul/RS e As competências sócio emocionais na política curricular da BNCC: desdobramentos na formação de professores.

Na primeira pesquisa citada, Matos (2021) investigou os limites e possibilidades do processo de implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Referencial Curricular Gaúcho (RCG) nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio em uma Escola Estadual de Educação Básica localizada na zona oeste de Santa Maria/RS. O estudo utilizou-se da metodologia qualitativa para analisar o cotidiano escolar, concluindo, a partir das narrativas dos professores, que os documentos analisados não dão conta das singularidades de cada contexto escolar e que as formações que intencionam a implementação de mudanças no sistema educacional já vêm organizadas e planejadas por alguém que não conhece o contexto de cada escola.

Na pesquisa qualitativa intitulada *Gira...gira...girassol: movimentos de construção de diretrizes curriculares para a educação do campo no sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul/RS*, Oliveira (2021) buscou compreender as especificidades da Educação do Campo do Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, com vistas à elaboração de Diretrizes Curriculares Municipais para a consolidação de uma política pública local, que priorize os saberes dos sujeitos do campo.

Após analisar os dados coletados, a pesquisadora construiu uma proposta de minuta das Diretrizes Curriculares para o Sistema Municipal de Ensino de Cachoeira do Sul/RS, bem como uma agenda para apresentação e discussão junto a Comissão Municipal de Educação do Campo - COMDECampo, Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal, Conselho Municipal de Educação e Câmara de Vereadores para consolidação de uma política para educação do campo do sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul.

Na dissertação: *As competências socioemocionais na política curricular da BNCC: desdobramentos na formação de professores*, Silva (2021) investiga a proposta de formação de professores da rede pública municipal de Santa Maria com relação às competências socioemocionais previstas na BNCC.

Os resultados encontrados no decorrer da pesquisa qualitativa, evidenciam que as políticas públicas educacionais precisam ser repensadas e discutidas a partir da óptica do educador, sinalizando a importância em contemplar as competências socioemocionais como promotoras de saúde emocional na formação de professores. Coloca ainda que é necessária cautela em relação a possíveis interferências de instituições privadas, para lutar contra a mercantilização da escola pública.

No ano de 2022, o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional divulga o maior número de dissertações de mestrado, desde a sua criação, 39 dissertações (apêndice I). Destas, duas discorreram sobre o currículo do Ensino Fundamental. A pesquisa intitulada: *Construção e implementação de uma proposta colaborativa de integração curricular na educação básica: possibilidades e limites para a inovação da gestão da aula e a pesquisa: Políticas e práticas de organização curricular da alfabetização na pandemia: estudo de uma experiência inédita*.

No primeiro estudo citado, Guidolin (2022) analisou possibilidades e

condicionantes verificados por uma escola estadual de educação básica do município de Santa Maria/RS, na implementação de uma proposta colaborativa de integração curricular na perspectiva interdisciplinar.

Esse estudo evidenciou a importância dos encontros para planejamento, organização e implementação das atividades, que além de enriquecerem as propostas pedagógicas, são propícios também para o desenvolvimento profissional docente. Além disso, ao citar os condicionantes para a implementação de uma proposta interdisciplinar colaborativa, o pesquisador registrou as condições de trabalho durante a pandemia, como a falta de carga horária específica para planejamento de atividades colaborativas, concluindo que a efetivação de práticas colaborativas advém muito mais da iniciativa e organização entre os próprios docentes do que das condições de trabalho encontradas. Nessa perspectiva, Guidolin (2022) coloca que o planejamento e a implementação das atividades na escola, necessita de uma gestão ancorada nos princípios democráticos, da participação e da organização escolar.

No segundo estudo, Miolo (2022) utilizou-se da metodologia tipo estudo de caso para compreender a organização curricular adotada para o desenvolvimento das práticas de alfabetização durante a pandemia. Os resultados da investigação apontam para o currículo emergencial adotado na rede municipal de Santa Maria/RS como uma política curricular municipal adotada durante a pandemia, a qual teve formulação coletiva entre docentes municipais e Secretaria Municipal de Educação.

Este mapeamento de produções realizadas no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, justifica a relevância do tema em estudo, pois percebe-se a falta de discussões sobre o currículo escolar do Ensino Fundamental. Além disso, o redimensionamento da proposta curricular a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular carece de estudos que dialoguem com a prática pedagógica propriamente dita. Nesse sentido, o mestrado profissional nos proporciona tal possibilidade, justamente por ser um programa que busca contribuir com o espaço de atuação dos seus pesquisadores, possibilitando a estes, estudos e técnicas voltadas ao desempenho de um alto nível de qualificação profissional.

Por conseguinte, acredita-se que os estudos em voga podem contribuir para a área educacional, no âmbito da escola e do município, através do fortalecimento do trabalho colaborativo e do aperfeiçoamento profissional docente.



#### 4. GÊNESE DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL E OS MOVIMENTOS LEGAIS DO CURRÍCULO

Para chegarmos na concepção do currículo inclusivo ao qual nos referimos neste estudo, é necessário analisarmos os principais objetivos das reformas educacionais advindas da aprovação da legislação brasileira, refletindo sobre a repercussão do ensino nos diferentes contextos e realidades. Adentrando a história do descobrimento do Brasil, já se percebe o jogo de interesses em torno de quem ensina, o que ensina, por que e para quem ensina. Em 1549, com a catequização dos índios e colonos, os jesuítas organizaram populações em torno de um regime que combinava trabalho e religiosidade, o mesmo perdurou até 1759, quando com o advento do iluminismo, o ensino passou a ser responsabilidade do Estado, estabelecendo as aulas régias que substituíram o ensino jesuítico, conforme descreve Cardoso (2004, p.179) em seus estudos:

[...] o período compreendido entre meados do século XVI (1549) e meados do século XVIII (1759) é conhecido como período “jesuítico”, uma vez que o ensino ficava ao encargo da Companhia de Jesus, instituição religiosa que ministrava um ensino básico nas “escolas de ler, escrever e contar”, como eram denominadas então as escolas do ensino fundamental.

Com o fim das primeiras instituições escolares, criadas pelos jesuítas, o ensino assume um caráter político indo ao encontro dos interesses de Portugal e seus territórios. Da mesma forma, a lei sancionada em 15 de outubro de 1827 fortifica a centralização do ensino ao beneficiar os fazeres do império, determinando a criação das Escolas de Primeiras Letras, hoje escolas de ensino fundamental, com currículos diferenciados para meninos e meninas, denunciando um modelo de ensino discriminatório e excludente, numa sociedade patriarcal

[...] que valoriza a riqueza de um punhado de privilegiados, sobretudo homens brancos, e não atribui qualquer valor ao trabalho essencial de cuidado e assistência, não remunerado ou mal remunerado, feito principalmente por mulheres e garotas (Santos, 2021, p. 249).

Já o Ato Adicional de 1834, nome dado à emenda constitucional de 1824, provocou a descentralização do ensino, visto que o governo central instituiu autonomia às províncias para gerirem seu território. Na compreensão de Saviani (2004, p.17):

Após a Proclamação da Independência em 1822, uma escola pública nacional poderia ter decorrido da aprovação da lei das Escolas de primeiras letras, de 1827, mas isso acabou não acontecendo. O Ato Adicional de 1834 colocou as escolas primárias e secundárias sob a responsabilidade das províncias, renunciando, assim, a um projeto de escola pública nacional.

O movimento revolucionário de 1930 pôs fim à República Velha, trazendo significativas mudanças para a educação brasileira. Por meio do decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, foi instituído o Ministério da Educação e Saúde Pública, atual Ministério da Educação - MEC, responsável pela política nacional de educação.

Em 1932, é divulgado o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, documento que pregava a universalização da escola pública, laica e gratuita, defendido igualmente em 1934 pela nova Constituição, que fixava a educação como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. Vale (2002, p. 24) diz que o Manifesto dos Pioneiros:

É rico em sugestões, firme em relação à necessidade de o país construir um 'sistema unificado' de ensino público capaz de oferecer ensino de qualidade a todos e de garantir aos educandos a possibilidade de ascensão a qualquer de seus níveis conforme a capacidade, aptidão e aspiração de cada um, independentemente da situação econômica do aluno. Neste sentido, podemos entender o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova como uma proposta de reconstrução social pela reconstrução educacional.

No discurso, os projetos de mudanças educacionais buscam reconstruir o sistema, buscando soluções para problemas como a desigualdade e a exclusão social; na prática, são marcados por avanços e retrocessos, fragilizando o sistema, como evidencia-se em relação à responsabilidade de gerir o ensino. A Constituição Federal de 1946 é um exemplo dessa colocação, pois vai de encontro a Constituição de 1934 quando aprova a abertura da responsabilidade do ensino ao setor privado. Importantes avanços ocorrem no ensino, em 1961, quando são fixadas as diretrizes e bases para a educação nacional, através da primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 4.024, o ensino experimental e o ensino religioso se tornam facultativo, é exigida formação mínima para professores, de acordo com o nível de ensino, e a matrícula dos alunos se torna obrigatória nos quatro anos do ensino primário. Dez anos mais tarde o retrocesso. A necessidade de mão de obra para a indústria marca a reforma de 1971, quando o 2º grau passou a ter como principal objetivo a

profissionalização, tornando evidente os interesses em torno da industrialização acelerada e as expectativas de crescimento econômico.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394 de 1996, é mais um documento elaborado com o objetivo de garantir o direito a toda população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade, valorizar os profissionais da educação e estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. Em consonância com a LDB, Lei nº 9.394, em 1997 foram criados os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, através dos quais o currículo pode ser trabalhado de forma aberta a partir de uma base única, dando a possibilidade de cada região do país desenvolver os conteúdos de acordo com sua realidade. Já para atender as especificidades da Educação Infantil, em 1998, é criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), um documento elaborado pelo MEC com o intuito de orientar a prática dos profissionais que atuam nesta etapa da educação.

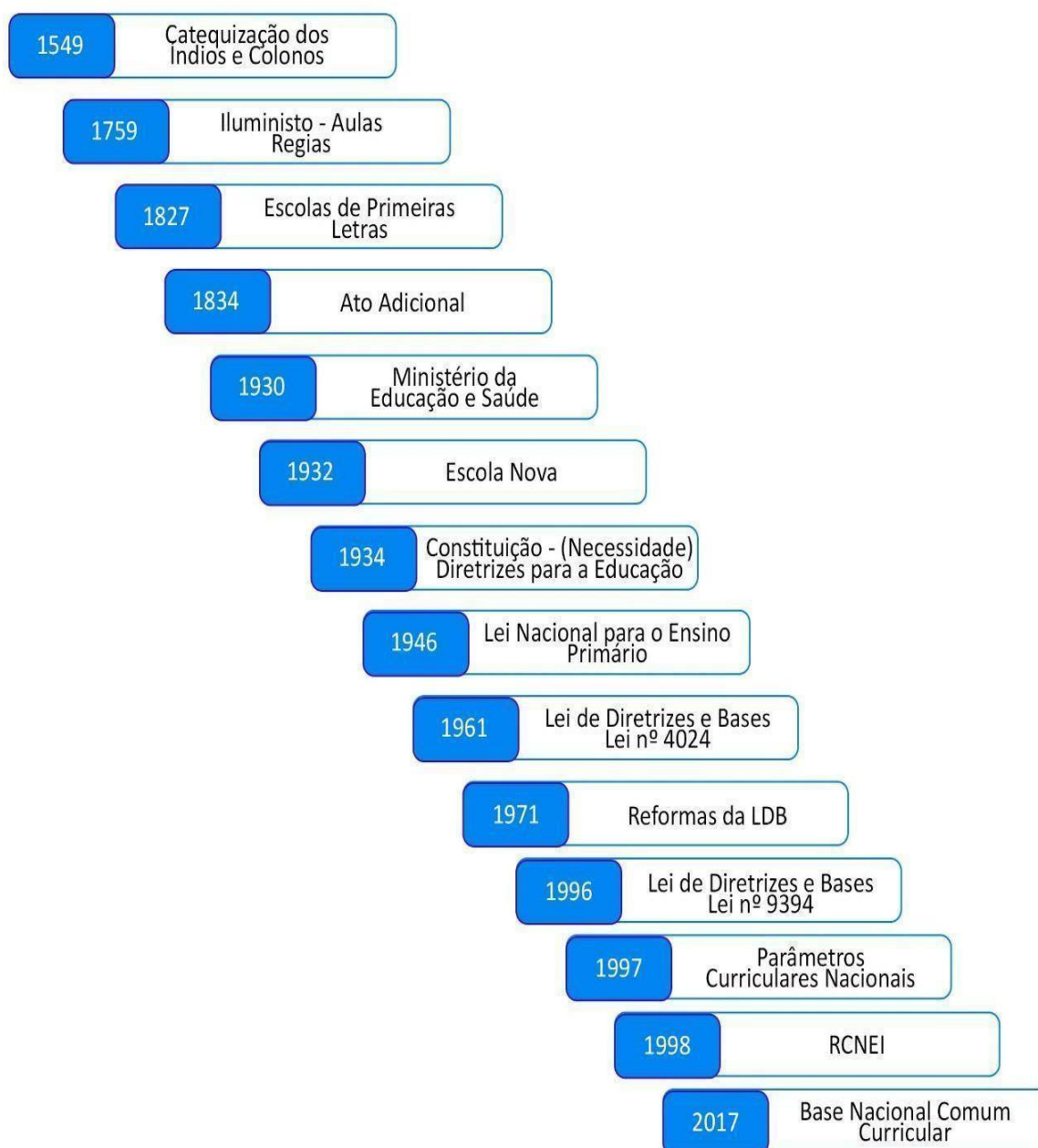
Seguindo as determinações de diretrizes e bases, Lei 9.394, em 2017 surge a BNCC, como base obrigatória para os currículos escolares, buscando a garantia do pleno desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos estudantes. Trata-se de um documento de caráter normativo que:

[...] define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2017).

Nesse sentido, torna-se referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares (Brasil, 2017).

A figura a seguir ilustra a evolução da legislação educacional brasileira ao longo dos anos, nominando alguns dos documentos que determinaram o formato elitista de ensino adotado no país. Uma pequena parcela dos indivíduos se voltava ao ensino universitário, ocupando posições superiores, uma camada intermediária para funções subalternas e uma grande maioria de desqualificados como mão de obra barata.

**Figura 5** - Evolução da Legislação Educacional Brasileira ao longo da história



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2023).

Em virtude da segregação que permeia historicamente os espaços escolares, ao assumirmos a concepção de currículo inclusivo, nos reportamos a todos os estudantes, especialmente aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais, conforme nos traz a Declaração de Salamanca<sup>18</sup>.

<sup>18</sup>A Declaração de Salamanca é um documento que foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

Em 1994, a partir deste documento, o conceito de “necessidades educacionais especiais” foi ampliado passando a incluir, além das crianças com deficiências:

1. aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola;
2. as que estejam repetindo continuamente os anos escolares;
3. as que sejam forçadas a trabalhar;
4. as que vivem nas ruas;
5. as que moram distante da escola, as que vivem em condições de extrema pobreza ou que estão desnutridas;
6. as que sejam vítimas de guerra ou conflitos armados;
7. as que sofrem de abusos físicos, emocionais e sexuais ou as que estão fora da escola, independente do motivo.

Consoante ao que nos apresenta a Declaração de Salamanca, Mantoan (2005) faz uma provocação extremamente pertinente quando nos remete a pensar sobre “estar junto e estar com” ao se referir a inclusão como:

A nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é estar com, é interagir com outro (Mantoan, 2005, p. 96).

Quantas vezes não “estamos juntos quando deveríamos estar com”? Quantas vezes falta-nos um olhar sensível para compreender o aluno, ou mesmo, habilidade para implementarmos intervenções pedagógicas que provenham e efetivem práticas inclusivas em sala de aula? A escola precisa ser um espaço de mudança dentro da sociedade. Precisamos trazer essas questões para as discussões curriculares, para a formação docente, para a reunião de pais, para as propostas pedagógicas e projetos estudantis, buscando a conscientização da necessidade de um currículo comprometido com o processo de mudança progressiva que se espera da sociedade.

Nesse sentido, reafirmamos a importância do fortalecimento de parcerias entre as escolas da rede e as instituições de apoio às escolas no município, para a garantia

de um currículo que assegure uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promova oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, conforme dispõe o objetivo de desenvolvimento sustentável 4, da agenda 2030<sup>19</sup>.

#### **4.1 O currículo escolar sob a ótica das competências: inclusão ou exclusão?**

A partir da implementação documental que define quais aprendizagens são essenciais e em quais etapas os alunos devem desenvolvê-las, os sistemas de ensino e instituições escolares foram orientados a reestruturar os seus currículos a partir de competências que visam o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pleno de todos os estudantes das escolas públicas e privadas do Brasil.

Ao definir um conjunto de competências gerais, a BNCC traçou um alinhamento para os currículos escolares, de modo que a aprendizagem tenha uma base comum em todo o território nacional, acrescida da parte diversificada própria de cada região, corroborando com o disposto pela LDB<sup>20</sup>, no inciso IV do artigo 9º:

[...] estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum.

Nesse sentido, o documento normativo explicita a relação entre o que é comum e o que é diverso. Em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos e, nessa diversidade, entendemos que também pode (e deve) ser aquilo que dele se faz, “[...] pensá-lo através de outras metáforas, para concebê-lo de outras formas, para vê-lo de perspectivas que não se restringem àquelas que nos foram legadas pelas estreitas categorias da tradição” (Silva, 2004, p. 149), pois se não tomarmos o currículo como um projeto de construção coletiva, que demanda esforços de diferentes segmentos da sociedade, teremos de compreendê-lo na prática, onde não há relação dialógica entre o que está prescrito e a realidade encontrada nos espaços escolares. A figura a seguir lista as competências definidas

---

<sup>19</sup>A Agenda 2030 é um plano global, pactuado pelo Brasil e outros 192 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), a partir do qual, buscam a implementação de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, visando, até 2023, um mundo melhor para todos os povos e nações.

<sup>20</sup> A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é um documento normativo que define e regulariza a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição Federal de 1988.

pela BNCC como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores tidos como essenciais para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, que devem embasar o currículo das escolas.

**Figura 6** - Competências Gerais da Educação Básica

**COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora a partir da BNCC (2023).

Sob a perspectiva destas competências, apontadas pela BNCC como diretrizes básicas para os currículos escolares, o desenvolvimento do estudante em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural está contemplado. Mas bastaria um currículo prescrito? Frente ao cenário educacional em que nos encontramos, como garantir que o estudante as desenvolva plenamente?

Não podemos pensar que a resposta para esses questionamentos esteja simplesmente nas práticas em sala de aula, na gestão escolar, na formação de professores, nos processos de avaliação ou no projeto político-pedagógico (PPP). São necessários para além dos muros da escola, investimentos na educação para reformas de infraestrutura, para compra de materiais pedagógicos de qualidade, para equipar e dar manutenção às salas de informática, para a construção de bibliotecas, brinquedotecas e refeitórios nas tantas escolas que não possuem. É preciso investir em salas de aula climatizadas para que estudantes e professores não fiquem expostos às baixas e altas temperaturas. É imprescindível investimento em jogos, esporte, dança, entre outros projetos extracurriculares que envolvem o estudante e o façam se sentir pertencente ao grupo, evitando a evasão escolar.

Além do mais, para que o currículo escolar transporte as competências para além dos documentos legais (para a prática) e que todos os estudantes sejam incluídos nesta nova diretriz de ensino, é preciso investimento em recursos humanos, valorização pessoal e salarial, e docentes qualificados na área em que vão atuar, construtores de propostas curriculares que valorizem as experiências sociais dos estudantes para que o conhecimento dos mesmos repercuta no meio em que vivem. “Quando os currículos são pobres em experiências sociais seus conhecimentos se tornam pobres em significados sociais, políticos, econômicos e culturais para a sociedade” (Arroyo, 2011, p.119).

Discutir a construção curricular a partir de competências exige reflexão-ação sobre os conhecimentos historicamente construídos pelos sujeitos, dentro e fora da escola. Sobre as lutas travadas ao longo do tempo para que a educação se efetivasse como direito de todos, posto que:

[...] currículo é trajetória, viagem, percurso, o currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (Silva, 2005, p.150).



Por isso, se requisita a atuação do docente, mediando o desenvolvimento crítico dos estudantes, das suas decisões, dos seus projetos de vida, da formação de seu caráter, da construção de suas identidades.

#### **4.2 Implementação curricular no município de Santa Maria: Documento Orientador Curricular**

Atendendo ao disposto pela legislação educacional, a rede municipal de ensino de Santa Maria/RS elaborou o Documento Orientador Curricular<sup>21</sup> para normatizar os currículos escolares. O mesmo foi instituído pela Resolução CMESM nº 39 de 05 de dezembro de 2019, que orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e institui o Documento Orientador Curricular como obrigatório ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica do território municipal de Santa Maria/RS.

No que se refere à concepção de currículo, o DOC corrobora com o RCG, defendendo este como “[...] as experiências escolares que se estendem em torno do conhecimento, em meio às relações consensuais, e que auxiliam para a construção das identidades dos estudantes” (DOC/SM, 2019, p.19).

No que diz respeito à organização, a partir do que apresenta o seu capítulo introdutório, o documento foi organizado de forma sistemática, a partir de reflexões sobre concepções, conceitos, princípios e objetivos de aprendizagem contextualizados com a realidade local, servindo como referencial para a formação inicial e continuada de professores, para a constituição de projetos políticos pedagógicos, regimentos escolares, planos de estudos das escolas e para orientar as práticas pedagógicas dos professores.

O documento está dividido em seis cadernos, um destinado às diretrizes curriculares da Educação Infantil, os demais, às diretrizes curriculares do Ensino Fundamental, divididos em: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ensino Religioso, Linguagens e Matemática. A apresentação e a introdução se repetem

---

<sup>21</sup> O DOC/SM foi instituído pela Resolução CMESM Nº 39 de 05 de dezembro de 2019, que orienta a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), do Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e institui o DOC como obrigatórios ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica no município. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/smed/1084-documento-orientador-curricular>

igualmente em todos os cadernos, assim como o capítulo que traz as concepções de educação, aprendizagem, escola e sujeito em construção, currículo, competências, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e contextualização, educação integral, ciência e tecnologia aplicada à educação do século XXI e avaliação.

Da mesma forma, se repete em todos os cadernos o capítulo que apresenta as modalidades de ensino no município: educação especial, educação de jovens e adultos, educação escolar indígena, educação do campo, educação das relações étnico raciais e quilombola. A partir destes dados comuns, o documento traz o componente curricular da disciplina, a qual o caderno se destina, do 1º ao 9º ano, organizado por unidades temáticas, objetos de conhecimento, habilidades da BNCC, habilidades do Referencial Curricular Gaúcho<sup>22</sup> e habilidades específicas do município de Santa Maria/RS.

A proposta curricular municipal abarca os conteúdos essenciais previstos pela BNCC, incluindo a parte diversificada do currículo, que se refere às especificidades do município e estado no qual está inserido. Nesse ponto, a preocupação se refere à extensa parte básica de conteúdo, que infringe a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394/1996, no que concerne ao princípio do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, e, mais ainda, minimiza (praticamente anula) a autonomia do trabalho docente. A exemplo disso, a orientação de efetivação do Documento Orientador Curricular nas escolas municipais, no ano de 2022, quando os estudantes apresentaram defasagem acentuada de aprendizagem em relação a conteúdos básicos de anos anteriores ao que estavam cursando. Na investida de retomar os componentes curriculares básicos para dar sequência ao processo de ensino e aprendizagem, condizente com a estruturação curricular do ano correspondente, os planos de ensino planejados para as turmas não foram executados na íntegra.

Obviamente, entendemos que esse retorno, pós pandemia, seria complexo, mas, apesar disso, acreditamos que o currículo básico, extenso como o que se apresenta a partir da BNCC, pode exigir aligeiramento no desenvolvimento das

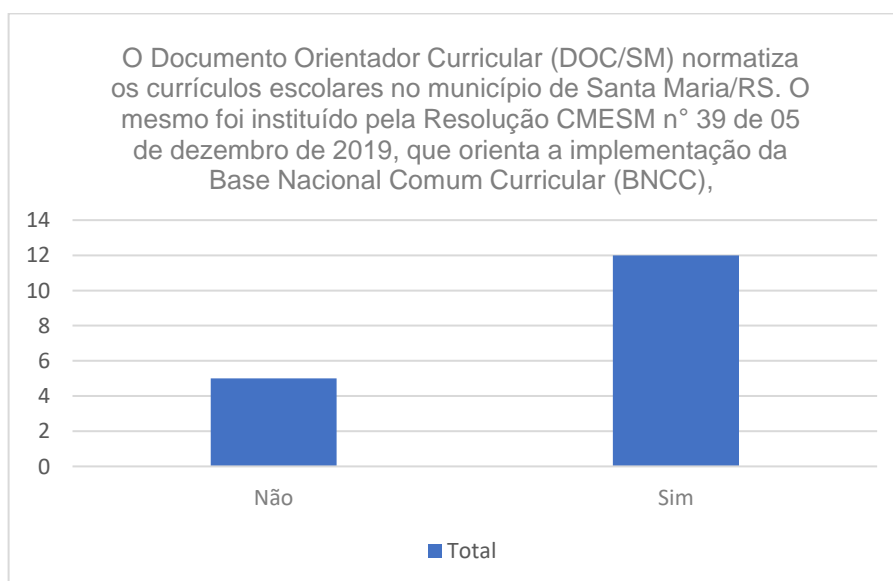
---

<sup>22</sup> Referencial Curricular Gaúcho (RCG) Homologado em 12 de dezembro de 2018 pelo Conselho Estadual de Educação (CEED) e pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), foi elaborado em regime de colaboração entre a Secretaria Estadual da Educação (SEDUC), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e o Sindicato do Ensino Privado no Rio Grande do Sul (SINEPE/RS), como documento norteador dos currículos das escolas gaúchas, desde 2019, seguindo as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

propostas curriculares, de modo que nem todos os estudantes consigam acompanhar o processo de ensino, prevalecendo a quantidade em detrimento da qualidade, indo de encontro ao que entendemos por um currículo inclusivo de direito a aprendizagem.

Ousamos afirmar, ainda, que essa não é uma colocação somente nossa, pois a partir dos dados coletados, percebe-se que as instituições campo de investigação nesta pesquisa seguem diferentes direções quanto às questões curriculares, apesar da instituição do currículo municipal e da orientação de readequação dos currículos escolares previsto pela legislação. Convertendo as escalas do gráfico abaixo para percentuais, concluímos que 29,4% das escolas, campo de investigação nessa pesquisa, ainda não reestruturaram o seu currículo. O restante, 70,6% afirmam estar trabalhando a partir do Documento Orientador Curricular de Santa Maria/RS.

**Gráfico 5 - Reorganização curricular**



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2023).

De acordo com os entrevistados, essa implementação vem sendo realizada a partir de reuniões pedagógicas que fomentam discussões acerca do trabalho pedagógico desenvolvido nas instituições escolares. O Gestor 15 é um dos profissionais que atua em escola que já implementou o currículo em sua proposta de trabalho, em um breve relato compartilha como vem sendo realizada esta adequação:

*Processo colaborativo e reflexivo com o grupo de professores, no qual busca-se promover contínua avaliação e reestruturação do currículo com base no DOC,*

*considerando a realidade do contexto escolar e as condições de ensino e de aprendizagem atuais (Gestor 15).*

Ao contrário deste, o Gestor 9 diz-nos que a escola em que desenvolve suas funções ainda não reestruturou o currículo escolar. Sua fala demonstra, ainda, um equívoco frente as orientações adotadas durante o período de pandemia, quando, a partir da Resolução CMESM nº 40 de 22 de junho de 2020, as escolas foram instruídas a seguir, momentaneamente, um currículo emergencial, elaborado a partir da seleção dos conteúdos julgados mais importantes pelos profissionais que atuam na rede: *O DOC foi implementado durante a Pandemia, agora, apenas como orientação, mas seguimos a BNCC (Gestor 9).*

Compreendemos que neste último caso se faz necessário maior reflexão a respeito da parte diversificada do currículo, às especificidades do estado, presentes no RCG, e as do município, presentes no DOC, pois como já mencionado, a BNCC aponta apenas a base comum, em todo território nacional.

Longe de estarmos projetando uma discussão sobre teorias, concepções e dimensões curriculares, o que nos propomos é refletir e ressignificar as experiências práticas que efetivam o currículo, para então pensarmos na sua reestruturação. Compreender o quê, porquê, como e para quem ensinamos, visto que “[...] a inclusão ou exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade.” (Goodson, 1998, p.10).

Além disso, perceber como os alunos aprendem no dia a dia, a forma com que assimilam os componentes curriculares, quais são os interesses e necessidades da comunidade escolar, as diversidades presentes no contexto da instituição, as diferenças sociais e, ainda, a história cultural e pedagógica de nossas escolas é essencial para que possamos construir um currículo contextualizado com a realidade, necessidades e interesses de todos os envolvidos.

## **5 ACHADOS DA PESQUISA: DO CURRÍCULO INCLUSIVO AO DIREITO À APRENDIZAGEM**

O estudo investigativo buscou compreender como as redes de apoio do município de Santa Maria podem contribuir com a gestão educacional/escolar na garantia de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem. Essa problemática surgiu durante a pandemia da COVID-19, quando os gestores escolares foram desafiados a discutir estratégias e possibilidades para garantir que os estudantes continuassem a frequentar as aulas no novo formato que se apresentava, o remoto.

A secretaria municipal de educação determinou, a partir da Resolução CMESM N°40 de 22 de junho de 2020, artigo 5º, que as atividades desenvolvidas durante e depois do período de suspensão das atividades escolares presenciais, deveriam alcançar todos os estudantes de forma exitosa. Orientando que as escolas se organizassem para atender crianças e estudantes, incluindo ou não o uso de tecnologias, fontes e meios de aprendizagem diversos para alcançar todos os discentes de forma exitosa. Também implementou um currículo emergencial com os conteúdos fundamentais, mas, apesar destas adequações, muitos estudantes se distanciaram da escola no decurso da crise sanitária, comprometendo o seu desenvolvimento cognitivo, intelectual e cultural.

De forma perceptível, com a pandemia o acesso a uma educação de qualidade se agravou. Fatores intra e extraescolares interferiram diretamente nos resultados educacionais, contribuindo para o agravamento das desigualdades já existentes. Nesse sentido, ampliou-se a necessidade de uma leitura crítica acerca da garantia do direito a uma educação pública, gratuita e de qualidade, direito de todos previsto pela legislação brasileira.

À vista disso questionou-se os entrevistados desse estudo: 94,1% defendem a necessidade de investimentos em educação e condições favoráveis de acesso e permanência à escola como princípios fundamentais para a garantia desses direitos. Para 88,2% dos sujeitos da pesquisa, investimentos na formação e remuneração adequada dos profissionais da educação impactam diretamente na qualificação do ensino, transformando, muitas vezes, a realidade dos sujeitos envolvidos.

Com referência à valorização dos profissionais da educação, a Constituição Federal de 1988 aponta em seu artigo 206, que o ensino deverá ser ministrado com base em alguns princípios, dentre eles:

V - valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União.

Além do exposto, outro fator essencial para garantir qualidade e equidade na educação pública, apontado por 82,4% dos entrevistados, diz respeito ao alinhamento de gestores e professores frente ao propósito de desenvolvimento integral do aluno. Essa afirmativa vai ao encontro do que defende a BNCC, quando diz que a educação é um direito de todos os estudantes, que pressupõe o desenvolvimento do ser humano em suas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural.

Foi apontado também, por 70,6% dos entrevistados que a infraestrutura adequada das escolas, as condições de acessibilidade, a cultura de respeito à diversidade, à participação das famílias na vida escolar e as metodologias e ferramentas de ensino de qualidade, garantem uma educação significativa para os estudantes, sendo um fator determinante para a garantia dos direitos previstos pela Constituição Federal de 1988. Ainda, 52,9% alegam que o foco em desenvolver alunos proativos e protagonistas de suas ações são inerentes à prática de um bom professor. E, 47,1% indicam que a igualdade de oportunidades na sociedade e os programas multidisciplinares de desenvolvimento para o estudante são princípios que fundamentam um ensino de qualidade.

Nessa perspectiva acrescentamos, ainda, que estes são princípios de uma educação inclusiva, orientada pelo direito à igualdade e o respeito às diferenças. Princípios que compõem um ambiente de ensino heterogêneo para os educandos, ampliando a percepção dos mesmos sobre pluralidade e favorecendo suas competências intelectuais, pois como afirma a Declaração de Salamanca (1994), “[...] toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas”

Além dos fatores já citados, 41,2% dos entrevistados apontam que um currículo escolar bem definido é a ferramenta essencial para a garantia de uma proposta pedagógica inclusiva e um ensino público de qualidade. Nessa intenção, a escola assume uma função socializadora e o projeto curricular, conforme Pacheco (2001, p.20) é visto como:

[...] um projeto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interativo, que implica unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e de aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares...) na base das quais existe interesses concretos e responsabilidades compartilhadas.

Por último, como se observa na tabela a seguir, 35,3% dos sujeitos da pesquisa afirmam que a realidade socioeconômica das famílias é um dos fatores que impacta diretamente nas condições de aprendizagem dos estudantes. A exemplo disso, tantos casos evidenciados durante a pandemia, quando estudantes não puderam acompanhar as aulas *on-line* por não possuir equipamentos digitais e *internet*, ou mesmo por não dispor de luz elétrica em sua residência.

**Tabela 2** – Fatores necessários para Educação Pública, gratuita e de qualidade

<b>Fatores necessários para Educação Pública, Gratuita e de Qualidade</b>	
Investimentos em educação	94,1%
Condições favoráveis de acesso e permanência à escola	94,1%
Condições de acessibilidade	70,6%
Investimentos na formação e remuneração adequada dos profissionais da educação	88,2%
Infraestrutura adequada das escolas	70,6%
A realidade socioeconômica das famílias	35,3%
Igualdade de oportunidades na sociedade	47,1%
Participação das famílias na vida escolar	70,6%
Currículo escolar bem definido	41,2%
Gestores e professores alinhados ao propósito no desenvolvimento integral do aluno	82,4%
Metodologias e ferramentas de ensino de qualidade	70,6%
Programas multidisciplinares de desenvolvimento para o estudante	47,1%
Foco em desenvolver alunos proativos e protagonistas	52,9%
Cultura de respeito à diversidade	70,6%
Outro	5,9%

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora (2023).

Entendemos que qualidade na educação significa um direito e somente o acesso à escola não é garantia do mesmo, se faz necessária a inclusão efetiva dos estudantes nas propostas pedagógicas, a partir da elaboração de um currículo justo e equitativo. Por esse motivo, nos surpreendemos que apenas 41,2% dos entrevistados tenha sinalizado a opção “um currículo escolar bem definido”, como um dos fatores necessários para uma educação pública, gratuita e de qualidade.

No tocante, interrogamos os gestores escolares sobre os fatores que influenciam a construção de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem. Conforme levantamento, 82,4% dos entrevistados apontam as práticas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem, a adequação dos objetivos educacionais de acordo com as necessidades de cada aluno e o suporte de uma equipe multidisciplinar, como pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psiquiatras e assistente sociais, essenciais para a efetivação desse currículo. Já 76,5% defendem que a promoção de espaços de acolhimento e a capacitação dos profissionais em temas de diversidade são princípios norteadores para que a inclusão seja garantida nos espaços escolares. Uma parcela menor dos entrevistados, 70,6% dizem que a adaptação da infraestrutura e dos materiais didáticos precisa ser assegurada para que a instituição escolar esteja voltada à práticas inclusivas. Para 52,9% dos colaboradores dessa pesquisa, os esforços de diferentes segmentos da sociedade são fundamentais para garantir uma aprendizagem significativa na perspectiva da educação inclusiva.

Por fim, como verificamos na tabela a seguir, 47,1% dos entrevistados pontuam a conscientização contra o capacitismo fundamental para assegurar um currículo que inclui, além das crianças com deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola.

**Tabela 3** – Fatores que influenciam a construção de um currículo inclusivo de direito a aprendizagem

<b><i>Fatores que influenciam a construção de um currículo inclusivo de direito a aprendizagem</i></b>	
<i>As práticas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem</i>	82,4%
<i>A adequação dos objetivos educacionais de acordo com as necessidades de cada aluno</i>	82,4%
<i>A adaptação da infraestrutura e dos materiais didáticos</i>	70,6%
<i>A promoção de espaços de acolhimento</i>	76,5%
<i>A capacitação dos profissionais em temas de diversidade</i>	76,5%
<i>A conscientização contra o capacitismo</i>	47,1%
<i>O suporte de uma equipe multidisciplinar, como pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais.</i>	82,4%
<i>Os esforços de diferentes segmentos da sociedade</i>	52,9%
<i>Outro</i>	0%

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora (2023).



A Busca Ativa Escolar foi mais uma estratégia que permitiu o planejamento cuidadoso do retorno de crianças e adolescentes à escola, uma ação que visou assegurar um currículo inclusivo de direito à aprendizagem. No decorrer da pandemia essa ação foi regulamentada através da Resolução CMESM nº 40 de 22 de junho de 2020, visando a permanência de todos os estudantes na escola.

Essa busca iniciava-se, na maioria das instituições municipais de Santa Maria/Rs, a partir do diagnóstico das condições socioeconômicas e de saúde das crianças, estudantes e de suas famílias. Posteriormente, os casos eram encaminhados por meio de formulário eletrônico, ao Programa de Controle de Evasão e Disciplina Escolar - PROCEDE. Esse órgão encarregava-se de contatar os estudantes que não retornavam assertivamente sua localização ou não realizavam a devolutiva das atividades propostas no ensino remoto, bem como aqueles que necessitem de acompanhamento em saúde mental para que fossem encaminhados para instituições especializadas.

Esse foi um trabalho exaustivo, realizado semanalmente pelos professores e gestores escolares, por meio de ligações e mensagens telefônicas ou ainda, a partir do deslocamento até o domicílio do aluno para constatar a situação em que a família se encontrava. Nessas ocasiões inúmeras foram as justificativas e evidências que se apresentaram, desde receio de sair do isolamento social para buscar os materiais físicos na escola ou condições de acesso à internet para acessá-los de casa, até questões de saúde e situações de desacordo com o formato de ensino adotado.

Em vista disso, apesar da dedicação dos profissionais da educação, para (re)criar espaços e possibilidades de ensino - aprendizagem, o trabalho realizado não se fez igualmente para todos. Por vezes, ainda somou-se a esta realidade, o despreparo dos docentes com o uso das tecnologias, plataformas e salas virtuais de ensino, falta de recursos, sobrecarga de trabalho, estafa mental entre outros fatores que contribuíram com o adoecimento de alguns professores.

A aprovação por progressão continuada, regulamentada através da Resolução CMESM nº 40 garantiu que, mesmo os estudantes evadidos e/ou os que não participaram das propostas escolares ao longo do ano letivo, fossem promovidos. Com isso, a defasagem de aprendizagem ficou evidenciada logo no retorno escalonado dos estudantes aos espaços presenciais de ensino, apresentando um panorama preocupante em relação ao currículo prescrito: a recuperação dos

conteúdos não incorporados.

Acerca disso, os resultados da pesquisa apontam que as escolas municipais de Ensino Fundamental de Santa Maria/RS têm adotado diferentes estratégias para enfrentar as dificuldades de aprendizagem decorrentes do contexto da pandemia:

**Tabela 4** – Estratégias adotadas para enfrentar as dificuldades de aprendizagem

<b>Estratégias adotadas para enfrentar as dificuldades de aprendizagem</b>	
<i>Acolhimento e clima escolar</i>	82,4%
<i>Avaliação diagnóstica</i>	70,6%
<i>Flexibilização curricular</i>	70,6%
<i>Reorganização das atividades pedagógicas</i>	70,6%
<i>Acompanhamento das aprendizagens</i>	94,1%
<i>Projetos de reforço escolar promovidos pela Secretaria de Educação</i>	0%
<i>Projetos de reforço escolar promovidos pela escola</i>	52,9%
<i>Outro</i>	5,9%

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2023).

A partir desta, observa-se que 94,1% dos entrevistados afirmam que acompanhar a aprendizagem dos estudantes tem sido essencial para corrigir as dificuldades e garantir que os alunos sigam em seu processo de ensino e aprendizagem. Na sequência, 82,4% dos gestores apontam que o acolhimento e o clima escolar em suas instituições são fatores determinantes para o sucesso da aprendizagem de seus estudantes, seguido de 70,6% que apontam a avaliação diagnóstica, a flexibilização curricular e a reorganização das atividades pedagógicas, como estratégias basilares adotadas, para o enfrentamento das dificuldades evidenciadas no período pós pandemia. Outra estratégia apontada por 52,9% dos gestores, como método para enfrentar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes, se refere aos projetos de reforço promovidos pela escola. No que se refere a projetos de reforço escolar promovidos pela Secretaria de Educação do Município, nenhum dos gestores sinaliza essa opção.

Compreende-se que as estratégias sinalizadas pelos gestores, no sentido de melhorar o desempenho escolar dos estudantes, dependem, essencialmente, de um acompanhamento efetivo de sua aprendizagem. Segundo Hoffmann (1994, p. 57):

[...] o acompanhamento do processo de construção de conhecimento implica favorecer o desenvolvimento do aluno, orientá-lo nas tarefas,

oferecer-lhe novas leituras ou explicações, sugerir-lhe investigações, proporcionar-lhe vivências enriquecedoras e favorecedoras à sua ampliação do saber. Não significa acompanhar todas as suas ações e tarefas para dizer que está ou não apto em determinada matéria. Significa, sim, responsabilizar-se pelo seu aprimoramento, pelo seu "ir além". De forma alguma é uma relação puramente afetiva ou emotiva; significa uma reflexão teórica sobre as possibilidades de abertura do aluno a novas condutas, de elaboração de esquemas de argumentação, contra-argumentação, para o enfrentamento de novas tarefas.

Nesse sentido, o docente é visto como o ator principal do processo de ensino e aprendizagem, demandando dele os resultados alcançados pelos estudantes. Mas, entendemos que é necessário refletir sobre outros condicionantes de aprendizagem, como o interesse do estudante, pois, quem aprende é o aluno. Se não quiser, recusando-se a entrar na atividade intelectual, não aprenderá (Charlot, 2014, p. 50). Também, sobre a necessidade de políticas públicas que contribuam significativamente com a evolução do processo de ensino aprendizagem dos alunos, seja por meio de projetos educacionais ou programas articulados com o sistema de ensino.

Uma das fragilidades da rede municipal de ensino de Santa Maria/RS, apontadas pelos gestores escolares entrevistados, é a falta de uma proposta curricular que priorize o desenvolvimento das habilidades que não foram totalmente alcançadas durante o período de pandemia.

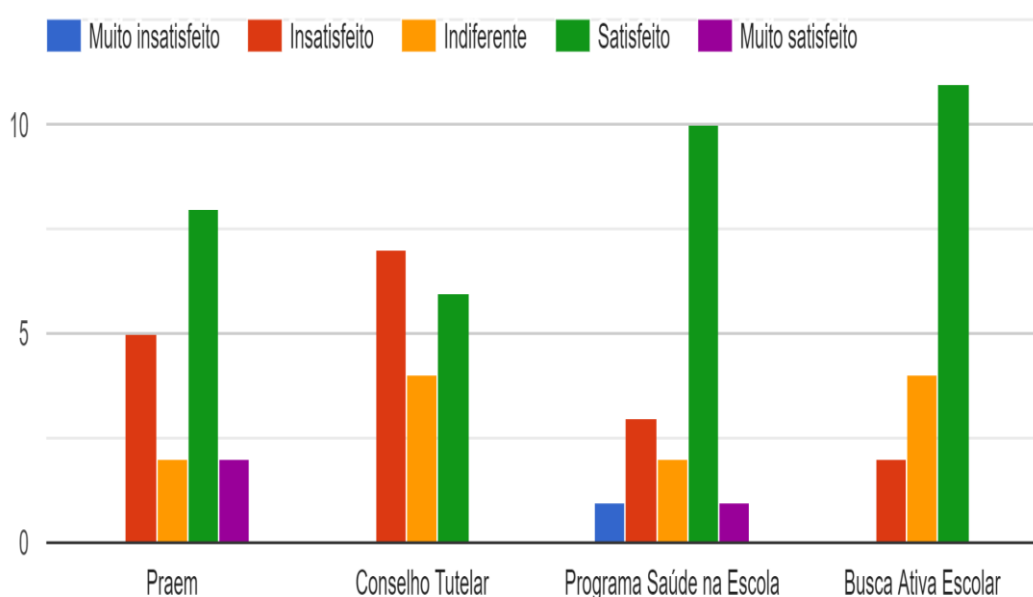
Nesse sentido, a partir do que é exposto na tabela 3, uma variedade de estratégias foram adotadas pelas escolas, mas, a inexistência de uma iniciativa por parte da secretaria de educação deixou os gestores desamparados. Entende-se que esse suporte às instituições poderia ser ofertado através de um projeto de reforço escolar na rede municipal de ensino, ampliação do número de profissionais que atuam nas escolas, ou mesmo, aumento de vagas para apoio pedagógico aos estudantes, dentro de um programa já existente no município.

Outra questão que ficou muito evidente durante a pandemia e soma-se aos componentes curriculares, são as sequelas psicossociais entre alunos e, não raras vezes, entre os professores. Exemplo disso são casos vivenciados em meu contexto de atuação profissional: crises de ansiedade ao realizar tarefas simples do cotidiano da sala, medos irracionais que fizeram com que o estudante não conseguisse frequentar presencialmente as aulas, comportamentos compulsivos que geram agressões verbais e físicas entre os pares, estudantes se automutilando, se escondendo entre as roupas sem conseguir verbalizar seus sentimentos.

Nesse cenário, nós, gestores escolares, ficamos muitas vezes de “mãos atadas” porque assoberbados de trabalho, com quadro de profissionais reduzido, com falta de um orientador educacional nas escolas, para conversar e orientar estes estudantes, fazíamos os encaminhamentos necessários, mas não tínhamos como acompanhar o processo. Por vezes, recebíamos retorno das avaliações encaminhadas, quando o estudante já estava sendo desligado do atendimento, persistindo o problema que, conseqüentemente, leva o aluno a introspecção, auto exclusão, defasagem de aprendizagem, infrequência e abandono escolar.

Ao questionar os colegas envolvidos nas gestões escolares sobre o seu nível de satisfação frente aos encaminhamentos realizados pela escola em que trabalham, nos últimos três anos, os dados apontados pelo gráfico abaixo apontam um alto grau de indiferença e insatisfação.

**Gráfico 6** - Nível de satisfação dos serviços prestados



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2023).

Sem dúvida os resultados apontados são impactantes, pois sabemos que no âmbito das políticas públicas municipais, em Santa Maria/RS, os órgãos mencionados neste estudo são importantes redes de apoio às escolas, atuando coletivamente e de forma interdependente para um mesmo fim, a partir de ações articuladas com profissionais especializados em diversas áreas.

No que se refere a programas, o Conselho Tutelar, o Programa Saúde na Escola e a Busca Ativa Escolar se inserem nas ações que são desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação - SMEd, através de legislações municipais que visam garantir os direitos de crianças e adolescentes de participarem dignamente da escola.

Os Conselhos Tutelares foram instituídos no município de Santa Maria /RS pela lei municipal nº 5.972, de 29 de abril de 2015, que dispõe sobre a organização, funcionamento e regime jurídico dos conselheiros tutelares municipais. A partir do que dispõe esta lei, o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

A partir do que dispõe o art.3º desta lei, o município deve operar com no mínimo três Conselhos, distribuídos nas regiões leste, centro e oeste do município, atuando como órgão integrante da administração pública. Cada órgão instituído deve contar com cinco membros, escolhidos pela população local para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

A partir do que apontam alguns dos gestores escolares entrevistados, a atuação dos Conselhos instituídos no município não tem sido satisfatória para desenvolver um trabalho efetivo frente aos encaminhamentos realizados pelas escolas. Na região Centro-leste o Gestor 9 se diz indiferente quanto a atuação deste órgão. O mesmo acontece com os gestores da zona leste, Gestor 12 que se diz indiferente e Gestor 15, que se diz insatisfeito. Na zona norte, Gestor 2 e Gestor 6, se mostram insatisfeitos e o Gestor 7 se coloca como indiferente. Na zona oeste, Gestor 3 se diz insatisfeito e Gestor 16, indiferente. Já na região sul, Gestor 5, Gestor 10 e Gestor 15 se dizem insatisfeitos com os serviços prestados pelo Conselho Tutelar.

Sobre essa questão a secretária de educação mencionou, durante uma das reuniões que tivemos, que o Conselho Tutelar é um órgão que tem autonomia para dirimir suas demandas, definindo que tipos de ações irá realizar, de que forma se relacionará com a família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, etc, que os casos encaminhados pela escola que não são atendidos, devem ser reportados ao Ministério Público.

Em campanha sobre a importância e responsabilidade dos Conselhos, o

UNICEF busca esclarecer a necessidade de conhecermos o trabalho que vem sendo realizado pelos membros escolhidos como conselheiros tutelares e o apoio que estes podem oferecer para a comunidade em que atuam, como:

- Apoiar as famílias a requisitarem uma vaga na creche ou na escola mais perto da residência da criança, caso ela não esteja matriculada, acionando uma rede local interdisciplinar de proteção.
- Requisitar, à Secretaria de Saúde, que a criança receba tratamento médico adequado e em tempo hábil, acionando uma rede local interdisciplinar de proteção.
- Encaminhar a família para os equipamentos de assistência para o recebimento de benefícios de transferência de renda, entre outros.
- Atuar se uma criança ou adolescente estiver enfrentando algum tipo de violência em casa ou em qualquer outro lugar.

Em outras palavras, o Conselho Tutelar atua no atendimento à queixas, reclamações, reivindicações e solicitações feitas pelas crianças, adolescentes, famílias, comunidades e cidadãos, exercendo as funções de escutar, orientar, aconselhar, encaminhar e acompanhar os casos, aplicando, por fim, as medidas protetivas pertinentes.

O Programa Saúde na Escola, constituído pelo Decreto presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, contribui para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica, por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Como objetivo principal o programa busca trabalhar com os alunos, no ambiente escolar, abordando diferentes ações na área da saúde, como sanidade mental, prevenção de acidentes, doenças sexualmente transmissíveis, uso de substâncias ilícitas, oftalmologia, odontologia, entre outras áreas.

No que se refere às atividades desenvolvidas por este programa junto às escolas, observa-se que em algumas regiões as ações precisam ser (re)planejadas para que atendam às necessidades evidenciadas pela instituição escolar. Cita-se a região oeste, em que o Gestor 3 mostra-se insatisfeito com as atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo programa; região norte, onde o Gestor 6 se mostra insatisfeito e o Gestor 7, indiferente; a região leste, onde o Gestor 12 se mostra indiferente e o Gestor 15 insatisfeito e na região sul, onde o Gestor 13 se diz muito insatisfeito.

Ao discorrermos sobre a atuação do Programa Saúde na Escola, durante reunião com equipe da Secretaria de Educação, a coordenadora do programa no município, que também coordena as atividades desenvolvidas pelo Praem, pontuou que as ações realizadas nas instituições escolares são propostas preventivas que buscam, de forma eficaz, diminuir os problemas que podem vir a ocorrer com os estudantes e seus familiares.

Corroboramos com a fala da coordenadora sobre a importância das atividades que são realizadas nas escolas da rede, que conforme nos dimensiona o programa, contribuem para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento dos estudantes da rede pública de ensino.

Contudo, frente aos resultados evidenciados na pesquisa, que apontam casos de insatisfação e indiferença frente às atividades desenvolvidas pelo programa, refletimos sobre algumas situações, como por exemplo a tabela de registro enviada às escolas, conforme figura abaixo:

**Figura 7** – Tabela de registro de ações do PSE



TABELA DE REGISTRO DE AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA		
Escola:	INEP:	Mês:
Turma:	Nº de estudantes:	Unidade de saúde de referência:
TEMÁTICA		DIAS REALIZADOS
1. Saúde ambiental e ações de combate ao mosquito <i>Aedes Aegypti</i>		
2. Promoção da atividade física (práticas corporais)		
3. Alimentação saudável e prevenção da obesidade (antropometria)		
4. Promoção da cultura de paz e direitos humanos		
5. Prevenção das violências e dos acidentes		
6. Prevenção de doenças negligenciadas		
7. Verificação da situação vacinal		
8. Saúde sexual e reprodutiva e prevenção das ISTs		
9. Prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas		
10. Saúde bucal (aplicação tópica de flúor / escovação supervisionada)		
11. Saúde auditiva		
12. Saúde ocular		
13. Prevenção à Covid-19		
14. Cuidados com a higiene pessoal		
15. Prevenção à toxoplasmose		

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES**

A tabela deve ser enviada para a unidade de saúde de referência mensalmente (até o dia 1º do mês subsequente) para o registro das ações no sistema.

**Fonte:** Programa Saúde na Escola (2023).

A partir das orientações contidas no arquivo, a mesma deve ser encaminhada mensalmente às unidades de saúde de referência, para que sejam registradas as ações realizadas com os estudantes acerca das temáticas indicadas. Compreendemos que parte dos temas são abordados na proposta pedagógica da escola, contudo, entendemos que essas ações deveriam, necessariamente, ser realizadas com a presença de profissionais especializados na área da saúde, os quais julgamos ter um domínio maior sobre o tema, tendo o professor como um auxílio para a adequação das propostas, frente às necessidades dos alunos.

Com relação a Busca Ativa Escolar, após a pandemia a rede municipal de educação aderiu à plataforma ofertada gratuitamente aos estados e municípios pelo UNICEF<sup>23</sup>, visando garantir o direito que todas as crianças e adolescentes têm de participarem da escola. Trata-se de uma estratégia composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica, desenvolvida pelo UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)<sup>24</sup> e com apoio do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas)<sup>25</sup> e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)<sup>26</sup> (Conasems) Para o acesso à essa ferramenta, a secretaria de educação solicitou às escolas o cadastramento de duas pessoas que ficariam encarregadas da busca ativa dos estudantes.

Os sinais de alerta que são incluídos na plataforma identificam todas as crianças e adolescentes de 04 a 17 anos em situação de evasão e abandono escolar, indicando, também, aquelas que não se encontram devidamente matriculadas em instituição de ensino, que não retornaram às salas de aula ou aquelas que em idade obrigatória, estão fora da escola.

---

<sup>23</sup> O Fundo das Nações Unidas para a Infância, é uma agência das Nações Unidas responsável por fornecer recursos humanitários e de desenvolvimento que ajudam crianças em todo o mundo.

<sup>24</sup> A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime é uma associação civil sem fins lucrativos, que tem por missão articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social.

<sup>25</sup> O Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS é uma Associação Civil, sem fins lucrativos, que representa os municípios brasileiros junto ao Governo Federal, especialmente junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e aos governos estaduais, para fortalecer a representação municipal nos Conselhos, Comissões e Colegiados, em todo o território nacional.

<sup>26</sup> Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde – CONASEMS é uma força política que assumiu a missão de agregar e de representar o conjunto de todas as secretarias municipais de saúde do país.



Buscando a compreensão dos gestores escolares a cerca do trabalho realizado pela busca ativa escolar, nos últimos três anos, questionamos sobre o nível de satisfação frente as ações realizadas com crianças e estudantes da rede municipal. Onze dos entrevistados afirmam estar satisfeitos com o trabalho realizado pela busca ativa escolar, nas instituições em que atuam; quatro dos entrevistados se dizem indiferentes à este serviço e dois se dizem insatisfeitos.

De posse dos dados da pesquisa, durante uma das reuniões que foram realizadas junto aos profissionais da secretaria de educação, apresentamos os resultados desse questionamento ao então coordenador do Programa Todos na escola. Segundo ele, a busca ativa escolar atualmente está sendo realizada no município, por meio da plataforma UNICEF como uma orientação do Ministério Público. Com relação aos encaminhamentos atuais, explicou-nos que essa plataforma segue uma forma de gerenciamento de tempo para a resolução dos alertas enviados, por esse motivo a busca pelos estudantes infrequentes vem se consolidando cada vez mais positiva. Para realizar assertivamente o cadastro, diz-nos que ao preencher o registro, além dos dados de identificação e localização da criança/adolescente e seus responsáveis, a pessoa encarregada pelo cadastro, deve sinalizar o principal motivo do estudante estar fora da escola, que não se trata apenas do acompanhamento da frequência ou evasão do aluno à escola, mas, abarca a busca pela garantia dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, como a falta de documentação da criança ou adolescente, violência familiar ou na escola, violência sexual, trabalho infantil, gravidez na adolescência, uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, criança ou adolescente em situação de rua, preconceito ou discriminação racial, dentre outras situações que se acompanha na figura a seguir:

**Figura 8** – Cadastro da Busca Ativa Escolar

Por que a criança ou adolescente está fora da escola?\*

Selecione o principal motivo identificado:

- Adolescente em conflito com a lei
- Criança ou adolescente com deficiência(s)
- Criança ou adolescente com doença(s) que impeça(m) ou dificulte(m) a frequência à escola
- Criança ou adolescente em abrigo
- Criança ou adolescente em situação de rua
- Criança ou adolescente vítima de abuso / violência sexual
- Crianças ou adolescentes migrantes estrangeiros
- Evasão porque sente a escola desinteressante
- Falta de documentação da criança ou adolescente
- Falta de infraestrutura escolar
- Falta de transporte escolar
- Gravidez na adolescência
- Infrequência escolar reportada pela gestão escolar ou pela rede de ensino
- Mudança de domicílio, viagem ou deslocamentos frequentes
- Preconceito ou discriminação racial
- Trabalho infantil
- Uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas
- Violência familiar
- Violência na escola
- Violência no território

**Fonte:** Plataforma UNICEF (2023).

Com base nas opções acima descritas é possível constatar que o abandono escolar se dá a partir de múltiplos fatores, a maioria deles externos à escola e à educação. Daí a importância de uma rede intersetorial, que articule o trabalho desenvolvido por diferentes órgãos e pessoas, uma rede que dê suporte para a escola desempenhar o seu papel na sociedade, valorizando as relações que se estabelecem dentro e fora dela; uma rede que acolha as necessidades individuais de crianças e adolescentes, sensibilizando-se com as condições em que vivem, as classes sociais a que pertencem, os valores que cultivam entre outras questões que devem ser entendidas e amparadas para que a educação seja de fato para todos.

Nesse sentido, a lei nº 5.991, de 23 de junho de 2015, institui o Praem como uma política pública municipal voltada à resolução de demandas que impactam na aprendizagem dos estudantes da rede, no que concerne à caracterização, desenvolvimento de estratégias e acompanhamento nas áreas afetivas, cognitivas, psicológica, social, psiquiátrica, social, familiar ou de outra natureza que não possa

ser resolvido no espaço escolar. Pelo que traduz seu documento de criação, o Praem desenvolve suas ações por meio da articulação com outros serviços, instituições, órgãos e entidades locais, destinados à promoção de condições que assegurem a inclusão educacional e, sobretudo, processos educativos de qualidade.

Evidencia-se, a partir do exposto, a relevância do programa para a rede de ensino de Santa Maria/RS, tanto no que se refere a busca por atendimentos especializados na área da saúde, para crianças e estudantes cujas famílias não têm condições de pagar, como para aqueles que necessitam de estimulação cognitiva para continuar avançando no processo de ensino e aprendizagem.

Indagando sobre os serviços prestados às escolas campo de investigação deste estudo, nos últimos três anos, compartilhamos o relato do Gestor 9 que discorre sobre a essencialidade do Praem para os estudantes da rede e seus familiares: *Auxilia muito na educação dos nossos estudantes, dá um suporte para as famílias que não teriam como buscar por conta própria um atendimento especializado para seus filhos* (Gestor 9).

O Gestor 13 corrobora com o Gestor 9 e acrescenta em sua fala que o número de estudantes encaminhados para este órgão tem sido maior do que a possibilidade de atendimento: *É um serviço de nossa secretaria muito importante, porém, devido a grande demanda de alunos encaminhados não consegue suprir todas as necessidades da rede* (Gestor 13).

Já o Gestor 6, apesar de mencionar satisfação com os serviços prestados pelo Praem na escola em que atua profissionalmente, queixa-se do número de atendimentos que vêm sendo realizados pelo programa neste ano: *Neste último ano houve uma queda de atendimentos por parte do PRAEM* (Gestor 6).

A respeito disso, durante reunião com equipe da secretaria de educação, a coordenadora do Praem reforçou a orientação endereçada às escolas da rede, de priorizar as unidades básicas de saúde mais próximas da residência do estudante, para solicitar avaliações clínicas, e verificar se o encaminhamento não se refere à alunos que já tenham atendimento em outro centro ou unidade de saúde, de modo que os acolhimentos não sejam duplicados e que possa ser realizado um melhor gerenciamento das filas de espera por avaliações no programa.

Ao questionarmos os gestores escolares se os mesmos consideram positivas as ações desenvolvidas pelo Praem junto às escolas, alguns posicionamentos

discorrem sobre as estratégias adotadas para a manutenção dos serviços e a qualidade dos atendimentos em diferentes períodos, como nos sinaliza o Gestor 2: *Até o ano anterior sim, porque fazia muito além dos objetivos do Programa, tinha uma comunicação próxima das escolas e atendia um número grande de aluno, encaminhava para o outros serviços necessários, era o centro dos serviços de apoio às escolas, porém a partir deste ano houve um distanciamento, e o que nos parece é que o programa não tem funcionado de forma proativa, apenas em repasse de informações (Gestor 2).*

Da mesma forma, além de mencionar a falta de profissionais especializados para atendimento no Praem, o Gestor 16 compara o trabalho que vem sendo realizado na atualidade, citando como exemplo um caso anteriormente encaminhado pela instituição em que atua como gestor escolar: *Observamos que, na prática, as(os) estudantes não são efetivamente beneficiados com esse projeto. A falta de profissionais como: psicopedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, psiquiatra, odontólogo, pediatra impossibilitam a efetividade do trabalho. As famílias não têm dinheiro nem tempo para levarem os filhos em um local que dispõe de tempo ínfimo para atendimento e que obtêm resultados invisíveis. Em 2016 tivemos 1 caso em que um menino foi encaminhado, o pai que o acompanhava também foi recebido e atendido, uma irmã foi incluída no atendimento por iniciativa do PRAEM. A família toda foi beneficiada com aquele trabalho, os resultados permanecem e fizeram a diferença na vida da família. Assim, parece que faltam profissionais especializados com carga horária suficiente para atender a demanda, local próximo do público a ser atendido, ajuda financeira com transporte para pacientes e acompanhantes (Gestor 16).*

A falta de profissionais especializados no Praem, para a realização das avaliações e atendimentos de crianças e adolescentes da rede é recorrente na fala dos entrevistados, que reconhecem a importância dos atendimentos que são realizados pelo programa, para o trabalho que é realizado nas escolas municipais, como relatado pelo Gestor 15: *Consideram-se os objetivos, mas o atendimento multidisciplinar ainda é bastante limitado, levando em conta a grande demanda da Rede municipal (Gestor 15).*

Nessa mesma perspectiva o Gestor 7 discorre sobre a falta de profissionais atuando no programa, como uma das limitações para a garantia de um trabalho efetivo junto às escolas municipais, e, acrescenta ainda, a falta de comprometimento dos

responsáveis: *As demandas da escola nem sempre conseguem ser atendidas pelo Praem pois os pais não tem responsabilidade para levar as crianças, também podemos destacar que há poucos profissionais e a fila para atendimento é grande (Gestor 7).*

Discorrendo ainda sobre a dificuldade de conseguir atendimento para crianças e estudantes das escolas da rede, o Gestor 5 pronuncia-se a respeito da complexidade do trabalho que o educador especial tem realizado na instituição, junto ao público alvo da educação especial, não sobrando tempo para avaliar os demais estudantes que necessitam de um olhar especializado e não acabam recebendo, tendo em conta que o profissional do AEE já não consegue dar conta do alto número de estudantes sob seus cuidados: *Os alunos encaminhados que apresentam dificuldade de aprendizagem são considerados casos sem urgência, aqueles casos mais sérios o PRAEM solicita a avaliação do Educador Especial da escola, porém muitas vezes o Educador especial está com seus horários preenchidos atendendo alunos já diagnosticados na escola, logo ainda não sabemos quais alunos serão atendidos. O PRAEM possui grande demanda e a escola também (Gestor 5).*

No tocante, questionou-se aos entrevistados se o trabalho desenvolvido pelo Praem põe em prática os objetivos estabelecidos em sua lei de criação, a saber:

I - realizar avaliações, intervenções e acompanhamento nas áreas da saúde e educação tendo em vista o atendimento das necessidades educacionais especiais dos alunos da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria;

II - promover ações articuladas junto às escolas visando à promoção de condições que favoreçam processos educativos de qualidade e, sobretudo, a inclusão educacional;

III - fornecer às escolas orientações e/ou informações que sejam úteis e necessárias para a promoção da aprendizagem;

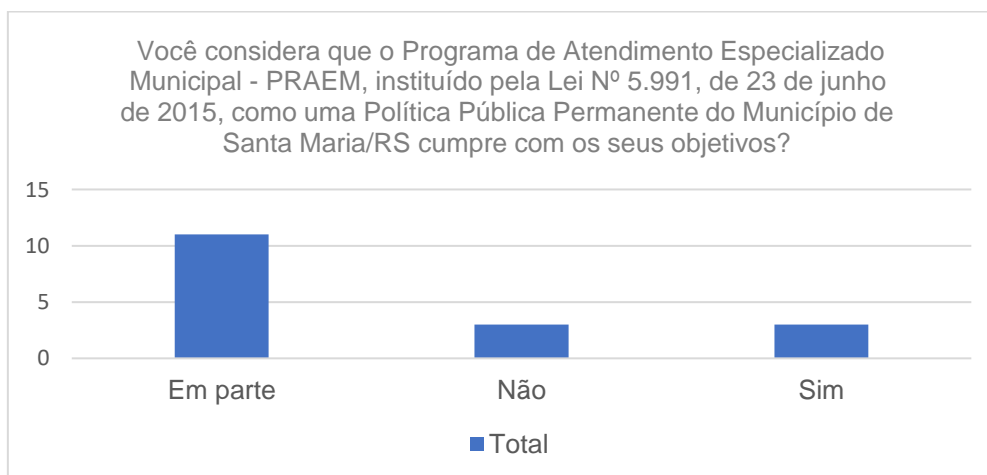
IV - estabelecer parcerias com Órgãos e Instituições Governamentais e Não Governamentais, buscando efetivar o trabalho em rede colaborativa para dinamizar ações interdisciplinares e agilizar a demanda de atendimento; e

V - acompanhar os indicadores de qualidade do ensino público e o desempenho individual dos estudantes atendidos.

Analisando as escalas apontadas no gráfico abaixo, através de percentuais, observamos que 17,6% dos entrevistados entendem que o programa não

desempenha os propósitos para o qual foi criado; a mesma proporção, 17,6% afirmam que sim, que as ações desenvolvidas cumprem com as metas estabelecidas e 64,7% afirmam que os objetivos são realizados em parte.

**Gráfico 7 – Objetivos Praem**



**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2023).

Com respeito ao apontado pelo gráfico 7, o Gestor 3 reforça o que já foi sinalizado pelo Gestor 13 em relação ao número elevado de busca por atendimentos, que segundo ele é superior ao que o programa pode atender. Destaca, ainda, que o objetivo II do Praem, “[...] promover ações articuladas junto às escolas visando à promoção de condições que favoreçam processos educativos de qualidade e, sobretudo, a inclusão educacional”, estabelecido pelo documento de criação do programa através da Lei municipal nº 5.991, é desconhecido por si e a instituição em que atua como gestor escolar: *O PRAEM não cumpre com seus objetivos, pois a demanda de estudantes que necessitam de atendimento é sempre maior do que a capacidade que o programa pode atender. A cada solicitação da escola, o estudante entra em uma fila de espera e muitas vezes não é atendido no ano escolar. Também é desconhecido as ações entre PRAEM e escola já que nunca promoveram ações em nossa instituição (Gestor 3).*

Reforçando o que foi apontado pelo Gestor 3, o Gestor 12 relata que não ocorrem ações articuladas entre Praem e escola, e acrescenta à sua fala, que muitas crianças se encontram em fila de espera e que, além disso, os encaminhamentos neste ano estão mais burocráticos: *Não se percebe uma ação articulada junto às escolas. Além disso, muitas crianças estão na fila de espera. No ano de 2023 o*

*encaminhamento está bastante burocrático, o que muitas vezes dificulta (Gestor 12).*

A partir do que expõe o Gestor 12, que reflete um dos motivos pelos quais iniciamos esta investigação, ponderamos sobre a forma adotada para o encaminhamento de estudantes ao programa, nestes últimos três anos. Em 2021 e 2022 os registros eram efetivados por meio de uma ficha encaminhada ao e-mail institucional das escolas, conforme o modelo ilustrado na figura abaixo:

**Figura 9 – Ficha de encaminhamento Praem**



### FICHA DE ENCAMINHAMENTO PRAEM

#### Data de envio:

#### I- ENCAMINHAMENTO PARA:

- ( ) Psicologia ( ) Terapia Ocupacional ( ) Assistência social ( ) Arteterapia ( ) Fonoaudiologia  
 ( ) Apoio Pedagógico ( ) Acolhimento Saúde Mental ( ) Educação Especial apenas para escolas  
 que não possuam o professor nesta área ( ) Acolhimento Familiar ( ) Matrimento  
 ( ) Psicopedagogia ( ) Programa Cuidando de quem Cuida ( ) Programa Altas  
 Habilidades/Superdotação ( ) Formação de professores  
 ( ) Programa Super/ação.

#### II- IDENTIFICAÇÃO

Nome do aluno: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

Fone (pelo menos dois números): \_\_\_\_\_

Escola: \_\_\_\_\_

Fone: \_\_\_\_\_ Ano Escolar(ed. Inf., 1º,2º,3º, etc) \_\_\_\_\_ Turno: \_\_\_\_\_

Professores (as): \_\_\_\_\_

Possui atendimentos (pedagógicos ou clínicos) externos ao contexto escolar? ( ) não ( ) sim/  
 Quais? \_\_\_\_\_

Possui acompanhamentos externos (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar,...)? ( ) não ( ) sim/  
 Quais? \_\_\_\_\_

Possui condições financeiras próprias para o deslocamento até o PRAEM? ( ) não ( ) sim

#### III- PARECER DE ENCAMINHAMENTO DA ESCOLA (No máximo 1 lauda)

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**Fonte:** Praem (2021/2022).

Conforme se observa, eram disponibilizados atendimentos na área da Psicologia, Terapia Ocupacional, Assistência Social, Arteterapia, Fonoaudiologia, Apoio Pedagógico, Acolhimento Saúde Mental, Educação Especial para as escolas que não possuíam professor na área, Acolhimento Familiar, Matriciamento, Psicopedagogia, Programa Cuidando de quem Cuida, Programa Altas Habilidades/Superdotação, Formação de professores e Programa Superação.

A ficha era preenchida por um responsável pelo acompanhamento do estudante, na escola, com os dados de identificação e localização do mesmo, sinalizando a especialidade para a qual estava sendo solicitada avaliação. A partir de então, o contato era realizado diretamente com as famílias e a escola acabava por não ter conhecimento de quando havia sido realizada a avaliação, se o estudante já estava sendo atendido, se a necessidade evidenciada pelos profissionais na escola tinha se fundamentado a partir da avaliação especializada, se houveram progressos após atendimento entre outros. A instituição escolar era informada apenas quando os estudantes eram desligados dos atendimentos e isso acontecia sem um relatório que pudesse colocar a instituição a par dos progressos atingidos com os mesmos, conforme se evidencia na fala do Gestor 1: *Iniciando que muitos dos encaminhamentos de estudantes que foram encaminhados não obtivemos retorno. Entendo o limite de atendimentos para todas as escolas municipais, mas os casos necessários em nossa escola que são encaminhados muitas vezes não são atendidos. Dos atendimentos realizados acredito que foram muito importantes e válidos. Com a nova gestão do PRAEM me preocupa um pouco que alguns encaminhamentos priorizem estudantes dos Anos Iniciais, quando já percebemos dificuldade na EI (Gestor 1).*

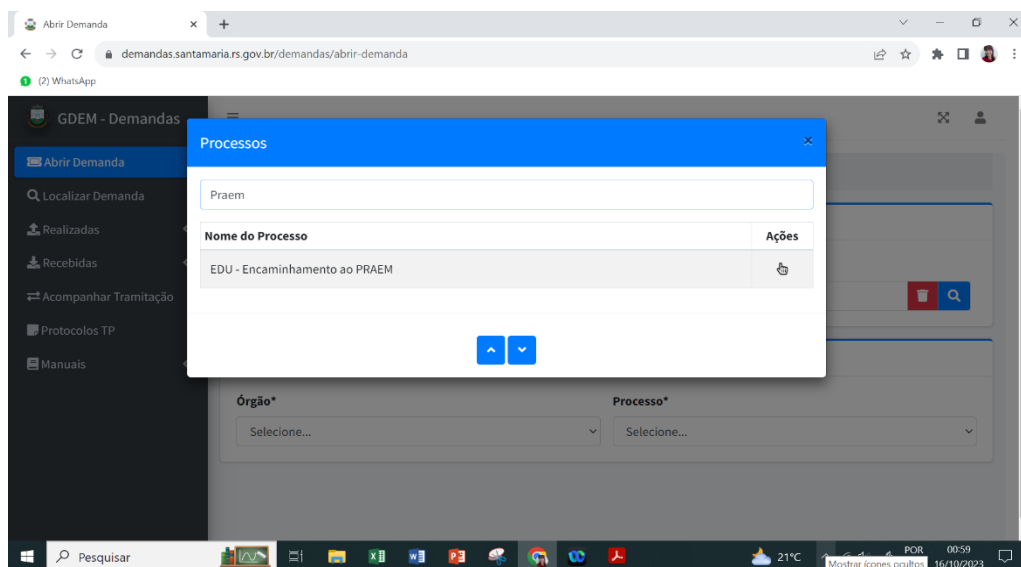
Corroborando com a fala do Gestor 1, o Gestor 4 menciona a falta de atendimento para as crianças e estudantes da instituição escolar em que atua como gestor escolar, neste ano, comparando com os atendimentos realizados anteriormente: *Durante o ano passado, o PRAEM estava com uma demanda muito acima do que poderiam atender. Com isso, o trabalho era bem demorado, mas ainda atendiam alguns dos nossos estudantes e contribuía no desenvolvimento das atividades das crianças. O atendimento demorava, mas em algum momento acontecia, mesmo que não fosse satisfatório ou que dessem alta aos alunos antes do previsto. Durante o ano de 2023, sentimos um distanciamento ainda maior do*



*programa, não conseguindo atendimento para nenhum dos nossos alunos. Esse distanciamento influenciou para que buscássemos ajuda sempre na unidade básica que atende o bairro dos nossos alunos, ou junto ao PSE para que conseguíssemos os atendimento com mais urgência. Em 2022 e 2023 não foi feita nenhuma ação do programa junto a escola, nem orientações ou informações. (Gestor 4)*

Percebemos a insatisfação dos gestores ao discorrerem sobre a capacidade de atendimento do programa, que segundo apontado durante a pesquisa, não supre as demandas da rede. O Gestor 4 relata dificuldade em conseguir atendimento para os alunos de sua instituição, da mesma forma que o Gestor 1, que ainda sinaliza preocupação com as prioridades adotadas pelo programa, a partir deste ano. A nova gestão mencionada vem implementando algumas ações no programa, como o formato de encaminhamento dos estudantes, que em 2023 passou a ser via portal de demandas do servidor municipal, conforme ilustra a figura a seguir:

**Figura 10 – Portal encaminhamento Praem**



**Fonte:** Captura tela de acesso da pesquisadora (2023).

Ao abrirmos a demanda somos direcionados para a página de preenchimento do ticket que é subdividido em dados gerais e específicos do encaminhamento. Na primeira parte preenchemos os dados gerais, ou seja, o órgão de destino, que nesse caso é a Secretaria de Município de Educação, os dados do processo, que se refere ao encaminhamento ao Praem e o destino da demanda, que repete o nome do programa. Na sequência, pergunta se necessita de autorização, o nome da unidade

solicitante, o setor, o nome de contato e telefone, e-mail e descrição do encaminhamento. Após preencher esses dados há a possibilidade de inserir documentos. Na segunda subdivisão são solicitados os dados específicos do encaminhamento, que se refere ao nome completo da criança/estudante, data de nascimento, sexo, ano escolar, turno que frequenta a escola, nome completo da mãe, nome completo do responsável, CEP, bairro, rua, complemento, número, dois contatos de telefone, número do cartão do SUS e a unidade básica de saúde a qual pertence. Ainda, questiona se já foi avaliado pelo atendimento educacional especializado da escola, se possui acompanhamentos externos e se é acompanhado por conselheiro tutelar. Na sequência, passa aos dados da escola, como o nome, telefone, professores que atendem o estudante e o motivo do encaminhamento. Após preencher esses dados é solicitado um parecer em relação à escrita, leitura, linguagem falada, raciocínio lógico-matemático e as ações/intervenções realizadas pela escola para auxiliar a criança/estudante a superar as dificuldades apresentadas. Por fim, há um espaço para ser preenchido com informações complementares que não tenham sido abordadas na ficha e que a escola julgue pertinente. É possível acompanhar a data de abertura do *ticket* e trâmites realizados, grau de prioridade e a situação do atendimento. Além disso, a ficha do aluno está disponível em arquivo para download, com as observações do processo de atendimento, o que é essencialmente importante para a escola, conforme descreve o Gestor 8: *O PRAEM procura atender os estudantes encaminhados, mas nem sempre tem os profissionais que necessitam, estamos recebendo retorno dos encaminhamentos, etc, que são importantes para o trabalho na escola. Precisamos de atendimento de neuro que não temos no setor público, dificultando diagnósticos* (Gestor 8).

Conforme discutimos com os servidores responsáveis pela Busca Ativa Escolar, Assessoria da Educação Especial, representante do Praem, representante do NTEM, coordenadora do NPGSI e Secretária de Educação, além da falta de profissionais para atender casos como o relatado pelo Gestor 8, entendemos que a localização dos encaminhamentos ao Praem, junto ao portal onde ficam as informações pessoais dos servidores, não é adequado, haja vista que dados pessoais acabam se misturando com informações profissionais, como se verifica na figura a seguir:

**Figura 11 – GDEM – Demandas**

Nº Ticket ↑	Categoria / Processo ↑↓	Abertura ↑	Último Movimento ↑↓	Situação ↑↓	Ações
139776	Serviços de Educação - EDU - Encaminhamento ao PRAEM Encaminhamos o estudante do 4º ano para avaliação em decorrência...	04/10/2023 16:11	04/10/23 16:41:34	Em Atendimento	👁️ 🔔
139700	Serviços de Educação - EDU - Encaminhamento ao PRAEM Encaminhando estudante do 5º ano para avaliação nas alterações...	04/10/2023 14:32	04/10/23 16:34:52	Em Atendimento	👁️ 📄
127164	Serviços de Educação - EDU - Encaminhamento ao PRAEM Encaminhamento de estudante para avaliação	20/07/2023 17:17	05/10/23 13:40:29	Em Atendimento	👁️ 🔔
123956	Serviços Internos - Averbação de Tempo de Serviço Privado Solicito averbação de tempo de serviço nas	29/06/2023 21:42	30/06/23 10:15:04	Finalizado	👁️ 📄

**Fonte:** Captura tela de acesso da pesquisadora (2023).

Nesse sentido, defendemos que o sistema que propomos, já no ingresso ao curso de mestrado profissional, no segundo semestre de 2021, se faz mais eficiente. Não só por garantir um arquivamento e acompanhamento seguro de informações e rastreamento dos atendimentos de crianças e estudantes, como também por propor articulação entre as redes de apoio à escola.

### **5.1 Gestão educacional e escolar e a articulação intersetorial com as redes de apoio no município de Santa Maria/RS**

Como vimos discorrendo no decorrer do estudo, o direito constitucional vem impulsionando políticas, programas, processos e práticas de gestão educacional/escolar, as quais fomentam as mudanças que se tem acompanhado no cotidiano das instituições escolares.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, princípios básicos para a educação nacional são estabelecidos, como a Gestão Democrática do Ensino Público, apontado pelo art. 206. Com base nesse princípio, os gestores devem efetivar o trabalho nas instituições, possibilitando a participação, a transparência e a democracia, tudo para que a escola funcione como um ambiente de todos; um espaço onde as particularidades imbricam-se, respeitando-se e entendendo-se; um espaço

onde “[...] se tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos” (Ferreira, 2006, p.310); um ambiente propício à aprendizagem de todos, onde crianças e adolescentes vão ter a oportunidade de conviver com outros adultos, que não os seus familiares, e se identificar com outros modelos de referência, sendo uma grande repercussão na consolidação de sua identidade.

Para a construção e efetivação desses espaços democráticos, a gestão escolar deve “[...] promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos sócio educacionais” (Luck, 2000, p.11), intencionando a participação ativa e efetiva do estudante no processo de ensino-aprendizagem. Isso significa constituir redes de apoio à escola. Remete para a noção de:

Interconexão, articulação, parceria, interação, cooperação entre organizações governamentais e não governamentais, portanto, na defesa do pluralismo de bem-estar social, da corresponsabilização de todos, não apenas do financiamento das políticas sociais, mas na prestação de serviços sociais e na utilização dos recursos mobilizados por cada tipo de organização (Pereira, Teixeira, 2013, p. 120).

Por meio desta mobilização coletiva é possível que crianças e adolescentes tenham as mesmas oportunidades de acesso e permanência na escola e, sobretudo, sintam-se acolhidos, valorizados, respeitados e amados. Nesse sentido, Conselho Tutelar, Busca Ativa, PSE e Praem constituem-se como importantes redes de apoio às escolas, na busca pelo fortalecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido no município, no enalço de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem.

A imagem a seguir retrata um dos momentos em que estivemos reunidos com os gestores educacionais, com representantes das redes de apoio à escola, no município e com o chefe do núcleo de propriedade intelectual da UFSM, discutindo estratégias para a implementação do produto de pesquisa.

**Figura 12** - Reunião com gestores educacionais, integrantes das redes de apoio municipal e chefe do núcleo de propriedade intelectual da UFSM



**Fonte:** Arquivo pessoal da pesquisadora (2023).

Durante a discussão, apresentamos os dados apurados junto aos gestores escolares, que contribuíram como sujeitos da pesquisa, evidenciando que a igualdade de oportunidades na sociedade é imprescindível para a garantia de uma educação insertada na justiça social, que busca garantir os direitos e oportunidades de bem-estar necessários à aprendizagem, visto que crianças e adolescentes em vulnerabilidade, com deficiências ou que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes não aprendem com igualdade. Debates sobre a infrequência e evasão escolar, sobre casos de violência familiar, distúrbios na fala, desatenção, entre outras dificuldades de aprendizagem que não podem ser respondidas apenas sob a perspectiva da educação. Se faz necessária a articulação dos setores mencionados no estudo, para que os problemas apresentados pelos estudantes sejam solucionados e estes tenham os seus direitos garantidos.

## 6 PRODUTOS EDUCACIONAIS NO MESTRADO PROFISSIONAL

O Ministério da Educação através da Portaria N° 389, de 23 de março de 2017, regulamenta os cursos de Mestrado Profissional como uma modalidade de Pós-Graduação *stricto sensu*, voltada para a capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento, mediante o estudo de técnicas, processos, ou temáticas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho, partindo de objetivos bem definidos:

I - capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos, visando atender demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho;

II - transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local;

III - promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes de naturezas diversas, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e

IV - contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas.

Ao elencar tais objetivos, o Ministério da Educação explicita as peculiaridades desta modalidade, que difere dos mestrados acadêmicos sob vários aspectos, um deles, a exigência de um Produto Educacional, definido no Documento da Área como:

[...] um processo ou produto educativo aplicado em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo-aulas, um equipamento, uma exposição, entre outros. A dissertação/tese deve ser uma reflexão sobre a elaboração e aplicação do produto educacional respaldado no referencial teórico metodológico escolhido (Brasil, 2019a, p. 15).

Ao elaborar o produto educativo, o pesquisador compila os resultados de seu estudo, buscando colocar em prática um recurso educacional que traga soluções para

o problema constatado. Os critérios elaborados pela Portaria CAPES 171/2018, que se visualiza na figura abaixo, devem nortear a elaboração desse produto para que ele tenha relevância no ambiente em que será inserido.

**Figura 13** – Critérios de avaliação dos produtos técnicos/tecnológicos



**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora a partir da Portaria CAPES 171/2018 (2023).

- **Aderência:** relacionado à área de concentração e linhas de pesquisa;
- **Impacto:** relacionado com as mudanças causadas pela introdução do Produto no ambiente social;
- **Aplicabilidade:** se refere à facilidade com que se pode empregar o produto, a fim de atingir os objetivos específicos para os quais foi desenvolvido e a possibilidade de replicabilidade em diferentes ambientes e grupos sociais;
- **Inovação:** entendida aqui como a intensidade do uso de conhecimento inédito utilizado para a criação do produto. Um produto derivado da adaptação de conhecimento existente será considerado um produto técnico e não tecnológico;
- **Complexidade:** representa o grau de interação entre os atores, relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento do produto.

Ao adotar critérios para avaliação dos produtos técnicos/tecnológicos, aplicável a todas as áreas da pós-graduação, a Capes manifesta interesse pela qualificação dos produtos educacionais, levando-nos a compreendê-los como parte fundamental da pesquisa de mestrado profissional e não simplesmente como um anexo da dissertação.

Sob essa perspectiva, adotou-se, sistematicamente, os critérios elencados pela Capes, associando a Plataforma de Trabalho Colaborativo à linha de pesquisa LP1 Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior, na pretensão de compartilhar reflexões com Gestão Educacional/escolar na perspectiva de compreender como as redes de apoio mencionadas neste estudo, podem contribuir com estes setores, para a garantia de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem.

Para discorrermos sobre o impacto deste produto para a Rede Municipal de Educação, a possibilidade de aplicação junto ao setor de tecnologia da RME, bem como os trâmites necessários para a implementação de um software inovador e complexo, tendo em vista a proposição de um trabalho em rede, que demanda da cooperação de diferentes setores, seguimos alguns passos, conforme apresenta a tabela abaixo:

**Tabela 5** – Síntese das ações realizadas para apresentação e registro do produto da pesquisa

DATA	AÇÃO REALIZADA
11/04/2023	Contato por e-mail PROINOVA para solicitação de orientações sobre Registro de Propriedade Intelectual
12/04/2023	Abertura do processo de registro de propriedade intelectual pelo Portal de Documentos UFSM.
13/04/2023	Contato por e-mail PROINOVA, orientações sobre registro de propriedade intelectual pelo Portal de Documentos UFSM.
17/04/2023	Contato por e-mail PROINOVA, orientações sobre preenchimento dos documentos para registro de propriedade intelectual
09/05/2023	Reunião presencial PROINOVA, orientações sobre os percentuais de participação na criação da propriedade intelectual.
15/05/2023	Contato por e-mail assessoria SMEd, solicitando agendamento de reunião para apresentação do produto de pesquisa.
22/05/2023	Contato por e-mail assessoria SMEd, encaminhamento da pesquisa para SMEd
26/06/2023	Reunião presencial SMEd, apresentação do produto educacional da pesquisa.
17/07/2023	Reunião presencial SMEd, discussão e definição de equipe para acompanhar os processos de implementação do produto da pesquisa
21/08/2023	Contato por e-mail ao Núcleo de Pesquisas, Gestão de Sistemas e Informações SMEd para solicitar o parecer de aceite da plataforma de Trabalho Colaborativo.
21/09/1978	Reunião on-line PROINOVA - Definição dos percentuais de propriedade intelectual
11/10/2023	Contato por e-mail Assessoria SMEd - envio do parecer do Núcleo de Pesquisas, Gestão de Sistemas e Informações - NPGSI/SMEd favorável à adesão da Plataforma de Trabalho Colaborativo.
18/10/2023	Reunião presencial NPGSI/SMEd - Orientações sobre os percentuais de participação na criação da propriedade intelectual.
23/10/2023	Contato telefônico com a autora solicitando a Base de Dados da Plataforma para repassar ao Departamento de Tecnologia da SMEd
31/10/2023	PROINOVA faz contato por e-mail com a Assessoria SMEd, encaminhando procuração (anexo C) para o registro do programa de computador (PTC – Plataforma de Trabalho Colaborativo) junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora (2023).



A partir de cada orientação, via *e-mail* ou reunião *on-line* e presencial, novos ajustes iam sendo incrementados no *software*, demandando testes e manutenção de código, tudo para que a plataforma corresponda, efetivamente, às necessidades evidenciadas no decorrer da pesquisa.

### 6.1 O produto: PTC - plataforma de trabalho colaborativo

O produto intitulado “PTC - Plataforma de Trabalho Colaborativo” é um dispositivo criado em formato digital web com o objetivo de fomentar o trabalho intersetorial entre Gestão Educacional, Gestão Escolar e Redes de Apoio que atuam no município, visando uma comunicação horizontal entre estas instituições. Através deste sistema, as escolas da rede municipal de Santa Maria/RS poderão realizar os encaminhamentos dos estudantes que demandam de atendimentos e serviços especializados, via portal, e da mesma forma acompanhar o status dessas demandas.

Esse formato de comunicação permite maior entrosamento, celeridade e transparência das informações, permitindo que o retorno das solicitações perpassem a rede, chegando até às escolas e os estudantes tenham as suas necessidades e especificidades educacionais reconhecidas e amparadas.

Para a produção do produto, uniu-se saberes de diferentes profissionais, que se organizaram para a efetivação do roteiro de criação, conforme apresentado na tabela abaixo:

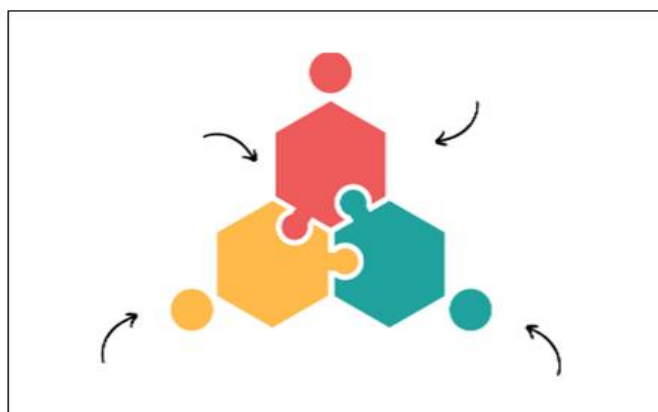
**Tabela 6** - Roteiro para a elaboração da Plataforma de Trabalho Colaborativo

<b>Processos</b>	
1° Plataforma de Trabalho Colaborativo	- Introdução - Finalidade - Logomarca
2° A plataforma	- Dados sobre as Redes de Apoio às escolas - Divisão das seções para os encaminhamentos - Dados sobre as escolas da RME
3° E-card	- Levantamento de dados - Elaboração e-card

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora (2023).

Após termos preparado a introdução da proposta, que será apresentada no layout da plataforma, discorremos sobre a finalidade e o impacto do produto educacional para a Rede Municipal de Educação. A partir disso, buscamos auxílio de uma profissional na área de Tecnologia da Informação, servidora da UFSM para a realização do design da logo, conforme imagem que segue:

**Figura 14** – Designer logo Plataforma de Trabalho Colaborativo



**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora e pela servidora da UFSM, profissional da área de TI (2023).

Como pilares foram utilizados três elementos, um para cada segmento mencionado no estudo, Gestão Educacional, Gestão Escolar e Redes de Apoio. No centro estes elementos se encontram interligados, representando as ideias e objetivos que se complementam. Na parte de fora da imagem, três pequenos círculos, simbolizando pessoas engajadas dentro das instituições. Já no que se refere a identidade visual, definiu-se cores intensas, remetendo à uma educação entusiasta e desafiadora.

Para a programação dos códigos buscou-se auxílio de um segundo profissional da área de Tecnologia da Informação. Após o levantamento dos dados sobre as Redes de Apoio mencionadas neste estudo, passou-se à divisão das seções na plataforma e registro das informações das escolas municipais de Santa Maria/RS.

Para a organização do *layout* da plataforma (*front end*), foi utilizado a linguagem de diagramação Web HTML5 (*hypertext mark-up language*) e CSS3 (*cascade style sheet*).

Na figura a seguir apresentamos o layout, onde é possível acessar a tela de login para acesso à plataforma de trabalho colaborativo, e ao e-card, cartão eletrônico

onde constam as informações de localização e contato dos principais órgãos de apoio às escolas no município.

**Figura 15 - Layout do produto educacional**

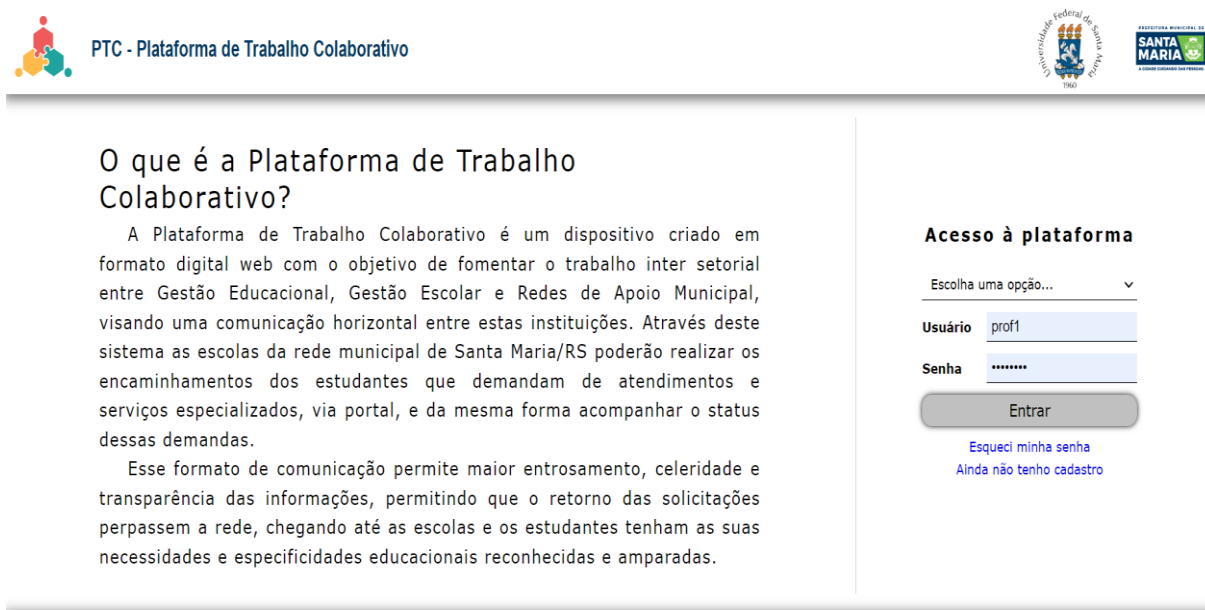


**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora e servidor da UFSM, profissional da área de TI (2023).

Ao acessar a plataforma, clicando no botão “Acesso à plataforma”, o usuário será redirecionado para a tela de login, com as opções de tipo de serviço através do qual será realizada a autenticação, Secretaria de Educação, Escola, Conselho Tutelar, Praem, PSE ou Busca Ativa Escolar. Esse procedimento fará com que cada instituição acesse um painel específico, de modo que as informações e registros armazenados estejam visíveis apenas para o setor autenticado.

Conforme se observa na figura abaixo, após selecionada essa opção, é necessário preencher os campos usuário e senha, com suas respectivas informações, para utilizar o sistema, o qual já apresenta, nesta tela, uma breve explicação da sua utilidade e aplicabilidade nos processos de comunicação entre educação e redes de apoio à escola, no município de Santa Maria/RS.

**Figura 16** - Tela de *login* Plataforma de Trabalho Colaborativo



**PTC - Plataforma de Trabalho Colaborativo**

**O que é a Plataforma de Trabalho Colaborativo?**

A Plataforma de Trabalho Colaborativo é um dispositivo criado em formato digital web com o objetivo de fomentar o trabalho inter setorial entre Gestão Educacional, Gestão Escolar e Redes de Apoio Municipal, visando uma comunicação horizontal entre estas instituições. Através deste sistema as escolas da rede municipal de Santa Maria/RS poderão realizar os encaminhamentos dos estudantes que demandam de atendimentos e serviços especializados, via portal, e da mesma forma acompanhar o status dessas demandas.

Esse formato de comunicação permite maior entrosamento, celeridade e transparência das informações, permitindo que o retorno das solicitações perpassem a rede, chegando até as escolas e os estudantes tenham as suas necessidades e especificidades educacionais reconhecidas e amparadas.

**Acesso à plataforma**

Escolha uma opção...

**Usuário** prof1

**Senha** .....

Entrar

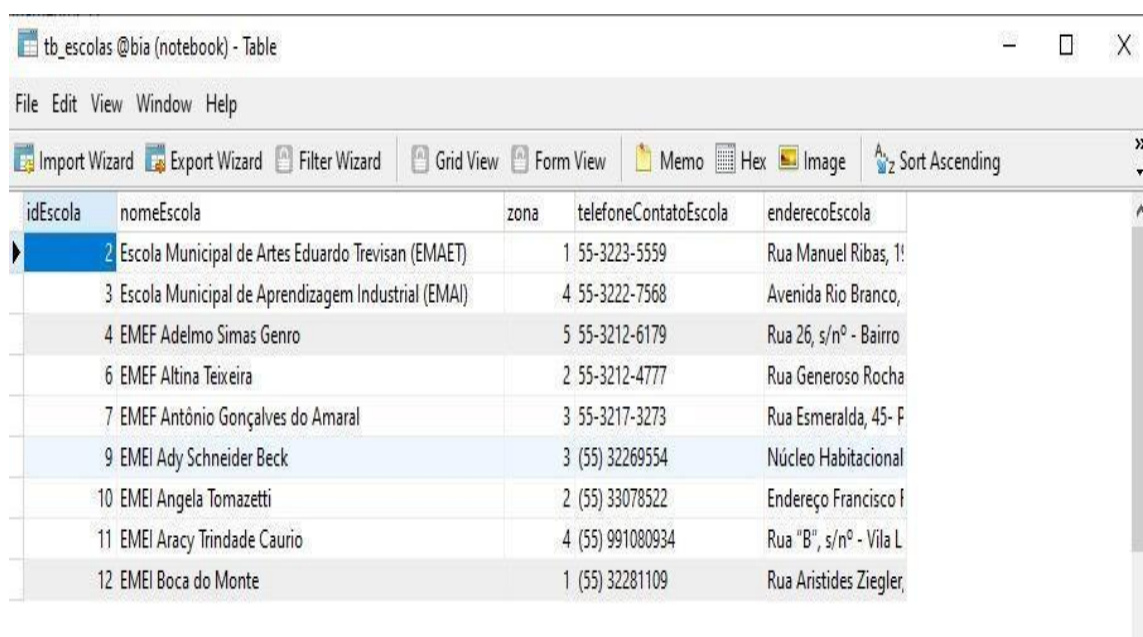
[Esqueci minha senha](#)

[Ainda não tenho cadastro](#)

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora e servidor da UFSM, profissional da área de TI (2023).

Para o armazenamento das informações, foi utilizado o banco de dados MySQL, que é um dos sistemas mais utilizados no mundo, para gerenciamento de dados. A imagem a seguir apresenta um fragmento da tabela de cadastro das escolas da rede municipal de Santa Maria/RS, organizadas nesse formato para dinamizar o processo de busca pelas instituições municipais, na plataforma.

**Figura 17** - Tela banco de dados PTC



idEscola	nomeEscola	zona	telefoneContatoEscola	enderecoEscola
2	Escola Municipal de Artes Eduardo Trevisan (EMAET)	1	55-3223-5559	Rua Manuel Ribas, 1!
3	Escola Municipal de Aprendizagem Industrial (EMAI)	4	55-3222-7568	Avenida Rio Branco,
4	EMEF Adelmo Simas Genro	5	55-3212-6179	Rua 26, s/nº - Bairro
6	EMEF Altina Teixeira	2	55-3212-4777	Rua Generoso Rocha
7	EMEF Antônio Gonçalves do Amaral	3	55-3217-3273	Rua Esmeralda, 45- F
9	EMEI Ady Schneider Beck	3	(55) 32269554	Núcleo Habitacional
10	EMEI Angela Tomazetti	2	(55) 33078522	Endereço Francisco f
11	EMEI Aracy Trindade Caurio	4	(55) 991080934	Rua "B", s/nº - Vila L
12	EMEI Boca do Monte	1	(55) 32281109	Rua Aristides Ziegler,

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora e servidor da UFSM, profissional da área de TI (2023).

Já para a interação das informações apresentadas na interface com o banco de dados, utilizou-se a linguagem de programação PHP, que é voltada para o desenvolvimento de aplicações na web e criação de sites, favorecendo a conexão entre os servidores de banco de dados e a interface do usuário. A imagem a seguir apresenta um trecho do código desenvolvido no projeto, a partir desta linguagem.

**Figura 18** - Linguagem de programação utilizada - PHP

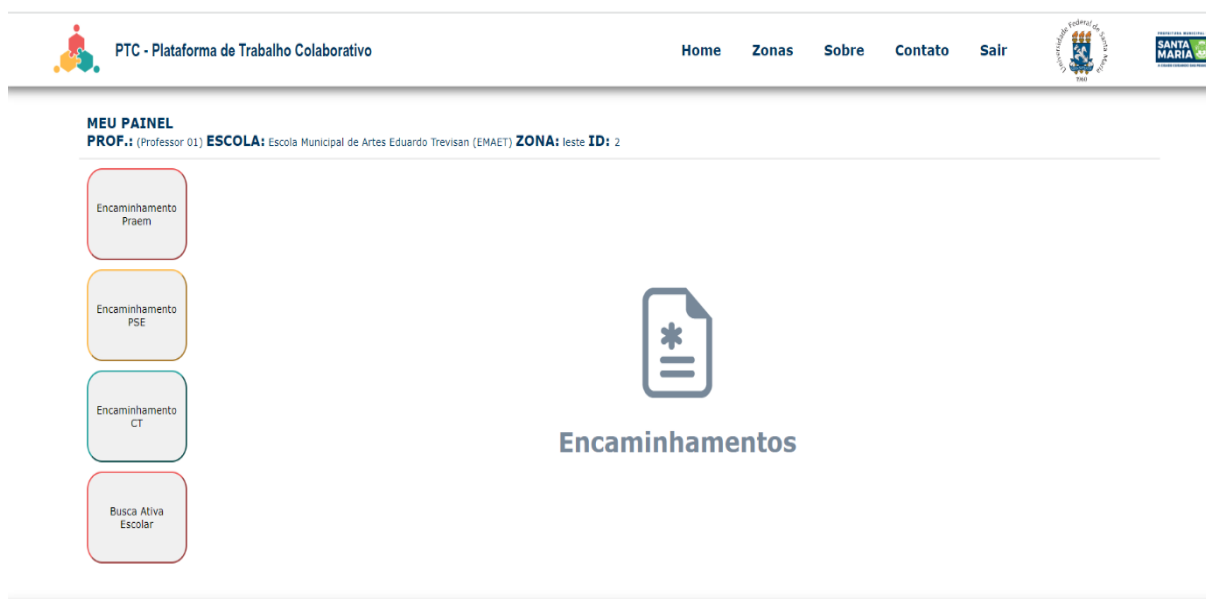
```
1 <?php
2     require_once("topo.php");
3
4     $idEscola = $_SESSION["idEscola"];
5
6     $stmt = $conexao->query("select * from tb_encaminhamentos_ct where idEscola = '$idEscola'");
7     $total = $stmt->rowCount();
8
9     echo "Id escola: " . $idEscola;
10 ?>
11
12 <div class="meio">
13     <div class="painel">
14         <div class="painel-topo">
15             <?php require_once("painelInfoUsuario.php"); ?>
16         </div>
17
18         <div class="painel-content">
19             <p>Consulta de encaminhamentos CI</p>
20             <p><?php echo $total; ?></p>
21         </div>
22
23         <div class="painel-rodape"></div>
24     </div>
25 </div>
26
27 <?php
28     require_once("rodape.php");
29 ?>
```

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora e servidor da UFSM, profissional da área de TI (2023).

O projeto estruturado para a plataforma foi desenvolvido, inicialmente, para integrar quatro instituições de apoio à escola, cada qual em uma seção específica do software. A primeira delas será utilizada, exclusivamente, para as demandas que envolvem o Conselho Tutelar, nas diferentes regiões do município. A segunda seção é específica para os encaminhamentos dos estudantes ao Programa de Atendimento Especializado Municipal (Praem). A terceira seção é destinada aos atendimentos do Programa Saúde na Escola (PSE). A quarta seção, para a Busca Ativa Escolar.

A figura a seguir exibe a tela com as funcionalidades pertinentes às escolas. Neste caso, usou-se uma das instituições cadastradas no banco de dados, para tornar possível a visualização das quatro seções para o usuário.

**Figura 19** - Painel administrativo da escola



**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora e servidor da UFSM, profissional da área de TI (2023).

O acesso dos gestores escolares das instituições municipais será disponibilizado por um endereço eletrônico (link) de acesso, para que os usuários realizem um cadastro a partir do qual poderão acessar a mesma, podendo realizar os encaminhamentos às redes de apoio e acompanhar as avaliações, atendimentos e listas de espera. O sistema fornecerá dados como data de entrada da solicitação, a avaliação realizada, o tempo de atendimento, o profissional responsável pela demanda, os contatos realizados, entre outras informações que, alimentadas pelos usuários, subsidiarão o trabalho entre escolas e redes de apoio, contribuindo integralmente com o processo em que o estudante se encontra.

A Rede Municipal de Educação de Santa Maria/RS terá acesso a todas as seções, através de um painel administrativo integrado à plataforma, podendo acompanhar o andamento dos encaminhamentos realizados, bem como obter informações para providenciar uma maior celeridade nos processos.

O banco de dados conta com o cadastro das escolas municipais que constam listadas com nome, endereço e telefone para contato, no site da prefeitura. A organização ocorre por regiões, de modo que o gestor escolar ao acessar a plataforma, selecionará a opção “escola”, no menu drop-down (lista suspensa), e prosseguirá preenchendo usuário e senha para acessar o painel com as quatro seções anteriormente mencionadas (Praem, PSE, CT e Busca Ativa Escolar), onde se encontrarão os formulários, com os dados que deverão ser preenchidos pelos

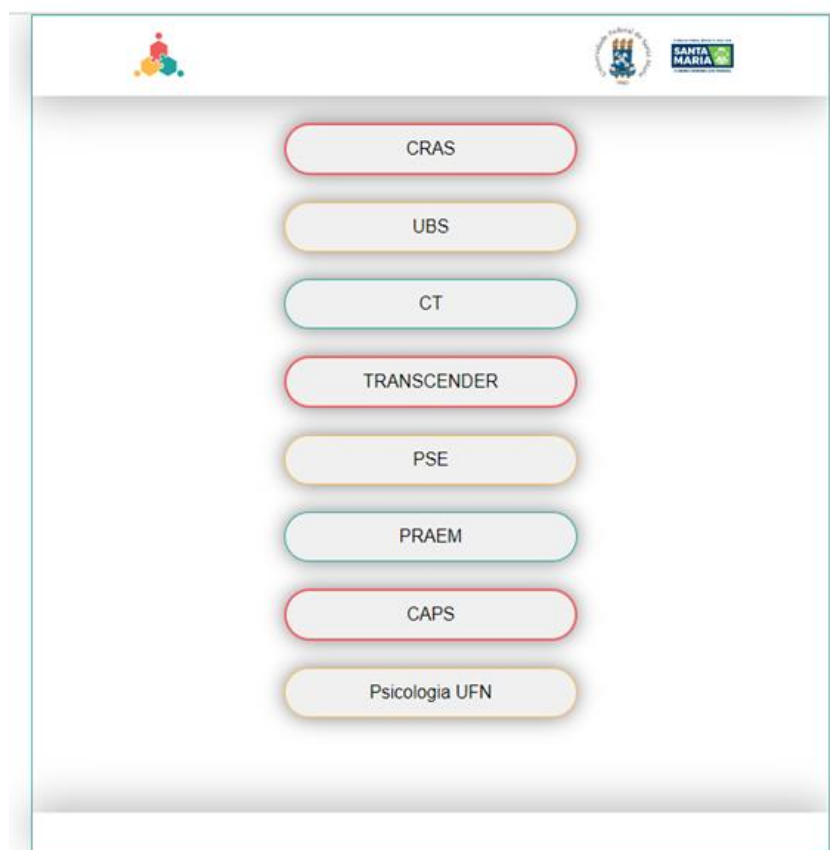
gestores, para os respectivos encaminhamentos.

Propõe-se que a Plataforma de Trabalho Colaborativo seja para uso permanente da Rede Municipal de Ensino, como um produto educacional que contribua com uma comunicação mais efetiva entre os órgãos mencionados neste estudo, a fim de que crianças e adolescentes que demandam de atendimentos especializados tenham as suas necessidades atendidas, bem como, as instituições escolares e gestão educacional do município possam acompanhar esses processos intersetoriais, via portal.

## **6.2 O subproduto: e-card digital**

A PTC- Plataforma de Trabalho Colaborativo agrega, ainda, um subproduto, o qual julgamos necessário para a otimização e fortalecimento do trabalho que é realizado pelos gestores escolares, quando identificam situações que necessitam da avaliação de profissionais especializados em outras áreas. Trata-se de um cartão eletrônico, com acesso disponibilizado na tela de login do software, possibilitando que ao acessar o mesmo, o usuário possa escolher entre logar a plataforma ou o e-card.

Ao optar por entrar no e-card, o direcionamento se dará para a tela inicial do cartão eletrônico, onde as instituições foram cadastradas com nome, números de contatos disponibilizados ao público, e-mail, informações sobre horário de atendimento e endereço. A figura a seguir apresenta a tela inicial do cartão eletrônico, no qual constam oito botões, um para cada segmento: CRAS, UBS, CT, TRANSCENDER, PSE, PRAEM, CAPS e Clínica de psicologia da Universidade Franciscana, que são as instituições cadastradas até o momento.

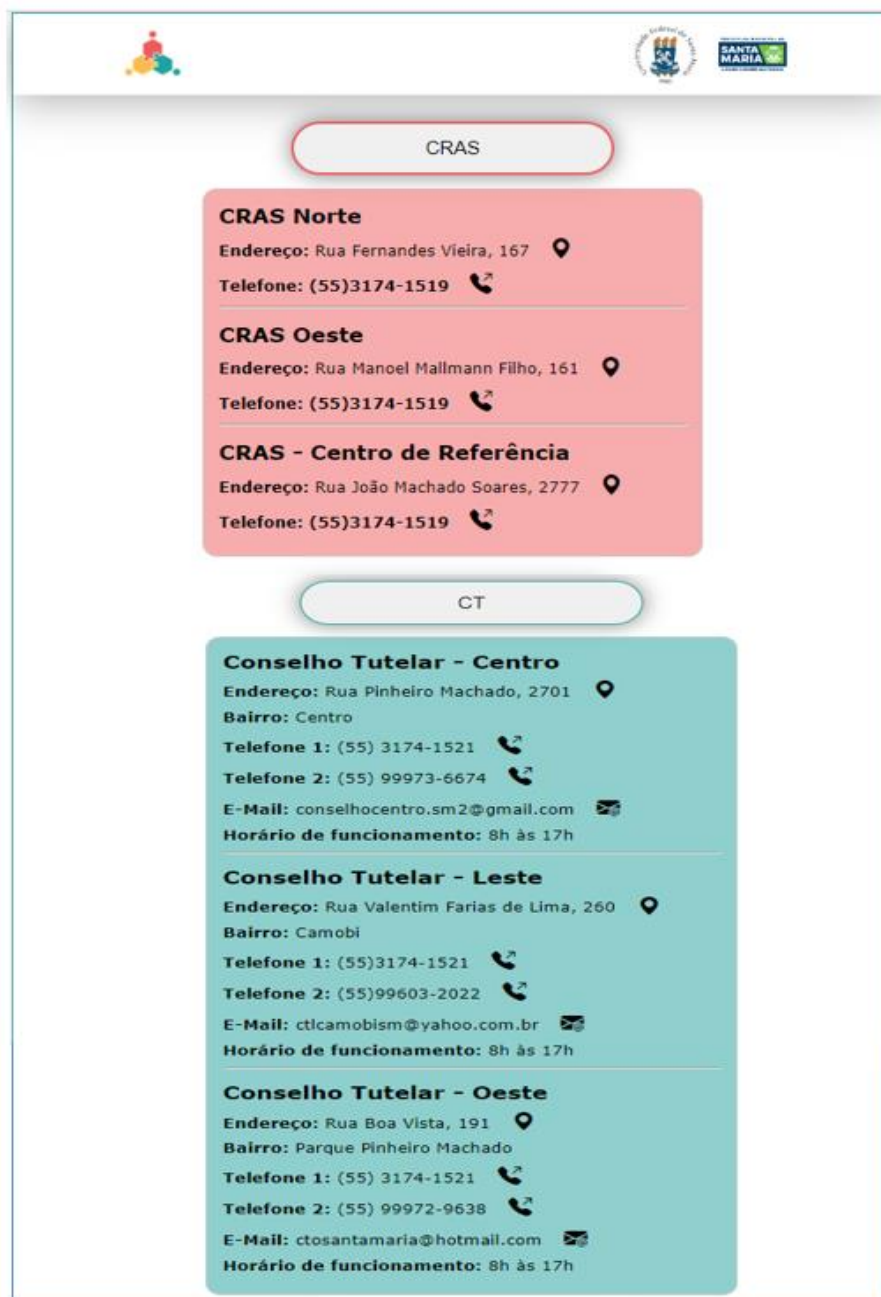
**Figura 20** - *Layout E-card digital*

**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora e servidor da UFSM, profissional da área de TI (2023).

Para facilitar a busca pela instituição mais indicada, seja pelo trabalho que realiza, localidade onde está inserida, público que atende, entre outras questões, todos os botões podem ser clicados ao mesmo tempo, evidenciando as informações das diferentes instituições. Esse procedimento permite que o usuário faça uma leitura geral de todas as instituições cadastradas, apenas deslizando verticalmente a tela, conforme se verifica na figura a seguir:



**Figura 21** – Tela de acesso às instituições cadastradas no E-card digital



**Fonte:** Elaborada pela pesquisadora e servidor da UFSM, profissional da área de TI (2023).

Além das possibilidades já destacadas, outra facilidade oferecida pelo cartão digital é acessar a localização das instituições via Google Maps. Para esse procedimento, basta clicar no símbolo do software, localizado ao lado do endereço, para obter todas as facilidades disponibilizadas pelo aplicativo, que além do mapa online, viabiliza ferramentas que possibilitam calcular distância entre lugares ou captar outras informações por meio da visualização de endereços.

Como sintetizado na tabela 5, ao concluirmos a fase de desenvolvimento do produto tecnológico, objetivo geral desta pesquisa de mestrado profissional, buscamos o registro de propriedade intelectual. Para esse propósito, contamos com o suporte da Pró-Reitoria de Inovação e Empreendedorismo da Universidade Federal de Santa Maria, que auxiliou-nos, desde as orientações sobre as declarações e certificados para registro do software no portal de documentos da UFSM e definição de percentuais de participação entre as instituições e colaboradores envolvidos, até a exposição do produto para o Núcleo de Pesquisas, Gestão de Sistemas e Informações da Secretaria Municipal de Educação e solicitação de registro da plataforma junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

A PTC - Plataforma de Trabalho Colaborativo é uma importante ferramenta de comunicação entre a Secretaria de Educação, escolas e entidades que dão suporte à estas instituições, no município de Santa Maria/RS, e contribuirá de forma efetiva, oportunizando o acompanhamento on-line dos atendimentos de estudantes encaminhados para os programas cadastrados na plataforma, buscando a resolução de problemas que afetam a vida e o desempenho escolar de crianças e jovens, como a vulnerabilidade social, violência, negligência familiar, transtornos, dentre outros.

Da mesma forma, o e-card digital, subproduto desta pesquisa, é um aliado de grande valor frente ao trabalho que é realizado junto aos estudantes da rede municipal de ensino e seus familiares, pois, desempenha um papel de “arquivo” atualizado on-line, de forma prática e contendo todas as informações necessárias para o acesso rápido à rede de apoio que se demanda na escola, após diagnóstico prévio das necessidades dos estudantes.

Pela relevância do produto que está sendo entregue, à UFSM e SMEd, junto à esta pesquisa, que corresponde fielmente a intencionalidade para o qual foi criado, afirmamos que os esforços empregados durante o processo de idealização, programação e registro, recompensam as horas de estudos, pesquisas e testes, os inúmeros telefonemas, e-mails e reuniões, e as incontáveis tramitações e assinaturas de documentos via portal do aluno. Almejamos que as possibilidades que o software possibilita, sejam efetivamente empregadas na educação municipal, trazendo possibilidades reais de intercomunicação entre gestão educacional/escolar e redes de apoio às escolas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a discussão inicial, a análise do currículo escolar a partir da perspectiva de construção histórico-cultural, social e educacional, destacamos mais uma vez a problemática deste estudo: Como as redes de apoio do município de Santa Maria podem contribuir com a gestão educacional/escolar na garantia de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem? Nessa concepção, reavemos a fala dos nossos sujeitos de pesquisa para tecer considerações a respeito de como as escolas municipais de Santa Maria/RS se organizaram para atender a nova reconfiguração curricular, implementada pela BNCC; pontuar o impacto das ações desenvolvidas pelas redes de apoio municipal, frente a casos como vulnerabilidade social, violência, negligência familiar, transtornos, dentre outros fatores que prejudicam o desenvolvimento pleno dos estudantes; caracterizar a atuação e intersectorialidade das redes de apoio junto a gestão educacional e escolar na rede municipal de educação de Santa Maria e defender a proposição da plataforma integrada às redes de apoio escolar, para as instituições da rede municipal, visando que o atendimento dos estudantes encaminhados a estes órgãos seja acompanhado efetivamente pela instituição escolar.

Para se chegar às considerações atuais, um longo caminho foi trilhado, iniciando-se pelo estado do conhecimento, que nos levou ao levantamento dos estudos já produzidos pelo PPPG, acerca do currículo escolar do Ensino Fundamental em escolas públicas, o que evidenciou discussões que se faziam necessárias para aprofundamento da temática, como a investigação dos documentos legais que amparam as reformas curriculares que se tem acompanhado.

A partir do estudo destas legislações, registra-se que as questões curriculares sempre estiveram no centro das discussões políticas que se referem à educação, evidenciando o poder que sobrevém do currículo. Essa afirmação se comprova através dos inúmeros projetos de reformas educacionais, proclamados pelas muitas vozes que defendem uma educação pública, gratuita e de qualidade, como direito de todos e dever do estado.

Da mesma forma, evidencia-se o papel decisivo do currículo, não só por ser o núcleo do processo pedagógico, mas também pelo caráter político que assume, inclinando-se em diferentes direções, como já mencionado, interesses em torno de quem ensina, o que ensina, por que e para quem ensina, privilegiando uns em

detrimento de outros; indo de encontro a igualdade e a inclusão, apesar dos atos normativos que apresentam a educação como um direito de todos.

Na perspectiva do direito fundamental à educação pública, gratuita e de qualidade, os gestores escolares entrevistados assinalam que, para além da necessidade de um currículo escolar bem definido, com foco em desenvolver alunos proativos e protagonistas, de gestores e professores bem formados e remunerados, alinhados à proposta de desenvolvimento integral do aluno, da utilização de metodologias e ferramentas de ensino de qualidade, da participação das famílias na vida escolar dos estudantes, tantos outros fatores são necessários e perpassam a escola, mas não podem ser resolvidos na instituição, porque dependem de políticas públicas que garantam a sua realização, como é o caso dos programas multidisciplinares de desenvolvimento para o estudante, mencionados no decorrer da pesquisa. Programas que atuam no sentido de ofertar condições favoráveis de acesso e permanência à escola, promover igualdade de oportunidades para os estudantes, garantir acessibilidade e respeito às diferenças, sejam elas de gênero, raça, origem étnica, religião, orientação sexual, classe social, entre outras.

A partir do levantamento das reformas curriculares que impactaram mudanças e transformações no currículo escolar, percebe-se que as questões pontuadas pelos sujeitos da pesquisa vem sendo, paulatinamente, discutidas e documentadas ao longo dos anos, carreando avanços e retrocessos para a educação. Isso porque o currículo vem sendo compreendido para além da organização do conhecimento a ser transmitido aos alunos, moldando-se como um artefato de poder político. A exemplo disso, as relações e inter-relações das políticas educacionais brasileiras com os organismos internacionais, que traçam novas formas de regulação estatal, através de metas, objetivos e controles de metas e resultados.

A respeito da implementação curricular no município, constatou-se divergência de ideias entre os gestores escolares que participaram do estudo, no que se refere a reorganização dos documentos a partir da implementação da BNCC. Segundo os entrevistados, há escolas que, por meio de reuniões, debates e discussões, definem para as suas propostas de trabalho as competências e habilidades indicadas pela BNCC, outras se organizam para atender o disposto pelo currículo formalizado para a Rede Municipal de Educação, DOC/SM. Há, ainda, escola que segue trabalhando com o currículo emergencial, organizado para o período de pandemia, bem como

instituição que, segundo o seu gestor, aguarda por orientações da SMEEd para reorganizar o seu currículo escolar.

Em meio à essas discussões, a necessária construção de um currículo que assegure o ensino fundamentado no princípio de educação para todos, ao que concluiu-se a essencialidade de práticas inclusivas em sala de aula e a união de esforços de diferentes segmentos da sociedade, como o fortalecimento do trabalho educativo por meio de redes intersetoriais.

Com respeito a essa colocação, manifestamos nosso pensar a respeito de um currículo que atenda a diversidade do ambiente educativo no sentido de uma educação equitativa, justa e de qualidade. Defendemos que a garantia deste currículo em nosso município, está atrelada a articulação dos setores mencionados no estudo, criando uma rede intersetorial ativa entre a gestão educacional, redes de apoio à escola e gestão escolar, fomentando, a partir da normativa curricular, a criação de um documento que não apenas normatize os conteúdos a serem ensinados, mas que esteja verdadeiramente comprometido com o ensino e aprendizagem de todos os estudantes.

Para isso, compreendemos que o trabalho colaborativo entre o Programa Saúde na Escola - PSE, o Programa de Atendimento Especializado Municipal - PRAEM, o Conselho Tutelar e a Busca Ativa, é essencial para a efetivação do direito ao acesso e permanência na escola, pois entendemos que a educação é indissociável aos demais direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Laura F. S. de et. al. **Diário de pesquisa e suas potencialidades na pesquisa qualitativa em saúde**. Revista Brasileira Pesquisa Saúde, Vitória, Espírito Santo, p. 53-61, jul./set. 2013.

ARROYO, Miguel. G. Currículo. **Território em disputa**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa. **Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Congresso Nacional. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/623234/CF88\\_EC129\\_livro.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/623234/CF88_EC129_livro.pdf)  
Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior CAPES. Portaria, n.47, de 17 de outubro de 1995. Disponível em: [Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/fundacao-coordenacao-de-aperfeiçoamento-de-pessoal-de-nível-superior). Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº. 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm)  
Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Coleção Saraiva de Legislação). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/eca-2023.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Lei de Diretrizes e Bases**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-actualizada-pl.pdf \(camara.leg.br\)](http://www.camara.gov.br/leis/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-actualizada-pl.pdf). Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: [lei 9394.pdf \(mec.gov.br\)](http://www.mec.gov.br/leis/lei-9394.pdf). Acesso em: 09 nov. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995.** Determina a implantação na Capes de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional. Revista Brasileira de Pós-Graduação-RBPG, Brasília, v. 2, n. 4, p. 147-148, jul. 2005. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2184/portaria-capes-n-47>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BRASIL, CAPES. **Documento de Área – Ensino.** Brasília, 2019a.

CARDOSO, Tereza F. L. As aulas régias no Brasil. *In*: STEPHONOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. Histórias e memórias da educação no Brasil: Vol. I. Séculos XVI–XVIII, 2004, p.179-191. Disponível em: <https://www.unoeste.br/site/enepe/2017/suplementos/area/Humanarum/4%20-%20Educa%C3%A7%C3%A3o/EDUCA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20O%20ENSINO%20JESU%C3%8DTICO%20AS%20AULAS%20R%C3%89GIAS.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2023.

CARVALHO, Edna S. de; SILVA, Welington A. **A Base Nacional Comum Curricular como política educacional e a pedagogia das competências.** Revista Cocar. V.15 N.33/2021 p.1-14 Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4848/2171>. Acesso em: 29 maio. 2022.

CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **CNPq divulga diretrizes éticas para a pesquisa.** 17 out. 2011a. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br>. Acesso em: 02 jan. 2023.

FERREIRA, Naura S. C.(Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2006.

FRASSON, Carine M. G. T. **Políticas curriculares e gestão escolar: continuidade ou ruptura em relação aos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental?** Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20683>. Acesso em: 09 nov. 2023.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 44 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOODSON, Ivor F. **Currículo: teoria e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2ª Ed. 1998.

GUIDOLIN, Jardel A. **Construção e implementação de uma proposta colaborativa de integração curricular na educação básica: possibilidades e limites para a inovação da gestão da aula**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/26469>. Acesso em: 09 nov. 2023.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento**. São Paulo: FDE, 1994.

MANTOAN, M<sup>a</sup> Teresa E. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Nova Escola, maio de 2005.

MATOS, Eder H. de. **Organização do trabalho escolar no processo de implementação da BNCC e do Referencial Curricular Gaúcho: limites e possibilidades**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25846>. Acesso em: 09 nov. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Niterói, RJ. Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: [rcp002\\_17 \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/arc/2017/02/20170222). Acesso em: 09 nov. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria N° 389, de 23 de março de 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/24032017-portaria-no-389->



[de-23-de-marco-de-2017-pdf](#). Acesso em: 1º set. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Disponível em: [Ministério da Saúde \(saude.gov.br\)](#). Acesso em: 09 nov. 2023.

MIOLO, Patrícia. **Políticas e práticas de organização curricular da alfabetização na pandemia: estudo de uma experiência inédita**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/27431>. Acesso em: 09 nov. 2023.

MOROSINI, M.C.; FERNANDES, C.M.B. **Estado do Conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul. -dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/poescrito/article/view/18875>. Acesso em: 09 nov. 2023.

OLIVEIRA, Elke Q. de. **Gira...gira...girassol: movimentos de construção de diretrizes curriculares para a educação do campo no sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul/RS**. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25847>. Acesso em: 09 nov. 2023.

PACHECO, José A. **Currículo**: teoria e práxis. Porto: Porto Editora, 2001.

PEREIRA, Karine Y. de; TEIXEIRA, Solange M. **Redes e intersectorialidade nas políticas sociais**: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114-127, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12990/9619>. Acesso em: 09 nov. 2023.

Plataforma Sucupira. Disponível em:

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantit>

[ativoRegiao.xhtml](#). Acesso em: 25 jun. 2023.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Lei nº 9.475/97, que dá nova redação ao Art.33 da Lei 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases - Lei 9394/96 | Jusbrasil](#). Acesso em: 09 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria de Estado da Educação**. Departamento Pedagógico. Referencial Curricular Gaúcho. Porto Alegre, 2018. Disponível em: [Referencial Curricular Gaúcho \(educacao.rs.gov.br\)](#). Acesso em: 09 nov. 2023.

SANTA MARIA, **Lei nº 4123/97, de 22 de dezembro de 1997**. Cria o Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria. Disponível em: [Lei Ordinária 4123 1997 de Santa Maria RS \(leismunicipais.com.br\)](#). Acesso em: 09 nov. 2023.

SANTA MARIA, **Lei nº 5.991, de 23 de junho de 2015**. Dispõe sobre o Programa de Atendimento Especializado Municipal no Município de Santa Maria. Disponível em: [Lei Ordinária 5991 2015 de Santa Maria RS \(leismunicipais.com.br\)](#). Acesso em: 09 nov. 2023.

SANTA MARIA, **Lei nº 5.991, de 23 de junho de 2015**. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 08 jan. 2023.

SANTA MARIA, **Secretaria Municipal de Educação**. Documento Orientador Curricular. Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/smed/1084-documento-orientador-curricular>. Acesso em: 08 fev. 2023.

SANTA MARIA, **Secretaria Municipal de Educação**. Resolução CMESM nº 39 de 05 de dezembro de 2019. Disponível em: [RESOLUÇÃO Nº47 - Educação Infantil.docx \(santamaria.rs.gov.br\)](#). Acesso em: 09 nov. 2023.

SANTA MARIA, Secretaria Municipal de Educação. Resolução CMESM nº 40 de 22 de junho de 2020. Disponível em: [https://www.santamaria.rs.gov.br/arquivos/baixar-arquivo/documentos/doc\\_202211071021-5202.pdf](https://www.santamaria.rs.gov.br/arquivos/baixar-arquivo/documentos/doc_202211071021-5202.pdf). Acesso em: 09 nov. 2023.

SANTA MARIA, Secretaria Municipal de Educação. **Documento Orientador**

**Curricular.** Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/smed/1084-+documento-orientador-curricular>.

Acesso em: 08 fev. 2023.

SANTA MARIA. **Lei municipal nº 5.972, de 29 de abril de 2015.** Dispõe sobre a organização e funcionamento dos conselhos tutelares e sobre o regime jurídico dos conselheiros tutelares do município de Santa Maria. Disponível em: [Lei Ordinária 5972 2015 de Santa Maria RS \(leismunicipais.com.br\)](#). Acesso em: 08 nov. 2023.

SANTA MARIA. **Lei nº 4.123, de 22 de dezembro de 1997.** Cria o Sistema Municipal de Ensino de Santa Maria. Santa Maria, 1997. Disponível em: <http://leismunicipa.is/hnedt>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SANTA MARIA. PREFEITURA MUNICIPAL. WEBSITE. Início. **Santa Maria:** Prefeitura Municipal de Santa Maria, [s. d.]. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/>. Acesso em: 11 fev. 2023.

SANTOS, B. de S. **O futuro começa agora:** da pandemia à utopia. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

SAVIANI, D. "O legado educacional do longo século XX brasileiro". *In:* SAVIANI, Dermeval et al. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004. Disponível em: [https://www.academia.edu/35818517/O\\_legado\\_educacional\\_do\\_s%C3%A9culo\\_XX\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/35818517/O_legado_educacional_do_s%C3%A9culo_XX_no_Brasil). Acesso em: 09 nov. 2023.

SILVA, C. M. F. da. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa:** repercussões de uma política curricular nas práticas de alfabetização na rede pública de ensino no Rio Grande do Sul. Dissertação apresentada no Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19713>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SILVA, G. C. da. **As competências socioemocionais na política curricular da BNCC:** desdobramentos na formação de professores. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da

Universidade Federal de Santa Maria. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19713>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, D. **Pesquisa - ação**: uma introdução metodológica. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443 - 466, set./dez. 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Pedagógico do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional**. Santa Maria: UFSM, 2015.

VALE, J. M. F. Escola pública e o processo humano de emancipação. *In*: VALE, José Misael Ferreira (et. al.). Escola pública e sociedade. São Paulo: Saraiva/Atual, 2002.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – FICHA DE OBSERVAÇÃO: ANOTAÇÕES DE CAMPO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO  
EDUCACIONAL (PPPG) – MESTRADO PROFISSIONAL**

#### FICHA DE OBSERVAÇÃO – ANOTAÇÕES DE CAMPO

Nº da Observação: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

1. **Temática de Pesquisa:** Contribuições das redes de apoio à escola para a garantia de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem
2. **Nome do pesquisador observador:** Beatriz Fagundes Bica
3. **Tipo de Observação:** livre
4. **Assunto observado:**  
\_\_\_\_\_
5. **Local:**  
\_\_\_\_\_
6. **Horário:** \_\_\_\_\_ **Duração:** \_\_\_\_\_
7. **Registro da observação:**  
\_\_\_\_\_  
-  
-  
-
8. **Comentário crítico:**  
\_\_\_\_\_  
-  
-
9. **Data da realização do comentário crítico:** \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO COM GESTORES DAS EMEFs

Dados sobre os gestores

1. Qual é a sua formação acadêmica?
2. Tempo de atuação como gestor escolar  
( ) Menos de um ano ( ) Entre 1 e 5 anos ( ) Entre 5 e 10 anos ( ) Mais de 10 anos

Dados sobre a escola

1. A escola é:  
( ) rural ( ) urbana
2. A qual região pertence a escola?  
  
( ) Região Norte  
( ) Região Nordeste  
( ) Região Centro Oeste  
( ) Região Oeste  
( ) Região Sul  
( ) Região Centro Leste  
( ) Região Leste  
( ) Região Centro Urbano
3. Nome da escola (opcional)
4. Qual é o número de alunos matriculados em 2023?

Questão sobre o tema da pesquisa:

1. Na sua opinião, quais fatores influenciam para que crianças e estudantes tenham garantido o direito à uma educação pública, gratuita e de qualidade?
2. Na sua opinião, como a escola está enfrentando as dificuldades de aprendizagem decorrentes do contexto da pandemia do Sars Covid-19?
3. Sua escola já reestruturou o currículo escolar a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e Documento Orientador Curricular (DOC/SM)? Como foi esse processo?
4. Na sua opinião, quais fatores influenciam a construção de um currículo inclusivo de direito à aprendizagem? (Entende-se por currículo inclusivo aquele que inclui, além das crianças com deficiências, aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias ou permanentes na escola).
5. Na sua opinião, como tem sido o atendimento das redes de apoio municipal, (Conselho Tutelar, Programa Saúde na Escola - PSE, Programa de Atendimento Especializado Municipal – PRAEM e Busca Ativa Escolar), nas escolas municipais de Santa Maria/RS?

## **APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO - TCLE**

**Título do estudo:** Dispositivo para um currículo inclusivo: plataforma colaborativa integrada às redes de apoio à gestão educacional/escolar no município de Santa Maria/RS

**Pesquisadora Orientadora responsável:** Elisiane Machado Lunardi

**Pesquisadora responsável:** Beatriz Fagundes Bica

**Contato:** (55) 99207-3990 / beatrizbica.28@gmail.com

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) / Centro de Educação (CE), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG).

### **Prezado colaborador (a)**

Sou pós-graduanda do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM e estou desenvolvendo uma pesquisa intitulada: Dispositivo para um currículo inclusivo: plataforma colaborativa integrada às redes de apoio à gestão educacional/escolar no município de Santa Maria/RS

O objetivo geral da pesquisa visa o desenvolvimento de uma plataforma colaborativa, integrada às redes de apoio à gestão educacional/escolar, como dispositivo para um currículo inclusivo, voltado aos direitos de aprendizagem dos estudantes da rede municipal de Santa Maria /RS.

Desse modo, solicito sua colaboração no sentido de responder a entrevista, com a intenção de produção de dados importantes para a implementação da plataforma.

Desde já agradeço a sua participação e colaboração com a pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_, afirmo através deste termo, que concordei em participar voluntariamente da referida pesquisa, tendo sido informado de seus objetivos de maneira clara e detalhada. Concordei com a gravação das informações que forneci na entrevista individual e fui devidamente informado(a) que será garantida a preservação de minha identidade bem como meu direito de desistir da participação na pesquisa a qualquer momento. Declaro que recebi cópia do presente Termo de Consentimento.

Santa Maria, ..... de ..... de 202



## APÊNDICE D - DISSERTAÇÕES 2017- PPPG/UFSM

(continua)

TÍTULO	ASSUNTO	AUTOR
Diálogos auto(trans)formativos com professores do ensino médio noturno: uma proposta para uma nova práxis educativas em uma escola estadual de ensino médio.	Formação Docente	Silveira, Melissa Noal da
Profissional de apoio: práticas colaborativas com ênfase inclusiva no espaço escolar.	Inclusão	Portalette, Vania Fernanda Gulart
Possibilidades para a organização do trabalho escolar na perspectiva de uma proposta de educação integral.	Política Pública	Sônego, Fabricia
Organização do trabalho escolar e o mal-estar dos professores: o desafio de integrar pessoas	Formação Docente	Tolfo, Silvia Regina Basseto
Legitimidade do espaço psicopedagógico no atendimento educacional especializado.	Inclusão	Smolareck, Rodrigo Dalosto
Possibilidades de acompanhamento pedagógico de professores iniciantes frente aos desafios do trabalho em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia.	Formação Docente	Schneiders, Patricia Mallmann
Interlocuções dialógicas pedagógicas entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental: em busca da unidade de ação bilaquiana.	Prática Pedagógica	Fernandes, Nathana
A política pública de progressão continuada no ciclo de alfabetização: estudo em uma escola pública da rede estadual de Santa Maria/RS	Política Pública	Venturini, Alessandra
Os conselhos escolares na efetivação da gestão democrática: alguns limites e possibilidades	Gestão	Serafini, Rossonia Marini
Desempenho acadêmico no ensino superior: uma análise contextual	Desempenho acadêmico	Carneiro, Luci Annee Vargas
Gestão pedagógica na educação infantil de tempo integral: desafios e possibilidades de planejamento compartilhado	Gestão	Couto, Gislaíne Rodrigues
Gestão da permanência de acadêmicas em cursos de formação docente: uma questão de gênero	Gestão	Venturini, Sandra Mara
Uma pedagogia das possibilidades: gestão colaborativa, práticas educativas e organização curricular	Currículo	Perin, Angelita Tatiane Silva dos Santos
Proposta de gestão orçamentária compartilhada a partir dos resultados efetivos da avaliação externa: um estudo de caso no CE-UFSM	Gestão	Ries, André Luís Kieling
Formação continuada de professores e movimentos da docência: espaço escolar em auto(trans)formação	Formação Docente	Brollo, Angela Cardoso
Conselho municipal de educação em contexto de sistema municipal de ensino: gestão e proposições na/para educação infantil-RS	Gestão	Kieling, Guilherme da Silva
Construção colaborativa de pareceres descritivos nos anos iniciais do ensino fundamental	Avaliação	Campagnolo, Camila
Os desafios para a integração curricular no ensino médio em uma escola pública de educação básica.	Currículo	Silva, Luís Eduardo da
Rastros e vestígios das práticas de produção do professor alfabetizador: uma história a ser considerada na formação continuada.	Formação Docente	Bragamonte, Patrícia Luciene de Albuquerque
Formação continuada na educação infantil: desafios e perspectivas de uma formação em contexto na rede municipal de Santa Cruz do Sul/RS	Formação Docente	Haas, Bárbara Inês
A institucionalização do atendimento educacional especializado (aee) em um município da região central do Rio Grande do Sul	Inclusão	Gattiboni, Bruna Dalcin

Experiência e pesquisa: racismo, relações de poder, educação e arte	Racismo	Figueira, Michele Spall
Políticas educacionais e ensino médio: o Exame Nacional do Ensino Médio em xeque!	Política Pública	Hundertmarck, Bruno Sarturi
Narrativas de experiência na educação infantil em uma abordagem por projetos: a pesquisa como uma construção em processo.	Pesquisa	Stafford, Janaina Ribeiro
Do legal ao real: a abordagem das políticas étnico-raciais na formação continuada de professores da educação infantil.	Formação Docente	Leal, Mariele Ferreira
Prova Brasil de Língua Portuguesa: desdobramentos e possíveis impactos nas práticas docentes.	Prática docente	Machado, Fernanda Cristofari

**APÊNDICE E - DISSERTAÇÕES 2018 - PPPG/UFSM**

(continua)

TÍTULO	ASSUNTO	AUTOR
Políticas educacionais e ruralidades; perspectivas de gestão compartilhada das escolas municipais do/no campo de Uruguaiana - RS	Política Pública	Goulart, Bianca Machado
Práticas de ampliação do tempo escolar: uma proposta de educação em tempo integral na contemporaneidade	Tempos escolares	Pinto, Natasha Souto Franca
Diretrizes para o desenvolvimento de processos de auto avaliação de cursos de graduação	Auto avaliação	Santos, João Timóteo de Los
Gestão universitária e qualidade na extensão: institucionalização de cursos de línguas estrangeiras na UFSM	Gestão	Gomez, Simone da Rosa Messina
Círculos dialógicos em contexto educacional militar: políticas curriculares e suas articulações com a língua inglesa no ensino médio	Currículo	Cardoso, Silvia Silveira
Cartografia tátil: política inclusiva para estudantes com deficiência visual na educação superior	Inclusão	Sehnm, Cristian Evandro
Autonomia nos processos de aprendizagem de estudantes com deficiência na educação superior	Inclusão	Messerschmidt, Danieli Wayss
Memórias "Bilaquianas" - o Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac na constituição docente de professoras	Formação docente	Gomes, Adriana Cristina
Progressão continuada no bloco pedagógico: desafios para a gestão escolar em uma escola pública da rede municipal de Santa Maria - RS	Gestão	Rodrigues, Katia Rezende
Evasão discente em cursos de graduação do campus Itaqui da Unipampa: análise das causas e propostas de ações	Evasão	Ethur, Felipe Batista
Formação continuada de conselheiros e técnicos municipais de educação: processos auto/trans/formativos compartilhados	Formação técnica	Silva, Francine Mendonça da
A gestão democrática na escola municipal: o conselho escolar em questão	Gestão	Vargas, Ana Lúcia Silva
A implementação da meta 1 do Plano Nacional de Educação na educação infantil no município de Santa Maria - RS	Política pública	Lemos, Carolina Oliveira

Indicadores de evasão e baixa procura nos cursos de licenciatura do IFFAr campus São Vicente do Sul: rearticulações na gestão	Evasão	Fonseca, Greice Lopes Maia
O projeto político pedagógico e a gestão democrática na educação infantil: uma proposta de construção dialógica na rede municipal de ensino de Toropi - RS	Gestão	Franzen, Karine Gutheil
Formação continuada de professores em serviço: implicações no processo de desenvolvimento profissional	Formação docente	Fontoura, Marta Regina
Espaços e tempos na educação infantil: quando os retalhos se unem	Formação docente	Rocha, Gabriele de Andrade
Educação infantil no município de Cachoeira do Sul/RS: impasses e perspectivas na formação de professores	Formação docente	Hettwer, Mirian Cristina
Gestão democrática e eleição de diretores em escolas de educação infantil: estudo de caso na rede municipal de Santa Maria/RS	Gestão	Ives, Gilsilene Rony Pereira
História de vida e narrativas de quatro professoras normalistas	Formação docente	Bairros, Catia Pascotini
Sistema de avaliação da educação superior: (in)congruências e repercussões nas instituições de ensino superior privadas.	Avaliação	Coelho, Ricardo Xavier
Atuação dos conselhos escolares na rede municipal de ensino de Santa Maria - R/S: em pauta o fortalecimento da gestão democrática	Gestão	Machado, Cristina Magalhães Foletto
Plano de ações articuladas na gestão da educação de municípios pertencentes à associação dos municípios da zona de produção (AMZOP)-R/S	Gestão	Cichelero, Silvana Maria Tres
Elementos (re)construtivos do círculo da paz em contexto escolar	Justiça restaurativa	Oliveira, Fátima Aparecida Militz de
Gestão do conhecimento em uma biblioteca universitária: Diagnóstico e proposições	Gestão	Savegnago, Cristiano Lanza
Percurso universitário: saúde e adoecimento do estudante	Política pública	Santos, Marcele Finamor dos

**APÊNDICE F - DISSERTAÇÕES 2019 - PPPG/UFSM**

(continua)

TÍTULO	ASSUNTO	AUTOR
Círculos dialógicos investigativo-formativos com professores do ensino médio: por uma proposta institucional de formação permanente com professores	Formação docente	Vieira, Andréa Oliveira
Acolhida e permanência de egressos e egressas EJA PROEJA no Ensino Superior: auto(trans)formações possíveis	Política pública	Soares, Ivani
Desempenho escolar em uma escola no campo – contingentes do fracasso escolar	Fracasso escolar	Freo, Gabriela Favero
Política Pública de financiamento do ensino superior em tempo de crise: estratégias de gestão em uma instituição particular	Política pública	Guterres, Everton Luis de Lima
A produção da infância e da criança: um cirandar pelos pareceres pedagógicos na educação infantil	Avaliação	Uecker, Taciana
Ação formativa e aprendizagem: tecendo novas possibilidades para as práticas pedagógicas	Prática pedagógica	Souza, Clarissa Medianeira Caxambú da Rosa de
Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior	Política pública	Pozobon, Luciane Leoratto
A atuação do tutor presencial no curso de pedagogia UAB/UFSM e sua relação com os processos de aprendizagem	Avaliação	Soeiro, Aline Fernanda
Caminhos e perspectivas da coordenação de polos da Universidade Aberta do Brasil no âmbito da UFSM	Avaliação	Pessoa, Cláucia Garcia
Formação continuada de professores da educação básica em contextos integrados: entre a universidade e a escola	Formação docente	Cardona, Marcia Pires
(Re)articulação do sistema municipal de Cachoeira do Sul / RS: gestão democrática no cenário da política educacional	Política pública	Zinn, Carla da Luz
Atuação da professora de educação especial em uma escola de educação básica	Prática pedagógica	Lana, Larissa Ribeiro Dalla
Diálogos colaborativos acerca dos processos formativos docentes: às práticas pedagógicas no berçário	Formação docente	Rapachi, Géssica Weber
Trabalho docente e aprendizagem no ensino médio em uma escola pública no interior do RS	Formação docente	Bueno, Lucimara De Castro
Formação continuada de professores: Indicadores para uma política na rede municipal de Itaara	Formação docente	Arnout, Cristina Idevani Stangherlin
As ações de extensão como prática formativa dos alunos do ensino médio integrado e superior do IFFar campos São Borja	Formação discente	Flores, Laiane Frescura

Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: repercussões de uma política curricular nas práticas de alfabetização na rede pública de ensino no RS	Currículo	Silva, Cármen Maria França da
Cooperação e integração regional na perspectiva sul- sul: contribuições à internacionalização da educação superior	Política pública	Mendes, Fernanda Ziani
Projeto de vida: uma proposta de construção compartilhada com estudantes do ensino médio	Formação discente	Mazzardo, Ana Lúcia da Luz
Contribuições do setor de assessoria pedagógica para a integração curricular na educação profissional do Instituto Federal Farroupilha Campus Alegrete	Currículo	Pinho, Leila Acosta
A auto(trans)formação permanente do ser-professora na educação infantil: desafios e possibilidades	Formação docente	Hermes, Angela Maria Ribas
Desenvolvimento profissional docente na perspectiva da participação sindical: diálogos propositivos para a qualificação do plano de carreira dos professores municipais de Santa Maria / RS	Formação docente	Najar, Martha Izabel Pauler
Organização e desenvolvimento da coordenação pedagógica para acompanhamento do trabalho dos professores	Coordenação pedagógica	Santos, Flávio Cezar dos
Políticas curriculares e gestão escolar: continuidade ou ruptura em relação aos anos iniciais e anos finais do ensino fundamental?	Currículo	Frasson, Carine Martins Godoy
A organização do trabalho pedagógico: Avaliações externas do bloco de alfabetização	Trabalho pedagógico	Cardoso, Gabriela Cedralia
Indicadores de qualidade na atuação do conselho municipal de educação no âmbito do sistema de ensino de Cachoeira do Sul –RS	Avaliação	Hatser, David Jorge Rodrigues
O que há do outro lado? A gestão da transição da educação infantil para os anos iniciais	Transição entre EI e EF	Machado, Joceane da Silva
Educação alimentar nutricional da escola	Alimentação	Rosa, Mileni da Silveira Fernandes
Possibilidades de interlocução da coordenação pedagógica com o professor de educação especial na organização e desenvolvimento do trabalho docente.	Trabalho pedagógico	Salomão, Cátia Juliana Rodrigues

## APÊNDICE G - DISSERTAÇÕES 2020 - PPPG/UFSM

TÍTULO	ASSUNTO	AUTOR
Diretrizes de qualidade para a educação integral no Sistema Colégio Militar do Brasil	Educação integral	Lorenzoni, Adriana Roso
Educação escolar de pessoas com deficiência visual: a prática docente em evidência	Inclusão	Medeiros, Ronise Venturini
A política de assistência estudantil na Universidade Federal de Santa Maria: uma análise do auxílio à aquisição de material pedagógico	Assistência estudantil	Perske, Ketlin Elís
Assistencialismo e protagonismo infantil: o movimento das práticas pedagógicas construídas na EMEI Professora Ida Fiori Druck	Práticas pedagógicas	Maia, Adriana Turchiello
A linguagem teatral no AEE como prática de inovação interdisciplinar: narrativas de experiências de uma professora junto com alunos do ensino fundamental	Inclusão	Siqueira, Idamara Carvalho
Violência na/da escola: entre análise de práticas escolares e produção de sujeitos	Práticas pedagógicas	Brasil, Neffar Jaquelini Azevedo Vieira de Assis
Desafios para a efetivação democrática do Plano Municipal de Educação no município de Toropi/RS: possíveis (re)construções nas relações teoria- prática	Formação docente	Oliveira, Marli Almeida de
Era uma vez o ateliê: uma travessia pelos contos infantis	Inclusão	Diehl, Amanda Hoenisch
Formação em contexto: uma construção dialógica para (re)significar a proposta pedagógica da EMEI Sonho Meu – Cachoeira do Sul/RS	Formação docente	Hiores, Patrícia Macedo
Egressas do curso de Pedagogia UAB/UFSM: os desafios da iniciação na carreira docente	Formação docente	Simon, Beatriz de Araujo
O programa Rede de Escolas Associadas da Unesco e suas implicações na gestão administrativa e pedagógica da escola: estudo de caso em uma escola de educação infantil da rede municipal de Santa Maria/RS	Gestão	Machado, Sabrina Magrini Peixoto
Impacto social do mestrado profissional na formação permanente dos professores da rede municipal de Santa Maria – RS: contribuições dos egressos do PPPG/UFSM	Formação docente	Koppe, Hivi de Jesus Souto

## APÊNDICE H - DISSERTAÇÕES 2021 - PPPG/UFSM

TÍTULO	ASSUNTO	AUTOR
Formação Continuada de professores pela via do terceiro setor e a atuação da assessoria pedagógica	Formação docente	Pinheiro, Josimara da Silva
Processos de implementação da BNCC na educação infantil: o trabalho didático-pedagógico sob o olhar da linguagem corporal	Trabalho pedagógico	Folgiarini, Andrei Minuzzi
Formação docente em cursos de licenciatura da UFSM: sobre políticas curriculares e discussões de gênero e de sexualidades	Formação docente	Correia, Daiana Godinho Martins
Auto(trans)formação com professoras e professores na perspectiva de educação popular: o papel da escola e da gestão e os desafios do sistema educacional	Formação docente	Duttel, Cristiane Garcez Noronha
Organização do trabalho escolar no processo de implementação da BNCC e do Referencial Curricular Gaúcho: limites e possibilidades	Currículo	Matos, Eder Henriques de
Alfabetização de crianças em situação de vulnerabilidade social: desafios à gestão do trabalho pedagógico	Prática pedagógica	Morais, Angela Aparecida Bolzan de
Gira...gira...girassol: movimentos de construção de diretrizes curriculares para a educação do campo no sistema municipal de ensino de Cachoeira do Sul/RS	Currículo	Oliveira, Elke Quilio de
(Re)articulação do planejamento estratégico e a gestão participativa no contexto escolar	Gestão	Trindade, Fernando Cunha
As competências socioemocionais na política curricular da BNCC: desdobramentos na formação de professores	Currículo	Silva, Graciela Coêlho da
Inclusão escolar: desafios para a equipe gestora	Inclusão	Schramm, Cláudia Vieira
A formação continuada de professoras e suas implicações na qualidade da prática pedagógica da educação infantil: um estudo em uma escola da rede municipal na rede municipal de Santa Maria/RS de 2016 a 2020	Formação docente	Postal, Ana Paula Quevedo
Reflexões sobre inclusão e formação docente de uma comunidade escolar da rede pública municipal de Santa Maria-RS	Inclusão e Formação docente	Oliveira, Bruna Linhati de
Glossário de ciência política: contribuições para os estudos das políticas educacionais	Gestão	Mourad, Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira



## APÊNDICE I - DISSERTAÇÕES 2022 - PPPG/UFSM

TÍTULO	ASSUNTO	AUTOR
Experiências e compreensões da docência com professoras de educação infantil pública de Santa Maria/RS	Prática pedagógica	Rosa, Katiane Silva da
Avaliação e impacto social de cursos na pós graduação: perspectivas de egressos dos mestrados profissionais da UNIPAMPA – campus Bagé	Formação profissional	Martins, Cristiano Ribeiro
Grupo de pais: um dispositivo potencializador da escolarização de alunos com autismo	Inclusão	Almeida, Daniela Durigon
Índices para que te quero: o bloco alfabetizador e sua implicação ao trabalho pedagógico	Prática pedagógica	Adam, Anelise Gehrcke
Guia (in) formativo para profissionais da educação: desdobramentos à gestão da Secretaria de Educação do município de Santa Maria	Formação profissional	Molina, Francieli Barbosa
Movimento intercultural curricular para políticas de formação de professores em contexto indígena: territórios, resistências e reconhecimento	Formação docente	Ruwer, Sheila Andreia
A escuta das crianças na educação infantil: narrativas de uma professora em tempos de pandemia	Prática pedagógica	Maffini, Franciele Paraboni
A educação infantil (4 e 5 anos de idade) no contexto das escolas de ensino fundamental do município de São Pedro do Sul/RS: estão sendo garantidos os direitos da criança nessa primeira etapa da educação básica?	Direitos infantis	Müller, Franciele Linke
Estágios não obrigatórios na educação infantil: processos formativos de acadêmicas dos cursos de Pedagogia/UFSM	Formação docente	Bayer, Fabiane
Percursos e desafios na atuação dos conselhos de acompanhamento e controle social do município de Cachoeira do Sul/RS	Política Pública	Puntel, Michele
Políticas públicas e gestão educacional: distorção idade/ano na rede pública de educação no município de Santa Maria/RS	Política Pública	Chiapinoto, Andreia Moro
Escola Municipal de Educação Infantil Paraíso da Criança em Agudo/RS: processos de documentação pedagógica na creche	Prática pedagógica	Unfer, Emanueli
Formação continuada de professores da educação infantil do município de Santa Maria/RS: conquistas e impasses na implementação das políticas públicas	Formação docente	Zottis, Bruna Lara Moreira
A educação do campo em Caçapava do Sul: experiências que se produzem na historicidade	Educação do Campo	Dutra, Alice Huerta Jardim
Do plantio à colheita: formação em extensão universitária para TAEs no CCR	Extensão universitária	Alchieri, Douglas Vicente
Saberes necessários à compreensão e implementação da Lei nº 11.645 /08 no contexto da educação pública municipal de São Pedro do Sul	Política Pública	Marconatto, Maikel Ribas
O processo de inclusão na educação infantil: estudo de uma escola do município de Cachoeira do Sul/RS	Inclusão	Machado, Raíssa Anahy
Práticas pedagógicas para alunos com transtorno do espectro autista: processos inclusivos no contexto escolar	Inclusão	Lopes, Carla Markus
Políticas públicas e ensino remoto na alfabetização: uma proposta de curadoria de conteúdos para o município de Santa Maria	Política Pública	Chaves, Jacira Fernandes
Recriando a educação infantil em tempos de pandemia Covid 19	Prática pedagógica	Terebinto, Leila Carla
Construção e implementação de uma proposta	Currículo	Guidolin, Jardel

(continua)

colaborativa de integração curricular na educação básica: possibilidades e limites para a inovação da gestão da aula		Antonio
Espaços de (auto)formação no contexto escolar inclusivo	Inclusão	Panta, Bárbara Gai Zanini
Assistência estudantil e inclusão digital: da implementação à institucionalização de ações na UFSM	Política Pública	Müller, Aداuton Ezequiel
O professor de língua inglesa na educação infantil: narrativas de formação e re(significação)	Prática Pedagógica	Kich, Bruna Viedo
Gestão administrativa de secretarias integradas de cursos de graduação na UFSM: uma perspectiva de modernização e inovação	Gestão universitária	Pôrto, Juvelina Freitas
Ludicidade e tecnologias na alfabetização: uma metodologia para o ensino híbrido	Prática Pedagógica	Alves, Sara Poltos
Adolescentes com altas habilidades/superdotação do tipo produtivo-criativo: diálogos entre o autoconceito e a trajetória escolar	Inclusão	Silva, Aline Russo da
De pedagogo para pedagogo: diálogos a respeito da criança com altas habilidades/ superdotação	Inclusão	Silva, Giana Friedrich Gomes da
Ambiências bioecológicas sustentáveis na práxis pedagógica (auto)formativa do professor do CEI casa da criança	Prática Pedagógica	Zanatta, Aline Aparecida Hofstetter
Políticas e práticas de organização curricular da alfabetização na pandemia: estudo de uma experiência inédita	currículo	Miolo, Patricia
Perspectivas de democratização da gestão educacional e escolar em Quevedos/RS	Gestão educacional e escolar	Moraes, Marília do Nascimento
Desafios à permanência e agendas de acolhimento no mestrado profissional: um estudo com trabalhadores pesquisadores	Formação docente	Vieira, Karen Mariane Petry Welter
Interfaces da avaliação externa no currículo escolar: percepções de professores de uma escola da rede municipal	Avaliação externa	<i>Grenzel, Fabiana Boff</i>
Docência na Educação Infantil durante a pandemia da Covid-19: investigação-formação em ambiências bioecológicas.	Práticas docentes	<i>Berleze, Eliana Avinio</i>
Políticas curriculares para a educação do campo: um olhar sobre a rede municipal de ensino de Cachoeira do Sul	Educação do campo	<i>Klinkoski, André Giovanni</i>
Memórias de uma equipe diretiva na pandemia da Covid-19: grupo dialogal como estratégia para a gestão escolar	Gestão escolar	<i>Furlan, Fernanda</i>
Formação continuada de professores (as) da educação infantil da rede municipal de ensino de Alegrete/RS: perspectivas da qualidade das práticas pedagógicas	Formação continuada de professores	<i>Vargas, Elizete Borges</i>
A política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva: artefato digital como possibilidade de desenvolvimento da identidade e da cultura da pessoa surda gaúcha	Educação especial	Cordero, Bibianna Ferrão
[Re]significação da educação infantil no projeto político-pedagógico da EMEF professor Adelmo Simas Genro	Projeto Político Pedagógico	Borges, Rita de Cássia

## ANEXOS

### ANEXO A – PROCESSO DE REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
(Criada pela Lei n. 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960)

### Processo Administrativo Eletrônico

23081.053883/2023-06

<b>Tipo</b>	PROCESSO DE REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL
<b>Data de</b>	12/04/2023
<b>Procedência:</b>	BEATRIZ FAGUNDES BICA
<b>Descrição:</b>	ENCAMINHA REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (CONTEÚDO RESTRITO)
<b>Interessado</b>	BEATRIZ FAGUNDES BICA - 202170112 (Aluno) ELISIANE MACHADO LUNARDI - 2313914 (Servidor) MARCOS ROBERTO DA SILVA - 2152076 (Servidor) NÚCLEO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL - 01.28.04.03.0.0 (Unidade administrativa)
<b>Autor(es):</b>	BEATRIZ FAGUNDES BICA - 202170112 (Aluno)



## **ANEXO B – PARECER EXPEDIDO PELO NÚCLEO DE PESQUISAS, GESTÃO DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES – NPGSI/SMEd**



### **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO NÚCLEO DE PESQUISAS, GESTÃO DE SISTEMAS E INFORMAÇÕES - NPGSI/SMEd**

Parecer: Plataforma/produto da dissertação de mestrado. DISPOSITIVO PARA UM CURRÍCULO INCLUSIVO: PLATAFORMA COLABORATIVA INTEGRADA ÀS REDES DE APOIO À GESTÃO EDUCACIONAL/ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS


Conforme reunião realizada na Secretaria de Município da Educação (SMEd), no dia 17 de julho do corrente ano, na qual estavam presentes os servidores responsáveis pela da Busca Ativa Escolar, a Assessoria da Educação Especial, representantes do PRAEM, NTEM, a Secretária Lúcia Rejane Gama Madruga, a professora orientadora do projeto Elisiane Lunardi -da Universidade Federal de Santa Maria - juntamente com demais representantes dessa instituição e a Prof<sup>a</sup> Beatriz Fagundes Bica, professora da Rede Municipal de Ensino, que apresentou seu Projeto produto de mestrado intitulado: DISPOSITIVO PARA UM CURRÍCULO INCLUSIVO: PLATAFORMA COLABORATIVA INTEGRADA ÀS REDES DE APOIO À GESTÃO EDUCACIONAL/ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS. Após a apresentação da proposta, fica entendido que esta vem ao encontro das reais necessidades de uma rede de apoio para o Município, garantindo um currículo inclusivo numa perspectiva de Gestão Escolar que confere maior agilidade e clareza aos processos relacionados às crianças e estudantes, principalmente aos que apresentam casos de vulnerabilidade social.

Ocorre que a Secretaria de Município da Educação está em plena implantação do Sistema de Gestão Escolar em toda a RME. Conforme debatido na reunião inicial, torna-se necessária a verificação da compatibilidade do novo sistema a ser adotado pela SMEd em relação ao sistema Integrado com a Prefeitura e aos demais órgãos, tais como Conselho Tutelar e outros que participarão do processo. Neste sentido, reiteramos o interesse em receber essa Plataforma como própria com Registro Intelectual, conforme referendado pelos professores da UFSM, observando a viabilidade desta implantação pelo município.

O Núcleo de Pesquisas, Gestão de Sistema e Informações da SMEd, atenta para o programa que atenderá uma rede de apoio e que não depende exclusivamente da intenção positiva desta secretaria, mas sim de um conjunto de autorizações para seu uso na RME. Esse processo de aceite deverá passar pela análise da Secretaria de Município de

Tecnologia da Informação, que poderá definir se é possível ou não a implantação de uma plataforma integrada a outros órgãos específicos do Município. A Secretaria de Município da Educação para a necessidade da Gestão de Sistemas ser feita de forma integrada com a STI. Logo, é necessária autorização da mesma para a implantação de qualquer módulo, programa ou sistema no município.

Santa Maria, 28 de setembro de 2023

 Documento assinado digitalmente  
SANDRA MARA CAMARGO RIGHI  
Data: 05/10/2023 10:59:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sandra Mara Camargo Righi  
Coordenadora NPGSI/SMEd

## **ANEXO C – PROCURAÇÃO, PROTEÇÃO DE DIREITOS RELATIVOS À PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

### **Procuração**

**OUTORGANTE:** xxxxxxxxxxx, instituição xxxx, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na xxxxxxxx, Bairro xxxxx, cidade xxx, neste ato representada por XXXXXX, qualificação, CPF XXXXXXXXXXXX.

**OUTORGADO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – UFSM**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Roraima, 1000, Cidade Universitária Professor José Mariano da Rocha Filho, Bairro Camobi, Santa Maria-RS, inscrita no CNPJ-MF sob o nº. 95.591.764/0001-05, representada por seu Reitor, Professor Luciano Schuch, CPF 677.828.250-91, nomeado pelo Decreto Presidencial de 23 de dezembro de 2021, publicado no Diário Oficial da União, de 24/12/2021, seção 2, página 01.

**PODERES:** por este instrumento particular de mandato ficam outorgados poderes especiais para o Outorgado representar o Outorgante no país perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, nos termos da Lei 9.279/96, para o fim de obter a proteção de direitos relativos à propriedade industrial e agir na defesa ativa e passiva dos interesses do Outorgante especificamente para o pedido de registro do programa de computador de cotitularidade da Universidade Federal de Santa Maria e da Prefeitura Municipal de Santa Maria, intitulado “**PTC - Plataforma de Trabalho Colaborativo**”, e estendendo tais poderes a futuros pedidos derivados; tais como pedidos posteriores reivindicando prioridade e/ou pedidos internacionais, dentre outros, quando originados dos presentes pedidos, podendo, para tais efeitos, requerer registro, pagar as retribuições e anuidades devidas, requerer as prorrogações ou renovações cabíveis; apresentar protestos, oposições, petições, recursos, réplicas e defesas, escritas ou orais; requerer desistência; requerer licenças compulsórias, caducidade, e instauração de processos administrativos ou de nulidade, retirada de certificado, bem como praticar todo e qualquer outro ato que se faça necessário ao bom e fiel cumprimento desta procuração.

Santa Maria, ..... de ..... de 2023.

Nome  
Cargo